



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 129

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE OUTUBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Péricles de Mello*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Douglas Fabrício*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 129

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Roteiro da Audiência..... 03

Composição da Mesa..... 03

Secretário Luiz Fernando Delazari..... 04

Interpeladores:

Dep. Antonio Belinati 17

Dep. Mario Roque 18

Dep. Caíto Quintana 20

Dep. Elio Rusch 21

Dep. Neivo Beraldin 23

Dep. Mauro Moraes 26

Dep. Valdir Rossoni 28

Dep. Jocelito Canto..... 29

Dep. Ney Leprevost.....31

Dep. Reni Pereira32

Dep. Jonas Guimarães34

Dep. Fernando Scanavaca.....36

Dep. Douglas Fabrício.....37

Dep. Ademar Traiano37

Dep. Rosane Ferreira.....39

Dep. Marcelo Rangel.....40

Dep. Tadeu Veneri41

Dep. Cida Borghetti.....42

Dep. Edson Strapasson43

Dep. Plauto Miró45

Dep. Luciana Rafagnin.....46

Dep. Pastor Edson Praczyk.....47

Dep. Luiz Eduardo Cheida48

Dep. Luiz Claudio Romanelli.....50

Dep. Elio Rusch.....51

Encerramento da Sessão.....52

DIÁRIO Nº 129

AUDIÊNCIA PÚBLICA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
AUDIÊNCIA PÚBLICA DO EXMO. SR.
SECRETÁRIO DE ESTADO DA
SEGURANÇA PÚBLICA -
LUIZ FERNANDO DELAZARI
REALIZADA EM
27 DE OUTUBRO DE 2009**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Antonio Belinati e Fernando Scanavaca.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duflío Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Milton Pupio, Neivo Beraldin, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Pércles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Elton Welter e Ademir Bier (03).

Ausentes com justificativa a Sra. Deputada Beti Pavin e os Srs. Deputados: Luiz Nishimori e Nereu Moura (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Audiência Pública com o Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus declaro aberta a presente Sessão, que tem por objetivo maior, ou por objetivo único, ouvir o Sr. Secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari. Tal convite feito por esta Presidência e aceito, de pronto, tem por objetivo de um lado permitir ao Sr. Secretário esclarecer e prestar contas públicas e oficiais do seu trabalho, e do outro propiciar aos representantes eleitos pelo povo a oportunidade de questionar alguns esclarecimentos a respeito da Segurança Pública. Não é o primeiro Secretário de Estado e nem convidado nosso que vem a esta Casa e nem será o último. É desnecessário lembrar a maneira fidalga com que os Srs. Deputados sempre trataram aqueles que aqui vêm.

Quero pedir também, ao tempo em que cumprimento e dou as boas-vindas aos nossos visitantes, inclusive aos estudantes da Escola Nossa Senhora de Fátima e aos alunos do Centro de Ensino Superior Cescage de Ponta Grossa, sejam todos bem-vindos a nossa Casa, acompanhados de seus professores.

Quero reafirmar o princípio de relação existente entre os Poderes e a Sociedade, porque o equilíbrio e o respeito, de parte a parte, é que vão se constituir sempre na maneira ideal de cumprirmos o objetivo de fiscalizarmos em nome da nossa população.

Conforme noticiamos e conversamos ontem, numa reunião entre o Líder do Governo, o Líder da Oposição e esta Presidência, estabelecemos um roteiro para que as coisas possam fluir sem quaisquer dificuldades. Sabendo sempre que caberá a esta Presidência buscar e manter o bom senso, o equilíbrio e a ordem, aquilo que sempre conseguimos manter até então.

Quero passar, sem delongas, a palavra ao nosso 1º Secretário, Deputado Antonio Belinati, para que ele faça a leitura do roteiro da Audiência do Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública.

Roteiro da Audiência:

O SR. ANTONIO BELINATI

(Lê):

“Roteiro da Audiência do Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública

Em decorrência do acordo realizado entre as Lideranças da Situação e da Oposição, é o seguinte o roteiro da Audiência do Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública:

O Sr. Presidente comunica aos Srs. Deputados que o Secretário Delazari fará uma exposição dos

trabalhos realizados pela Secretária da Segurança pelo prazo de uma hora. Caso haja necessidade, a Presidência poderá prorrogar o tempo por mais 30 (trinta) minutos.

Encerrada a exposição do Sr. Secretário, o Sr. Presidente abrirá a palavra aos Srs. Deputados, inscritos previamente, que poderão formular interpelações ao convidado de forma alternada, Situação/Oposição.

Cada Sr. Parlamentar, para questionar o Sr. Secretário, terá prazo de cinco minutos, tempo este previsto, também, para a resposta. Poderá haver réplica na interpelação, pelo prazo de três minutos para o questionamento e para a resposta.

Ao final das interpelações dos Srs. Deputados, será concedida a palavra pelo prazo de 10 minutos para as Lideranças da Oposição e do Governo.

O Sr. Presidente agradece a presença do Exmo. Sr. Secretário de Estado.”

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero, antes de mais nada, anunciar a composição da Mesa.

Composição da Mesa:

Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado de Segurança Pública; Exmo. Sr. Coronel Luiz Rodrigo Larson Carstens, Comandante da Polícia Militar do Paraná; Exmo. Sr. Delegado Jorge Azor Pinto, Delegado Geral da Polícia Civil do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Antonio Belinati, 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Fernando Scanavaca, 2º Secretário da Assembleia Legislativa do Paraná.

Solicito que o Deputado Alexandre Curi ocupe a 1ª Secretaria.

O Deputado Antonio Belinati é o primeiro orador inscrito.

Claro que todos nós devemos aqui evitar o exercício da retórica, aproveitamos a oportunidade do Secretário estar aqui juntamente com sua assessoria, para que sejamos o mais práticos possível nas nossas perguntas e que possamos colher os melhores resultados.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Presidente, ouvi o Deputado Belinati colocando como será a tratativa da nossa Audiência hoje. Parece-me que há uma distorção. Se falar um Deputado de Oposição e um Deputado de Situação, pela minha avaliação, não chegamos a 10 Parlamentares de Oposição.

Seria melhor dizer que vão falar dois Deputados da Situação e um Deputado da Oposição, ou dividimos o tempo. Assim me parece que não está proporcional a divisão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Todos os Deputados que forem inscritos, e temos aqui já 20 Deputados inscritos: Antonio Belinati, Elio Rusch, Mauro Moraes, Valdir Rossoni, Mario Roque, Jonas Guimarães, Ney Leprevost, Fernando Scanavaca, Reni Pereira, Neivo Beraldin, Professor Lemos, Dobrandino da Silva, Artagão Junior, Jocelito Canto, Douglas Fabrício, Ademar Traiano, Marcelo Rangel, Rosane Ferreira, Chico Noroeste, Tadeu Veneri e Cida Borghetti.

Todos os Deputados que forem inscritos vão falar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Questão de Ordem)

Mas então não é guardada aquela ordem, porque não temos 10 Deputados de Oposição. Se for falar um de Situação e um de Oposição, daqui a pouco vamos ter que conquistar Deputados para a Oposição aqui.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Realmente houve um equívoco, mas o Deputado Rossoni também tem razão. O entendimento que foi feito é pelo número da ordem de inscrição. Pela ordem de inscrição, estão inscritos os Deputados, e não Oposição, nem Situação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Questão de Ordem)

Não sei se não estou conseguindo me expressar aqui para fazer V. Exa. entender. Eu entendi que falaria um Deputado de Situação e um de Oposição. O que estou dizendo é que aí não está proporcional, porque não temos o mesmo número. Existem 30 ou 35 Deputados do Governo e 10 Deputados da Oposição. Quero fazer uma contraproposta para V. Exa., e pode reunir o Líder da Oposição e da Situação, porque acredito que há que se ter um tempo para a Oposição de cinco minutos, um tempo para a Situação de cinco minutos. Já teremos o Secretário por uma hora e meia, que é a pessoa mais importante para os esclarecimentos, mas sinto-me como Parlamentar de Oposição, prejudicado, porque terei apenas cinco minutos para questionar ou fazer colocações e três minutos para tréplica. Se pagarmos 10 Deputados de Oposição, ficaremos com 50 minutos. Se pegarmos 35 Deputados, quantos minutos dá vezes cinco? Dará quase 200 minutos.

Estou colocando porque começaremos a Sessão e quero colocar para que tenha um bom andamento. Claro que temos divergências profundas na questão de Segurança, mas quero colocar para que isso tenha um bom encaminhamento, começar bem e terminar bem. Esse bem que digo é para a opinião pública paranaense. O que não pode parecer é que os Parlamentares da Oposição estão aceitando uma regra de jogo que nos favorece. Não queremos que favoreça a Oposição, mas também não queremos que prejudique a Oposição.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

O Parlamentar não participou do acordo feito entre a Liderança do Governo, a Liderança da Oposição e a Presidência desta Casa. O nosso acordo é uma hora e meia para a Bancada da Oposição e uma hora e meia para a Bancada da Situação. Sendo que, efetivamente, os Parlamentares têm que ser alternados nas intervenções. A ordem de inscrição tem que respeitar a alternância na tribuna dos Parlamentares, que são da Bancada da Situação e da Oposição. O que não quer dizer que se faltar, coisa que não acredito, diga-se de passagem, se faltar Deputado da Oposição para fazer pergunta, até penso que se houver um número muito excessivo de Parlamentar da base para fazer questionamentos ao Secretário, que a Oposição possa até reinscrever outros Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Desculpe-me interromper, mas já interrompendo, só com o número de inscrição feito pelos Deputados da Oposição, já está resolvido o assunto. Já há tempo suficiente para que tenhamos a audiência correndo, alternada ou não.

Sem mais delongas, solicito atenção dos Srs. Deputados, e também às nossas galerias, nossa plateia, nossos convidados, que não se manifestem.

Concedemos a palavra ao Secretário Luiz Fernando Delazari.

Secretário Luiz Fernando Delazari**O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI**

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Nelson Justus; Deputado Jonas Guimarães; Deputado Fernando Scanavaca; Deputado Antonio Belinati; Deputado Alexandre Curi; Deputado Luiz Claudio Romanelli, Líder do Governo; Deputado Elio Rusch, Líder da Oposição; Delegado Geral Jorge Azor Pinto, Chefe da Polícia Civil do Estado do Paraná; Coronel Rodrigo, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná; demais policiais civis e militares, estudantes, senhoras e senhores, meus cumprimentos aos jornalistas presentes, enfim, a todos aqueles que ocupam assento nesta Casa.

Gostaria de pedir licença a V. Exa., fazendo já no início da minha fala uma homenagem a um grande companheiro, grande amigo de Governo, que de forma surpreendente, corajosa, inesperada, se faz presente nesta Casa para participar desta solene reunião, mesmo tendo sido recentemente vítima de uma tragédia familiar, que todos obviamente têm conhecimento, que é o meu companheiro de administração da Secretaria da Segurança Pública, o Coronel Jorge Tais Martins. Quero, em nome da minha Secretaria, da sua honrosa Polícia Militar e da Polícia Civil, dizer que o que aconteceu causa muita dor para nós, que a dor que você sente é a dor que nós, que somos seus amigos, sentimos, e que o seu gesto inespe-

rado e surpreendente de estar presente hoje aqui demonstra o seu caráter, a sua hombridade e a sua dedicação a esta Instituição e à causa da Segurança Pública. Muito obrigado, em meu nome e em nome de todos os policiais aqui!

Sr. Presidente, quero dizer que me lembro que há cerca de duas semanas, quando o senhor me ligou fazendo o convite para vir a esta Casa, havia discussão a respeito de uma convocação para que eu aqui comparecesse e V. Exa. tomou a liberdade de me ligar e fazer esse convite, liberdade que temos e já de imediato confirmei que viria e entendi inclusive desnecessário o procedimento regimental da convocação.

Quero dizer que para mim é uma honra muito grande estar presente nesta Casa, participando de uma reunião no grande plenário. Já estive aqui em outras oportunidades, em eventos, em solenidades e até mesmo em uma reunião a respeito de Segurança Pública, que foi feita na sala da presidência naquela oportunidade, mas para mim é uma grande honra estar aqui na presença dos Deputados do Estado do Paraná, que são todos eleitos e representantes do povo, e perante toda a sociedade, porque sabemos que a TV SINAL transmite ao vivo todas as Sessões, e quero ressaltar que esse é o grande avanço democrático desta Casa nas recentes administrações.

Então, para mim realmente é uma honra muito grande. Espero que desenvolvamos aqui um debate construtivo e que depois de apresentarmos o que estamos fazendo no Governo do Estado, ao longo desses quase sete anos, possamos discutir Segurança Pública em um bom nível, porque todos sabem dos problemas que assolam a humanidade nesse assunto que hoje é tão debatido e tão discutido.

V. Exa. sabe que venho de uma Instituição, o Ministério Público do Estado, gloriosa e que presta relevantes serviços para a sociedade paranaense e brasileira. Todos sabem que o Ministério Público do Estado do Paraná é referência para o Brasil. Sou filho de Procurador de Justiça, meu pai teve o privilégio de ser inclusive Chefe da Instituição, Procurador Geral de Justiça, e entendo que a minha indicação como Secretário, pelo próprio Ministério Público, ao Governador Roberto Requião no mês de maio de 2003, deve-se basicamente a esse trabalho que o Ministério Público desenvolve em relação à Segurança Pública e, principalmente, no controle externo da atividade policial.

Eu era promotor e trabalhava no Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado, que tem como função primordial o controle externo da atividade policial. Essa missão que me foi passada pelo Governador Roberto Requião mudou os rumos da minha vida de forma muito drástica. Eu era um servidor estável, já tinha quase 15 anos de casa e gostava muito do que fazia como promotor, mas por aquelas coisas que a vida nos reserva, estou Secretário há quase sete anos. Sou Secretário, em atividade no País, há mais tempo no cargo. Sinto-me na obrigação, como servidor público que era, integrante do

Ministério Público do Estado do Paraná e agora como servidor público que sou como Secretário da Segurança Pública, de prestar os esclarecimentos que forem necessários para os Deputados, para a imprensa, para a sociedade paranaense, para o Ministério Público e para o próprio Poder Judiciário.

Apesar de muito honrado de estar presente nesta Casa, também sinto-me bastante à vontade para debater sobre esse assunto. A Segurança Pública é um assunto que toma conta do planeta Terra. Se olharmos a mídia brasileira e internacional, 70% dela hoje está concentrada em assuntos de Segurança Pública. Na Ásia, com as particularidades daquele continente; nos Estados Unidos os problemas de terrorismo e de consumo de drogas; na Europa os problemas de terrorismo, consumo de drogas e a criminalidade que assola Países que têm dificuldades econômicas e que interferem na economia de outros Países; nas Américas Central e do Sul, problemas que são próximos e conhecidos por todos nós. É um problema da humanidade, que se agravou, se complicou, principalmente nos últimos 15 anos. Problemas que têm uma série de motivos, uma série de causas e que podem ser debatidas aqui também.

No Brasil isso não é diferente, no Paraná também não. Os problemas são enormes, as dificuldades tão grandes quanto. A criminalidade, indiscutivelmente, aumentou. Veremos pelos números que servem como balizamento para o trabalho policial. Todos os números da criminalidade têm modificações. A violência em relação ao comportamento dos marginais com a Polícia se agravou nos últimos anos. Aumentou muito o tráfico de drogas e o tráfico de armas. Se aumentou o tráfico de drogas, aumentou o consumo, justificativa para isso termos que discutir.

Quero iniciar a minha apresentação dentro desse contexto e dentro dessa visão. A visão de que a Segurança Pública, hoje, é um problema mundial, um problema do Brasil, um problema do Paraná.

Quero passar para todos vocês o que estamos fazendo ao longo desses sete anos de Governo. Os investimentos que fizemos; as contratações; as aquisições; as mudanças na forma de gestão; a transparência na gestão; o cumprimento do compromisso de honestidade e de combate à corrupção institucional; enfim, todo o nosso trabalho, que não é pouco.

Apesar dos problemas existirem aqui no Paraná e no Brasil, é importante que todos saibam que estamos trabalhando, que a Polícia não para, que a Polícia não descansa, que a Polícia enfrenta esses problemas, bem equipada, bem estruturada, bem capacitada, bem armada, e tem excelentes resultados a apresentar para a sociedade.

Sei que na Segurança Pública a notícia ruim tem potencial de repercussão muito maior. Isso é claro, é óbvio, não há dúvida nenhuma, até porque a notícia ruim na Segurança Pública é ruim mesmo. Portanto, infelizmente, não temos o mesmo espaço para divulgar as boas ações e, mais do que isso, para conseguir compilar e

demonstrar muito claramente o que um trabalho de uma política de Segurança Pública e de uma política sistêmica de um Estado faz para a Segurança Pública, porque aquele crime que é evitado, aqueles crimes que não aconteceram e que são evitados aos milhares, todos os dias, em todos os cantos do Estado do Paraná, por não terem acontecido, não são públicos, não são divulgados, não são notícia.

As ações de patrulhamento que a Polícia realiza todos os dias, e que evitam as práticas de homicídio, de assaltos, de tráfico de drogas, não têm como mensurar. Não existe ainda ninguém no mundo capaz de identificar isso; nenhuma técnica apurada que possa identificar isso. Então, meu desejo aqui é que consigamos, Presidente, discutir a respeito desse assunto com essa visão, com esse dimensionamento. então, vou começar tomando a liberdade de passar uma apresentação para os Deputados e para termos um norte na nossa conversa. É sempre bom ter uma apresentação de power point para não nos perdemos.

Vou começar falando das principais linhas de atuação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Não sei de qual televisão é, mas este câmera atrapalha totalmente a visão dos Parlamentares que estão do lado de cá em relação à transparência. Como todas as televisões estão no fundo, não sei de qual ele é, mas que também se mantivesse lá no fundo, com as demais câmeras.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ele vai colaborar conosco aqui, dar um jeitinho para puxar, talvez, até mais para frente ou aqui para o lado. Acho que pega também. Não pega? Talvez, se fosse lá no canto pegaria melhor.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Enquanto ele arruma, vou continuando.

Veja bem, a ideia é traçar algumas linhas básicas nessa apresentação, falar um pouco da reestruturação das Polícias; do trabalho principal que fazemos, que é o combate ao tráfico de drogas; a repressão que fazemos ao crime organizado, que é um foco de atuação da Polícia do Paraná; o combate à corrupção; a modernização das técnicas de combate ao crime; o policiamento comunitário; a promoção da cidadania.

Em relação à reestruturação, a primeira discussão é a análise do orçamento. O orçamento da Segurança Pública deste...

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Não posso aceitar que um câmera queira chamar a atenção dos Deputados. Acho que tratamento tem que ser

igual. Não permito que uma televisão fique aqui na frente e as demais no fundo. Tem que ser tratamento igualitário para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Me consta que o câmera...

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Não consta. Se essa televisão tem direito, todos os câmeras venham aqui à frente também. Tem que ser tratamento igual.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não estamos contribuindo com nada para isso aqui, por gentileza.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É a TV Educativa. Vai ter “escolinha” segunda-feira, terça.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Secretário Delazari.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Então, o primeiro slide é a respeito do orçamento. Quero com isso só demonstrar a prioridade com que o Governo do Estado, nos últimos sete anos, pensou e investiu nessa pasta da Segurança Pública. O orçamento de 2003, que foi o primeiro orçamento que recebemos e que foi elaborado no ano de 2002, ele era da escala de R\$ 581 milhões. Hoje estamos trabalhando com um orçamento, em 2009, de R\$ 1.2 bilhões. É importante lembrar também que no Governo anterior as pastas da Segurança e da Justiça eram únicas e o orçamento, portanto, era um só.

Existe uma grande despesa hoje do departamento penitenciário que, na época, custo/dia dava 6 mil e 400 presos e que se somava, portanto, àquele orçamento. Estamos falando de energia elétrica, de água, de manutenção, de agentes penitenciários, de alimentação dos presos, de transporte, de viaturas. Era um grande dispêndio de gastos que se somava ao valor de 2002 e que agora está separado.

Então, além de termos em números absolutos, em real, em dinheiro, dobrado o orçamento da Segurança Pública, essa conta dos 100% a mais pode ser ampliada, por conta da divisão das pastas. O nosso orçamento não gasta com o departamento penitenciário, com a Secretaria da Justiça. Isso é bom termos em mente.

O histórico dos orçamentos anteriores somam um valor final de R\$ 3 bilhões, 323 milhões. Então, o orçamento dos oito anos anteriores, em números absolutos, soma um valor de R\$ 3 bilhões, 323 milhões. O nosso orçamento, o orçamento dos nossos sete anos, sem computar o último ano, é de R\$ 6 bilhões. Sem contar o nosso último orçamento do ano de 2010, em comparação aos oito anos anteriores, já aumentamos 81% do

montante gasto com Segurança Pública nesses nossos sete anos em relação aos oito anos anteriores. Isso é só para demonstrar, de maneira muito clara, em relação ao orçamento, como tratamos a Segurança Pública.

Essa prioridade se verifica não por números exclusivos do nosso orçamento, comparando os anteriores, mas com os anos da nossa administração, mas também comparando com os dados que são fornecidos pela Secretaria de Segurança ao Ministério da Justiça, que são compilados.

Quero dizer para vocês que esses dados que estou apresentando não são dados meus, são do Ministério da Justiça, se fazem compilados em um anuário chamado Anuário da Segurança Pública do Brasil, que é publicado a cada dois anos e que traz dados a respeito dos orçamentos da Segurança Pública.

O Paraná é o segundo Estado que mais investiu em policiamento nos anos de 2007 e 2008 do Brasil; só perdemos em números absolutos e valores para o Estado de São Paulo. Em ambos os períodos, como eu disse, só São Paulo investiu mais que o Paraná. O Paraná é o Estado mais em policiamento em 2008 do que todo o orçamento do Governo Federal. Foi o terceiro, em 2008, que mais investiu em defesa civil. E foi o quarto Estado que mais investiu em informação e inteligência, e são quatro tópicos: policiamento, informação, inteligência e defesa civil. Nos anos de 2007 e 2008, nos anos de 2005 e 2006, é outra publicação do mesmo Ministério da Justiça. O site, para quem quiser consultar, se não me engano: www.forumdeseguranca.org.br/anuário. Ele traz os dados também de 2005 e 2006, onde fica revelado que o Paraná foi o Estado, em números absolutos, que mais investiu em inteligência e informação, e defesa civil do Brasil e o segundo em policiamento.

Então, esses dados não são meus, não fui eu que fui buscar esses dados nos Estados, nem nas publicações dos orçamentos; são dados que são encaminhados pelos Estados para o Ministério da Justiça, que reúne e publica esses dados na internet e em uma obra impressa que se chama Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Quem tiver interesse pode procurá-lo. Ele, a cada dois anos, solta essas publicações.

Também quero com isso demonstrar o esforço que o Estado faz, nos investimentos, na Segurança Pública, comparados com os outros Estados. Fizemos neste Governo, desde o ano de 2003, a contratação de 6 mil 421 policiais integrantes da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Científica. Estamos com um concurso em andamento, com um contrato assinado com a Universidade Estadual de Londrina, para a contratação de mais 2 mil e 500 policiais, 500 desses só para atendimento à demanda da Região Metropolitana de Curitiba.

Este ano nós incluímos na Polícia Civil 800 novos policiais civis. Uma grande inclusão e oxigenação para essa instituição. O nosso efetivo, hoje, da Polícia Civil, somados aos números do que chamamos de Polícia Científica, ou da Criminalística do IML, soma 4 mil e 355

policiais na ativa. Distribuimos esse efetivo de acordo com a nossa demanda. Temos comarcas, por exemplo, em que um delegado dá atendimento a mais de uma Cidade. Esse é o padrão de atuação da Polícia, que acompanha de certa forma também o do Judiciário e do Ministério Público. Para exemplificar, cito as duas regiões onde um delegado atende o maior número de Cidades: Loanda, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Palotina, Querência do Norte, Porto Rico, Santa Cruz do Monte Castelo e São Pedro do Paraná, somando uma população de 60 mil habitantes. A outra região tem sete Cidades. As duas únicas que têm o maior número de Cidades atendidas por um único delegado são: Paranacity, Cruzeiro do Sul, Inajá, Jardim Olinda, Paranapoema, Diamante do Norte, Itaúna do Sul e Marilena, que somam 36 mil habitantes. Não é que não existam e nunca existiram delegados nessas outras Cidades. O delegado é o delegado da Cidade, que podemos chamar de polo e que presta atendimento da instrução e da presidência do inquérito policial quando acontece um crime. Nas demais Cidades temos estruturas da Polícia Militar, que dão atendimento para os serviços administrativos da Polícia Civil. Essa é a ideia da distribuição do efetivo existente hoje no Estado do Paraná, da Polícia Civil.

A Polícia Militar, hoje, conta com o efetivo de cerca de 17 mil policiais da ativa. Esse efetivo é distribuído de acordo com os índices de criminalidade, que são fornecidos pelo geoprocessamento. Também adotamos, na distribuição desse efetivo, uma mudança na forma de adoção de escala, que antes era padronizada: 7h30 da manhã, metade do efetivo, e 7h30 da noite, metade do efetivo. Agora, houve uma mudança, criamos uma escala flexível, olhando o mapeamento da criminalidade, identificando os horários e os dias em que temos uma maior incidência de ocorrências, portanto, nesses horários e nesses dias, distribuindo um efetivo quantitativo maior, para poder dar um atendimento maior à demanda. Nos horários em que não temos um número elevado de ocorrências, portanto, de prática de crimes, a distribuição do efetivo é mais reduzida.

Cito um exemplo, segunda-feira pela manhã, em uma determinada região do Estado temos lá a identificação, através do geoprocessamento, que temos pouquíssimas ocorrências. Mas naquela mesma região, Cidade ou bairro, as ocorrências têm o comportamento de somarem-se no período as 6h tarde às 11h da noite. Então, distribuimos o efetivo de maneira que nesse período, das 6h da tarde às 11h da noite, a Polícia esteja mais numerosa, mais ostensiva e mais presente na rua. E no horário da manhã reduzimos o efetivo, porque não tem demanda. A ideia é otimizar essa mão de obra, que é cada vez mais qualificada, mais preparada para isso.

No nosso entendimento, na nossa visão, essa discussão sobre o efetivo policial, que é a primeira discussão que se vê em qualquer conversa sobre Segurança Pública, é uma discussão importante, mas não é a única discussão. A fórmula mágica da contratação de policiais, o aumento

do contingente policial e aumento do efetivo, não existe e não se verifica em nenhum lugar do planeta Terra.

Cito como exemplo, para simplesmente analisar, a realidade do Rio de Janeiro, onde existem lá 16 milhões de habitantes, uma população pouco mais de 50% maior que a nossa, que chega próximo a 11 milhões de habitantes, e lá eles tem 40 mil policiais militares. Estamos aqui com 17 mil. Não me custa que com esse número superior de policiais militares o Rio de Janeiro sirva de exemplo, de modelo para qualquer País ou Estado. E assim os exemplos se sucedem, mesmo reconhecendo que temos um efetivo que, comparado com o resto da realidade do País, é bastante razoável.

De qualquer maneira, a visão de tantos especialistas de Segurança Pública mundo afora, ela não é uma visão de que esta fórmula da contratação de policiais e aumento do contingente resolva o problema da Segurança Pública. Se essa fórmula existisse, não tenho dúvida nenhuma, todos os Governadores do Brasil, do mundo, iam tomar essa medida. Não é isso que acontece, porque não é esta, efetivamente, a saída para todos os problemas da Segurança.

De qualquer maneira, analisando os mesmos números fornecidos pelo Ministério da Justiça, em publicação em site oficial, do efetivo de policiais do País tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil, o Estado do Paraná tem na Polícia Militar o sexto maior efetivo do Brasil em números reais. Comparando o que temos de efetivo hoje com o que os outros Estados têm. Não temos mais policiais em números reais do que São Paulo, que tem praticamente 90 mil policiais; do que a Bahia, do que o Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul. Todos os demais Estados têm menos policiais militares do que o Paraná. Esses dados são de dezembro de 2008, a última publicação comparativa entre efetivos e Estados. O número atualizado nosso é o número que eu disse anteriormente. Os números comparados são os de dezembro de 2008, dados fornecidos ao Ministério da Justiça e pelo Ministério da Justiça.

Em relação à Polícia Civil, temos o sétimo maior efetivo do Brasil. Em números reais e absolutos. Aqueles 4 mil 355 policiais. Perdemos para São Paulo, que tem quase 30 mil policiais civis. Perdemos para a Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Esses são os dados possíveis de serem comparados, porque são os dados oficiais fornecidos pelos Estados e publicados por um órgão oficial que é o Ministério da Justiça.

É bom ressaltar que esses Estados que têm mais policiais, todos eles têm um índice de criminalidade maior que o do Estado do Paraná, e uma população maior por consequência.

A reestruturação das Polícias passa por um passo importantíssimo, que entendo que este Governo deu e que não tem muita visibilidade. Talvez os senhores que estão nos vendo pela televisão agora, não tenham conhe-

cimento, porque é um investimento que não se materializa, que não é possível ser demonstrado através de uma fotografia ou filme, que é o investimento que fazemos em capacitação. Este Governo vê alguma proposta de transformação da filosofia de trabalho da Segurança Pública. Essa transformação passava necessariamente pelo investimento e policiamento comunitário.

A principal meta deste Governo era iniciar o processo de transformação da nossa Polícia Militar numa Polícia comunitária. Para isto tivemos que fazer investimentos em capacitação, os maiores que foram feitos na história de um só Governo. Já passamos na Academia de Polícia do Guatupê e pela Escola de Polícia Civil do Estado do Paraná com 80 mil 389 alunos. Se somarmos o nosso efetivo, que está chegando próximo de 22 mil policiais, dá para dizermos, em média, que cada policial teria ido para a academia ou para a Escola quatro vezes. É evidente que isto é uma média. Tem certamente policiais militares e policiais civis que não foram à academia e não foram à escola, porque não oportunizaram isto. Mas a média é esta.

Esse investimento é altíssimo, até difícil de ser mensurado, porque quanto custa a hora de trabalho de um policial para o Estado, quando ele sai do seu trabalho para ir se qualificar e treinar? As diárias ou, enfim, o custo da hora/aula, todo custo que envolve uma preparação, uma qualificação. Este é um custo alto, é um investimento pesado que o Estado do Paraná faz. Nós acreditamos muito nisto, acreditamos numa Polícia capacitada, com poder de mobilidade, com tecnologia, poder de comunicação, para cada vez mais poder, com inteligência, atuar e até antecipar a atividade criminosa.

É evidente que este é um pensamento comum, acho que ninguém discorda de que a capacitação, a educação, o ensino é bom para qualquer atividade, ainda mais se falando numa atividade tão importante e tão relevante como é a da Segurança Pública. Este é um investimento, portanto, muito importante que fazemos na Segurança Pública do Estado do Paraná.

Vou citar alguns exemplos daquilo que mais representa a força, a estrutura e a presença da Polícia, como investimentos materiais que podem ser demonstrados, que podem ser apresentados para a sociedade. Fizemos a aquisição de 16 mil 874 novas armas, de novos armamentos para as duas Polícias, Militar e Civil. A ideia foi estabelecer um padrão de calibre nas nossas Polícias. Adotamos para isto a arma que vem sendo adotada no mundo inteiro, como a arma para o uso policial, que é a arma ponto 40, o calibre 40. Dentro dessa filosofia a ideia é estabelecer uma padronização nesse armamento público, nesse armamento policial e estabelecer um controle efetivo sobre ele, inclusive a proposta que está sendo encaminhada agora ao Governo do Estado, ao Governador Requião, proposta que veio de integrantes da Polícia, mais notadamente do delegado de Polícia, Dr. Hamilton da Paz, é a proposta de criamos o DNA da nossa arma, ou seja, estabelecermos a balística de toda

nossa arma, de todo armamento oficial, de todo armamento de Polícia, cadastrarmos este laudo pericial dessa arma num programa de computador e inserirmos nessa arma um chip, a arma portanto teria que ser chipada, com todas as informações dela, portanto podendo ser facilmente identificada, e a partir daí a ideia é que em todo confronto policial a arma que hoje, após o confronto, é encaminhada à Justiça para ser submetida a exame pericial - quero dizer para vocês que hoje devemos ter aí mais ou menos umas 800 armas da Polícia que estão em processos judiciais, aguardando a sentença final desse processo - a ideia é que essa arma fique na Corporação e que vá o laudo comprovando que a arma que atirou é aquela arma da balística.

Então, é uma providência inédita, ninguém no País ainda tem isto, a ideia é estabelecer o DNA do armamento da Polícia do Estado do Paraná, e devemos fazer isto até o mês de janeiro, mais ou menos. Estou criando uma equipe de peritos específica para fazer uma mutirão para fazer este trabalho, volto a dizer, ideia do delegado Hamilton da Paz, da Polícia Civil.

Fizemos investimentos de cerca de 29 mil coletes balísticos. O colete, que recentemente foi objeto de um questionamento por parte do Sindicato da Polícia Civil e até de alguns nobres Deputados aqui.

Na verdade, o que aconteceu nessa última aquisição, que soma mais ou menos 8 mil coletes, foi um problema jurídico, que foge da esfera de possibilidade de atuação da Secretaria. Foram impetrados alguns recursos administrativos, posteriormente se transformaram em recursos judiciais que pararam o pregão eletrônico.

Para vocês terem uma ideia, esta discussão jurídica chegou ao Superior Tribunal de Justiça, onde inclusive a Procuradoria do Estado chegou a apresentar uma manifestação de apelo, inclusive ao Ministro, para que julgasse o mais rápido possível esse processo, porque enquanto ele não fosse julgado não tínhamos o poder nem de efetivarmos a compra daquele pregão eletrônico e nem tampouco de realizarmos um novo pregão. De qualquer maneira, esse imbróglia jurídico, que perdurou quase um ano, se resolveu, os coletes já foram adquiridos, a última compra soma 9 mil coletes e eles começarão a ser distribuídos, amanhã receberemos a primeira remessa, a fábrica se comprometeu a entregar a primeira remessa com cerca de 1 mil coletes para a Polícia Civil. Mas é uma compra que busca, obviamente, dar uma garantia de trabalho para o policial. Não há como entendermos, compreender o trabalho hoje de um policial que vai para a linha de frente, que vai defender a sociedade, que vai trocar tiro com criminoso, que ele não tenha o equipamento básico de segurança.

Houve uma discussão também a respeito da validade desses coletes. O ideal, evidente, para um Estado como o nosso que tem um orçamento como o nosso, que é um dos Estados que mais investe em Segurança Pública do Brasil, é que tenhamos esse processo da compra de coletes, que aconteceu ao longo de todo

Governo, a compra de 29 mil coletes como uma política estabilizada. Mas quero dizer que o que vence não é propriamente o colete, o que vence é a garantia da fábrica para este colete, o que não significa que ele não tenha prestabilidade mais para o serviço. Aliás, todos os testes que fizemos de coletes com um prazo de cinco anos, cinco e meio, todos eles demonstraram que ainda se prestam para o serviço. De qualquer forma, esta é uma política do Governo, uma política de investimentos, uma política eu diria já sistematizada de compra de coletes.

Adquirimos 6 mil 129 viaturas nesses sete anos de Governo, eu digo viaturas no termo *latu sensu*, porque estamos falando de veículos, de carros, de motocicletas, de quadriciclos, de jet skis, de barcos, de embarcações, de aeronaves, enfim, de todos os meios de locomoção que são utilizados pela Polícia nessa gama de atividades que a Polícia tem para trabalhar. Então, temos hoje 6 mil 129 viaturas adquiridas e devemos, ainda este ano, em processo de licitação, adquirir mais 380, 400 viaturas para a Polícia Militar.

Investimos ao longo deste Governo cerca de 35 milhões em reformas, construções de prédios para a Polícia Militar, Civil e Científica, e ao todo, ao longo desses quase sete anos, praticamente R\$ 7 bilhões foram investidos em Segurança Pública, somando todos os investimentos que fizemos. Essas construções são algumas inclusive históricas, porque buscam resgatar uma instituição como o IML, por exemplo, que ao longo de toda a sua existência teve pouquíssimos investimentos como o que estamos fazendo.

Vejam, Srs. Deputados, toda essa legislação, com exceção do decreto, passou pela Assembleia. Quero aqui, de pronto, já agradecer todos os pedidos, todas as mensagens do Governo que são encaminhadas para esta Casa e que se referem a assuntos de Segurança Pública, recebem o tratamento de urgência que é necessário para assuntos de Segurança. As Polícias Militar, Civil e Científica reconhecem isso.

Estes são alguns avanços legislativos que buscamos realizar para estruturar as Polícias, para avanços legislativos que buscamos realizar para estruturar as Polícias, para avançar e modernizar as Polícias: para a Polícia Militar a campanha do desarmamento, que foi uma iniciativa e uma ideia do Deputado, à época, Ratinho Júnior, levada ao conhecimento do Governador, que de pronto adotou. O Paraná foi o Estado pioneiro do País a pagar, como uma recompensa, um benefício para o policial um valor por arma apreendida e entregue em Delegacia de Polícia, um valor que começou com R\$ 100 e foi inclusive o valor referência para o Governo Federal na campanha de desarmamento do próprio Governo Federal. Hoje ela foi modificada, reestruturada para um valor de R\$ 300 por arma. E pode chegar até cerca de 800, dependendo do calibre e da potência da arma.

A indenização por morte e invalidez, que transformamos, quando assumimos era algo em torno de R\$ 12

mil, transformamos através de um projeto de lei essa indenização no valor de 100 e R\$ 50 mil.

A criação do Fundo de Assistência à Saúde dos Policiais Militares; o aumento de 6 para até 50% do percentual de ingresso de mulheres nos quadros de militar e de bombeiro militar. No ano de 2005 ainda havia restrição nos quadros da Polícia Militar do Estado do Paraná de somente 6% do ingresso de mulheres na instituição, o que no nosso atendimento era uma discriminação e era equivocado. E por conta disso, iniciativa das Deputadas Elza e Cida, que participou ativamente dos debates. E quero aqui, de público, Deputada, pedir desculpas, porque na reunião da “escolinha”, quando me referi a esse projeto, esqueci de fazer menção à senhora. E reconheço aqui, publicamente, que a senhora teve participação ativa nisso. Inclusive numa conversa pessoal com o Governador que estava presente. Essa modificação histórica dentro dos quadros da Polícia Militar veio dar o tratamento igualitário que tem que existir para essa situação.

Um decreto do Governador Roberto Requião que também eliminou uma limitação que entendíamos discriminatória, que era o decreto que estabelecia um critério de altura mínima para ingresso na Polícia Militar. Na semana passada pudemos ver uma discussão na mídia nacional, que a aeronáutica estabelece critérios de altura para ingresso na corporação. E esse critério foi rejeitado pela Justiça Federal de um determinado Estado. No Paraná isso foi por decreto e uma iniciativa do Governador Roberto Requião.

Quando fazemos homenagens pessoais, acabamos esquecendo de fazer menção a outras Deputadas que também, à época, participaram do processo. Mais uma vez quero pedir desculpas, Deputada Luciana, sei que a senhora também teve participação ativa nesta Casa e participou também da construção dessa ideia da liberação do efetivo. E a Polícia Militar e as mulheres da Polícia Militar agradecem à senhora também.

A lei que criou a gratificação técnica, o valor de 50% do soldo para Praças da Polícia Militar graduados em curso de nível superior. É um estímulo para que os policiais frequentem faculdades e escolas de nível superior. A lei que criou o quadro especial da Polícia Militar possibilitando o acesso de Praças com curso superior à carreira de Oficiais. A lei que veio quebrar o engessamento da carreira dos Praças dentro da Instituição. Tínhamos policiais, Praças da Polícia Militar, altamente qualificados, gabaritados, com condições técnicas para assumirem qualquer função dentro da corporação, mas que por uma limitação estatutária, regimental, legal, eles estavam, fadados a interromper a sua carreira pela metade. O Governador entendeu que isso era injusto, que o mérito da qualificação e do gabarito pessoal é daquele que se prepara dentro das condições que o Estado pode fornecer para ele se preparar, e criou uma espécie de caminho, de uma libertação para os Praças, dentro a opção para que eles pudessem galgar hoje o oficialato superior. Hoje é possível um Praça da Polícia Militar

almejar inclusive o cargo mais relevante, mais graduado da Instituição, que é o cargo de Comandante Geral. Legalmente isso hoje é possível, e a lei que alterou a lei de promoção de praças, que possibilitou a promoção especial por antiguidade.

O que acontece é que a promoção é feita precedendo um concurso público, que é realizado, o teste seletivo é realizado internamente, e aqueles que se preparam e estudam para esse concurso frequentam os cursos para promoção para Cabo, para Sargento, para Tenente. Acontece que boa parte do efetivo não tem tempo sequer para estudar, ainda mais aquele policial que estava afastado, muitas vezes, dos bancos das academias por muito tempo, que está todo dia no embate da luta contra a criminalidade. Era justo, porque ele não tinha a oportunidade de se promover.

Então a ideia foi criar um critério em que esse policial que não tem tempo, ou que não teve oportunidade de estudar e frequentar um curso para se promover, que ele tenha oportunidade, pelo mérito do serviço prestado ao longo de sua carreira, de ser promovido e de aspirar uma modificação na sua carreira. Essa foi a ideia. É uma transformação também histórica dentro da Polícia Militar.

Na Polícia Civil, alguns exemplos, a lei complementar que implantou o aumento do vencimento básico; O decreto que reajustou posteriormente 130% sobre esse vencimento. O mesmo decreto instituiu o pagamento de indenização por 100 mil e 500 mil, no caso de morte e invalidez; 20% sobre o vencimento básico daqueles que concluem o curso de graduação, porque hoje existe a obrigatoriedade de ter nível superior para ingressar nos quadros da Polícia Civil, mas existe um quadro anterior, mais experiente, que não havia esta necessidade antes da modificação da lei. Então, a ideia foi criar um estímulo para aquele policial que já estudou, ou que tem intenção de estudar, ou que está estudando, que ele também receba essa gratificação, a mesma gratificação que é paga para a Polícia Militar.

O decreto que alterou o valor do bônus do pagamento por indenização por arma, que era de R\$ 100 e passou para R\$ 300. Esse decreto tem como principal estímulo o aumento de apreensão de armas. A política deste Governo, e de qualquer Governo que pensa sério em Segurança Pública, a apreensão de armas, O controle que é feito no nosso País, que podemos chamar, pela sua extensão territorial de quase um continente, o controle de armas de fogo que é feito, apesar de ter avançado muito nos últimos anos, principalmente do Presidente Lula, ele ainda é um controle muito superficial. O grande número de armas que circula hoje nas mãos de jovens, e dos criminosos, e cada vez armas mais potentes, revela isso. Não há dúvida nenhuma que o tráfico internacional de armas, e até a situação de armas nacionais, faz parte de um contexto de absoluto descontrole da Segurança.

O mais grave disso tudo é que cerca de 98% dos crimes contra a vida, que são cometidos no País, são cometidos com uso e emprego de armas de fogo.

Essa política de apreensão de armas, de estímulo de apreensão de armas da Polícia Militar, é uma política seriíssima, que tem como objetivo atingir diretamente a dos índices de criminalidade.

No Paraná, tivemos em 2008 o pagamento de 4 mil 916 anos; já no ano de 2009 de 6 mil 888 armas, que foram apreendidas e pagas aos policiais, que somam aqueles valores.

Passando o tráfico de armas diretamente ao tráfico de drogas, que é, sem dúvida nenhuma, o grande problema que assola hoje a humanidade, os principais problemas de Segurança Pública do mundo estão relacionados diretamente com o tráfico de drogas, que quero dizer que é uma via de mão dupla com o tráfico de armas. Ou seja, eles servem um ou outro. A droga é trocada constantemente por arma e a arma trocada por drogas. São os grandes problemas que assolam o planeta Terra hoje.

Para isso, tendo esta visão, o estado jogou pesado no combate ao tráfico de drogas, criou projetos que são alguns referência nacional, como o 181 Narcodenúncia, que antes era 161 e que quando foi adotado pelo Governo Federal se transformou em 181, e é um número que existe hoje em todas as Unidades da Federação.

O grande segredo dele, e por isso que se transformou num projeto nacional, foi que a comunicação que é feita através do 181, pelo telefone, é feita de forma anônima. A realidade do tráfico de drogas hoje, e que principalmente assola grandes metrópoles brasileiras, está ligada às comunidades de baixa renda, que são as utilizadas pelo tráfico para engrossarem o seu exército de criminosos, pela suscetibilidade, pela ausência e pela participação do Estado com políticas sociais.

Essas comunidades convivem muito próximas. O desregramento urbano, a desurbanização dessas comunidade faz com que as casas, muitas vezes no mesmo terreno, porta com porta, sem rua para transitar, essas proximidade impedia que a população séria, honesta, trabalhadora, que é a grande maioria dessas pessoas, fizesse uma denúncia, porque se ela fizesse e fosse identificada certamente seria vítima de represália do traficante e poderia ser assassinada no dia seguinte. Tendo isso na cabeça, a nossa ideia foi criar uma forma com que essa pessoa pudesse comunicar-se com a Polícia, fazer a denúncia e não ser identificada, ficar anônima. As denúncias são checadas e para cada tipo de denúncia um órgão da Instituição faz esse trabalho.

Com isso nós, em pouco tempo, nos transformamos no Estado que mais apreendeu drogas em números absolutos no País. Não é um trabalho da Polícia Civil, da Polícia Militar, exclusivo. Antes de qualquer coisa é uma parceria dessas duas Instituições com a comunidade. Mais do que isso, é um trabalho da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal e da própria Receita Federal, que tem colaborado muito na apreensão de drogas.

Esses números que estou falando são números publicados no site do 181, do Narcodenúncia, que hoje atinge todo Estado do Paraná.

Vou resumi-los, que desde 2003, quando foi criado o projeto, até 2009, dados atualizados, o 181 já cadastrou 8 mil quilos de cocaína, 5 milhões de pedra de crack e 536 toneladas de maconha apreendidas no Estado do Paraná.

Nessas operações policiais já foram apreendidas 1 mil 433 armas nas mãos desses traficantes, que são 19 mil 721 homens presos pelo disque 181; 3 mil 982 mulheres presas traficantes de drogas, trabalho de denúncia feita pelo 181; jovens meninos, 5 mil 317 menores de idade apreendidos e 953 meninas, menores, totalizando 30 mil prisões feitas no Estado do Paraná nesses seis anos de Governo, nesses seis anos de projeto.

Não existe, na história do País, um projeto que tenha resultados de prisões como um projeto que não é exclusivo de Polícia, mas que é projeto de parceria com a comunidade e que tenha esse resultado de apreensão de drogas.

É um projeto extraordinário mas só existe e só funciona porque a comunidade entendeu o espírito e tem colaborado cada vez mais na denúncia do tráfico de drogas.

PROED - Acho que todos conhecem, sei que alguns Deputados participam inclusive das atividades do PROED feito pela Polícia Militar e que trabalha numa faixa etária da idade das crianças, identificada como uma faixa etária importante para as decisões futuras. É um projeto de prevenção, através de palestras feitas por policiais militares, nas escolas, com alunos e pais, e que teve um crescimento importante na nossa administração. Atendemos, hoje, 227 Municípios, ministramos esse curso para 960 mil crianças formadas e estamos atuando em 1 mil 858 escolas do Estado do Paraná. É um projeto belíssimo, um trabalho de prevenção, mais uma atividade feita pela Polícia Militar, das tantas atividades que temos e enfrentamos todos os dias.

O projeto de combate ao tráfico de drogas, a Força Samurai e a Força Alfa. A Força Samurai é um projeto que busca, através do serviço reservado de inteligência da Polícia Militar, trabalhar identificando os pontos de vendas de drogas e os traficantes, repassando essas informações para a inteligência, que transforma estas informações, após uma filtragem, em operações policiais. É um braço, portanto, da Polícia Judiciária e do Ministério Público, principalmente do Ministério Público, é um projeto criado à cerca de dois anos e meio, para fortalecer as estruturas militares de combate ao tráfico de drogas. Ele tem, basicamente, sua atuação voltada para as denúncias que são feitas no 181, Disque Narcodenúncia, e normalmente é a Força Samurai que checa, que faz os levantamentos das informações que são repassadas para este 181.

Além do Ministério Público, atuamos com a Força Samurai, muito, em parceria nas operações da Polícia

Federal. Temos um modelo de integração aqui no Estado do Paraná, de atuação em conjunto com as Polícias Rodoviárias Federal e Estadual, que é um modelo elogiado pelos dois Ministros da Justiça, Thomas Bastos e o Tarso Genro. Eles já citaram várias vezes o Paraná como modelo, exemplo de atuação, de integração das forças federal e estadual.

A pasta é complexa, complicada. Vou tentar acelerar, para não deixar nada sem falar. A Força Alfa foi uma companhia independente, criada recentemente, que vem com a ideia de combater o crime de fronteira, o crime que tem origem na faixa de Foz do Iguaçu a Guaíra, basicamente, e que é na verdade o crime que vai ter sua consequência nas grandes Cidades, principalmente nas Regiões Metropolitanas das grandes Cidades do Estado e do País.

É lógico, evidente, que toda droga e todo traficante que é preso pela Força Samurai na região de fronteira, ele não vem atuar com sua droga na grande Cidade, na Cidade onde se tem o comércio da droga. É uma ideia de atuação estrutural. Com a criação desta Força, buscamos fortalecer a atuação do Ministério Público e Polícia Federal na região de fronteira. Nós somos, com a Força Alfa, um braço operacional da Polícia Federal e do Ministério Público, e lógico, da Polícia Civil. O projeto é definitivo. Foi criado, estruturado, desde sua concepção mais simples, ou seja, desde sua concepção estrutural até os equipamentos que foram adquiridos para ele, num estudo feito pelo Comandante Coronel Anselmo. É uma ideia do Coronel Anselmo, que tem como espelho o trabalho que é desenvolvido pela Polícia Marítima Americana. Inclusive, o Coronel Anselmo esteve duas vezes visitando as instalações em San Diego, em Miami, do trabalho que é feito pela Polícia americana, exatamente por conta da realidade da nossa fronteira da região do lago. E esta Força foi criada exatamente para suprir esta demanda identificada e conhecida por todos nós e que é um problema para a Segurança.

Na Polícia Civil a ideia foi criar um fortalecimento do Departamento de Narcóticos. A Divisão de Narcóticos existia só em Curitiba e nós, então, criamos uma ramificação, para que ela pudesse atuar em todo o Estado, cobrindo geograficamente as regiões que chamamos de “pontos quentes” do tráfico de drogas no Estado.

Então, expandimos a Divisão para Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel e Pato Branco, criando Núcleos Integrados de Atuação da Polícia Civil com a Polícia Militar, o delegado de Polícia, oficiais de Polícia, Praças e investigadores que trabalham em conjunto, colhendo informações e realizando operações especiais, como a operação policial que foi realizada ontem, um trabalho de cinco meses de inteligência em uma parceria desses núcleos do DNARC com a Divisão Policial do Interior. Foi a primeira vez na história da Polícia Civil que se realizou uma operação policial com todas as subdivisões, trabalho de quase cinco meses de levantamento de informações, de pedidos de mandados de busca e apreensão e que resultou naquela grande operação que

foi deflagrada e realizada ontem. Basicamente busca um trabalho fulcrado nas informações e na inteligência.

Por isso, o Estado do Paraná, nesses últimos quatro ou cinco anos, é o Estado que mais investiu em inteligência, números fortalecidos pelo Ministério da Justiça. Isso porque o nosso trabalho efetivamente é voltado para essa visão. Esse núcleo tem números bastante significativos de apreensão de drogas e realiza uma parceria com a Delegacia de Homicídios nas regiões onde atua, principalmente porque identificamos que onde temos uma incidência de crimes contra a vida, temos essa relação direta com a droga. Como exemplo, 95% dos crimes cometidos contra a vida em Curitiba, estão diretamente relacionados com a droga. Dois homicídios que são cometidos em Curitiba, ou o autor do crime é um viciado ou traficante, ou a vítima do crime é viciado ou traficante. Esse padrão de estatística, com pequenas variações, repete-se também no resto dos Estados.

O perfil da vítima do homicídio é que 90% das vítimas são homens, sendo que 60% têm menos de 25 anos de idade e 95% são usuários ou traficantes de droga. O do autor, 96% são homens e 95% são usuários e/ou traficantes. A média de idade das vítimas, por exemplo, de Curitiba é de 25,6 anos de idade, mas 60% desses crimes que são cometidos contra a vida são cometidos contra pessoas com menos de 25 anos de idade.

E por que isso está acontecendo? Por que esses crimes estão cada vez mais relacionados com a droga?

O principal fator é o crack. O crack é a droga mais devastadora que o ser humano conseguiu criar. Estudos técnicos e médicos informam que na maioria das pessoas o consumo, uma única vez, de uma pedra de crack, tem o poder de tornar essa pessoa viciada. As consequências são as mais nefastas possíveis, qualquer um pode acessar qualquer site da internet para pesquisar, mas ela tem principalmente o poder, falando uma linguagem bastante popular, de “derreter” o cérebro e os neurônios das pessoas, e por isso essas pessoas perdem o discernimento, perdem o critério da possibilidade de decisão racional, e por isso temos o aumento dos confrontos entre criminosos e policiais a cada dia que passa, porque todos eles estão armados e todos têm resistido à atuação do trabalho da Polícia com enfrentamento, atirando nos policiais cada vez, exatamente por essa falta de poder de decisão e de racionalidade em decorrência do uso absurdo e cada vez maior da droga crack.

Na repressão ao crime organizado, que é uma bandeira deste Governo, entendemos que o crime organizado é o crime que estrutura a grande criminalidade e agrega os criminosos de menor potencial ofensivos, utilizando aqueles criminosos como exército para fortalecer as suas atividades. Falo não só do tráfico de drogas, falo da sonegação fiscal, da adulteração de procedimentos licitatórios, da manipulação de combustíveis.

Crimes que têm relevância do crime organizado e significância financeira. Criamos o NURCE, que é o Núcleo de Repressão aos Crimes Econômicos. É inédito

no País, porque reúne as Polícias Civil e Militar num mesmo ambiente. Esse Núcleo tem 546 prisões de criminosos do colarinho branco e 1 bilhão e 600 milhões de recursos apurados em inquéritos policiais como desviados dos cofres públicos no Estado do Paraná. Um belíssimo trabalho que é feito, em larga escala, com operações especializadas, que têm objetivos bem definidos, que é o combate ao crime econômico.

A criação e fortalecimento do COPE, é importante registrar que o delegado Robson é coordenador do NURCE e o delegado Miguel é coordenador do COPE. O COPE é referência da atuação da Polícia Civil. É um organismo com maior número de policiais, responsável na investigação de grandes crimes e de alguns assuntos específicos. O TIGRE é reconhecido como o maior grupo antisequestro do Brasil. Isso não é uma obra desse Governo. É um caminho histórico que esse grupo percorre desde o início de sua criação. Mas não tenho dúvida que seus atuais integrantes são responsáveis por essa excelência no trabalho, principalmente o delegado Riad, o delegado Silvio Rokenback que poderiam ser chefes e dirigentes de instituições no mundo todo, tamanha qualidade e capacidade que têm, principalmente no que se refere à investigação policial.

O Paraná não tem nenhum histórico de sequestro. No Estado do Paraná sete sequestros em 2008 e neste ano quatro sequestros, todos resolvidos rapidamente, com a prisão dos sequestradores, o resgate dos reféns com vida, sem pagamento da quantia.

Temos ainda vários núcleos que foram criados. A Polícia Civil é uma estrutura bem grande hoje: desvios de cargas, furtos e roubos, do delegado Luiz Carlos de Oliveira; o NUCRIA, que trabalha com as crianças que são vítimas de crime; o NUCIBER, que trabalha com essa modalidade nova que são os crimes cibernéticos; a Delegacia da Mulher, que tem feito no combate aos crimes cometidos contra a mulher; o NUCRISA, que investiga crimes cometidos no setor da Saúde Pública; a força Alfa, criada para trabalhar e coibir os crimes que nascem na fronteira, mas têm consequências nas grandes Cidades; o COC, criado para trabalhar com grandes operações policiais integradas. Já temos um número de 524 operações policiais realizadas entre 2006 e 2009. Isso dá uma média de uma operação a cada 2,6 dias, levando-se em consideração que a operação, normalmente, não tem a duração de um dia só. Na média, ela dura pelo menos um dia e meio. Então, temos essa COC, que atua Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Receita Federal, Receita Estadual, às vezes a Vigilância Sanitária, a Secretaria da Saúde, do Meio Ambiente, realizando grandes operações pelo Estado nas regiões de fronteira com outros Estados, com outros Países, na repressão ao crime, principalmente ao crime interestadual e internacional.

O combate à corrupção social é uma bandeira, é um compromisso deste Governo com a sociedade paranaense. Ninguém pode pensar numa Segurança Pública eficiente adotando qualquer modelo que se pense sem que,

como primeira meta, como primeiro objetivo, você tenha um comportamento ético e moral estabelecido dentro das instituições policiais. Foi uma bandeira de política na campanha do Governador Roberto Requião. Eu atribuo boa parte da minha experiência no Ministério Público no combate à corrupção policial, na atividade de controle externo da atividade policial, um dos motivos pelos quais eu vim a ser convidado para ser Secretário da Segurança.

O trabalho, hoje, teve como foco principal, no começo, o fortalecimento da Corregedoria da Polícia Civil, a inclusão no Conselho da Polícia Civil de dois promotores de Justiça, - um deles se faz presente aqui acompanhando esta reunião, Dr. Pedro - e de um Procurador do Estado, que tem habilidade e conhecimento de procedimentos administrativos. E agora o trabalho que deve estar sendo encaminhado como mensagem pelo Governador Roberto Requião da criação e fortalecimento da Corregedoria da Polícia Militar. O resultado foi a instalação de 1 mil setecentos e quarenta procedimentos instaurados na Polícia Civil. Houve, num primeiro momento, a divulgação que esse número seria de 8 mil e alguma coisa, mas são procedimentos preliminares, não são procedimentos administrativos ou sindicância.

O procedimento preliminar é instaurado quando a Corregedoria recebe alguma denúncia, seja ela qual for, por e-mail, por telefone ou por comunicação oficial, da prática de um desvio de conduta de qualquer servidor. Antes de instaurar o processo administrativo ou a sindicância, ela instaura um procedimento preliminar, que somaram o número de 8 mil. Desses procedimentos preliminares, 1 mil 740 transformaram-se em processos administrativos ou sindicâncias. Na Polícia Militar são 7 mil 146 procedimentos disciplinares. Nesse período, temos a demissão de 249 policiais militares por desvio de conduta, seja ele qual for, e de 137 policiais civis. Um trabalho, portanto, que hoje já é sistematizado dentro da Segurança, apesar de continuar sendo um compromisso do Governador, um compromisso pessoal meu.

Modernização das técnicas de crime. Vou passar rapidamente isso. Pode avançar. Fortalecimento do Departamento de Inteligência, que antes era uma coordenação, era o SISESP, hoje é o DIEPE. O SISESP é um dos mais antigos do País transformado em departamento, o DIEPE, com status no nível hierárquico do Comando Geral da Polícia Militar, do Departamento de Polícia Civil, e que é uma referência nacional. Tanto é verdade que o nosso departamento é convidado pelo Ministério da Justiça para organizar e capitanear em outros Estados, porque a maioria dos Estados brasileiros ainda não tem Departamento de Inteligência, um projeto de criação de Departamento de Inteligência, no País e Estados afora. Investimos pesado, compramos equipamentos de inteligência, garantimos uma sede própria, reforçamos o contingente. Agora, é um trabalho silencioso, velado, sigiloso, enfim, o que dá para dizer sobre ele é isso.

Investimos pesado na modernização do Instituto de Identificação, não só para acabar com aquela rotina terrí-

vel de demora de quatro, cinco, seis meses para adquirir uma Carteira de Identidade, isso também era um objetivo, a boa prestação do serviço. Hoje, em Curitiba, Região Metropolitana e algumas Cidades do interior do Estado, já conseguimos fazer uma Carteira de identidade em 24 horas, mas principalmente para modernizar a Polícia, criando um sistema de identificação no sistema UEFS da impressão digital, o que chamamos de biometria.

Então, a ideia é criar um banco de dados civil e criminal, compilando, armazenando todas as informações de impressão digital que são colhidas, ou no local do crime, ou quando a pessoa faz, a sua Carteira de Identidade. Esse sistema, vamos representá-lo em um grande computador na nossa CELEPAR, ele, a qualquer momento e de forma muito rápida pode ser confrontado. Ou seja, eu tenho um local de crime aonde colho uma impressão digital. Eu joga essa impressão digital nesse sistema. E se a pessoa estiver cadastrada nesse sistema, ela imediatamente é identificada. Já temos hoje cerca de 4 milhões de informações de impressões digitais cadastradas nesse sistema. Ou seja, eu tenho quatro milhões de pessoas que, se alguma delas cometer um crime, deixar a impressão digital, eu posso pegar a impressão digital e jogar no sistema UEFS e ela ser identificada com menos de um minuto. Isso é uma revolução na Polícia Judiciária do Estado do Paraná, já está acontecendo, aquilo que vemos em filmes, principalmente os filmes americanos, e que a tendência é que amplie cada vez mais, porque o banco de dados vai sendo alimentado. Agora, inclusive, estamos criando o banco de dados nacional, que vai transformar o País no primeiro País do mundo a ter um banco de dados criminal integrado em todo o seu território. Esse é um projeto belíssimo do Governo Federal, de um custo altíssimo, mas com um benefício para a Segurança muito grande.

Vamos lá, avançar. A inteligência policial que passa pela mudança na forma da gestão, primeiro com a criação do Boletim de Ocorrência Unificado, o BOU, que antes era no modelo de cada um, para uma instituição, que ficava inclusive com reserva de informação para cada instituição, ele foi unificado em um único modelo, que se presta para informar o banco de dados do geoprocessamento, que é o banco de dados que presta as informações para o trabalho da Polícia, hoje, no Paraná.

Então, não existe mais reserva de informação na estrutura de Segurança Pública do Paraná. As informações do Boletim de Ocorrência alimentam o mesmo banco de dados que fica na Secretaria da Segurança Pública e que fornece as informações para a Polícia. O Estado do Paraná é o primeiro do Brasil que deu esse passo de unificar o Boletim de Ocorrência e integrá-lo num mesmo sistema, que é o geoprocessamento, que é o sistema que nos fornece informações sobre a movimentação da criminalidade.

O geoprocessamento tem como principal destinação a coordenadoria de análise e planejamento estratégico, que é uma coordenadoria criada na Secretaria da

Segurança Pública para analisar as informações que são fornecidas para o geoprocessamento. Então, todas as informações que são fornecidas para o geoprocessamento. Então, todas as informações que são criadas pelo geoprocessamento passam pela análise desse CAP, que é um sistema de gestão, um modelo americano.

Tivemos técnicos que foram conhecer esse modelo nos Estados Unidos, Nova Iorque, Chicago, Washington, Los Angeles, e adaptaram esse sistema para a nossa realidade, e temos lá policiais civis e militares, mas temos também economistas, geoestatístico, cientista política, antropólogo, que analisam essas informações. E que a partir daí repassam essas informações ao Secretário da Segurança, para o Comandante Geral, para o Delegado Geral e para os policiais que atuam na base.

Outro investimento pesado que fizemos e que está somando algo parecido com R\$ 27 milhões é o investimento em modernização no sistema de comunicação da Polícia, o que chamamos de CIOSP - Centro de Operações Policiais, com, inclusive, a digitalização do rádio. O Paraná entra em um processo, portanto, da digitalização do rádio, aonde a Polícia não vai mais poder ser copiada, enfim, por quem tem interesse de copiá-la, principalmente os criminosos. E o investimento no AVL, que é uma forma de rastreamento dos veículos também, criando uma cerca eletrônica.

A realidade do 190, são números, eu vou lê-los rapidamente porque o nosso tempo está muito corrido. Nos últimos seis meses tivemos 1 milhão, 250 chamadas só em Curitiba para o telefone do 190, do CIOSP. Dessas, 83.7% não são relacionados ao trabalho da Polícia. Das pessoas que ligam para o 190: 28% são trotes; 25% a pessoa liga e desliga; 27% são pedidos de informação. Porque o 190, hoje, é uma referência para qualquer atividade. Nesses seis meses nós geramos o atendimento de 205 mil ocorrências em Curitiba. Isso significa uma ocorrência a cada um minuto e meio, que foi atendida pela Polícia, em Curitiba e Região Metropolitana.

Investimento na Polícia Científica: no Instituto Médico Legal realizamos um concurso, que desde 1994 não era feito. Contratamos 49 médicos legistas, químicos, toxicologista e auxiliares. Estamos investindo na maior revitalização dessa instituição. O Governador determinou a construção de oito novas unidades do IML, espalhadas pelo Estado do Paraná. Já licitadas e homologadas as licitações, os IMLs de Paranavaí e Paranaguá. Em fase de licitação União da Vitória, provavelmente no despacho de amanhã, e Toledo. Restam Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Curitiba. Investimento pesado, compra de viaturas, nove novos furgões, mais 14 em processo de compra, reformas que foram realizadas em Ponta Grossa e Apucarana. Enfim, investimento pesado, que somam o valor, entre compra de equipamentos e modernização, R\$ 1,3 milhões, em um aumento substancial também do orçamento. Compramos 43 viaturas. Inclusive foi utilizado pela Polícia de São Paulo, emprestado no incidente da TAM.

O laboratório de DNA, que o Paraná é pioneiro no Brasil há anos e adquiriu agora mais um, a criação do banco de dados de criminosos de crimes sexuais. A realização de concurso, que desde 1994, é o terceiro na história. O primeiro, na década de 70, o segundo, de 90. O de 1994 foi concretizado, agora, com a contratação de 80 novos peritos.

Todos conhecem a filosofia do policiamento comunitário e o modelo que mais o exemplifica é o Projeto POVO. Este projeto está em 75 bairros de Curitiba, em nove Cidades da Região Metropolitana e em 43 Cidades do interior. A ideia é fazer com que o policial atue sempre na mesma região, para ser conhecido, conhecer as pessoas, melhorar o nível de relação com a comunidade e, a partir daí, receber informações importantes para a atuação do seu trabalho. Criamos a cerca eletrônica em Curitiba, ou seja, uma viatura de um bairro não pode sair do bairro, porque se ela sair, imediatamente é acusado no sistema que foi ultrapassado o limite daquela cerca eletrônica do bairro e ele terá que justificar porque saiu, para criar um controle do policiamento comunitário.

A Patrulha Escolar é um projeto que atende mais de 1 milhão e meio de crianças e alunos, hoje, da nossa rede escolar, com 2 mil 154 escolas atendidas. Esse projeto é referência para o Brasil. Dados importantes: 97,46% das atividades desenvolvidas pela Patrulha Escolar são preventivas e apenas 2,54% são atividades de atendimento de ocorrência. Apesar de que o atendimento de uma ocorrência de um jovem, portando uma arma na escola, tem uma dimensão e faz parte de um contexto gravíssimo.

A Patrulha Rural é um projeto criado de policiamento comunitário, para atender a zona rural. Sabemos que a zona rural no Paraná é muito extensa. Temos comarcas que têm mais de 4 mil estradas rurais. Não é fácil, é quase impossível você estabelecer uma forma de policiamento ostensivo, de forma onipresente, mas existe um método de trabalho, onde a parceria entre a Polícia Militar e os proprietários rurais estabelecem a partir dessa filosofia de policiamento comunitário.

Conselhos Comunitários de Segurança, há política desse Governo de revitalização deles.

Investimento no SIATE, na Força Verde, a Polícia que existe para combater os crimes ambientais, em um investimento pesado que fizemos.

O Bombeiro Comunitário, um projeto sensacional no Estado do Paraná, que criou uma forma de atendimento de demanda de Cidades de menor intensidade populacional estabelecendo uma parceria entre um Município e a Instituição Corpo de Bombeiros. O Estado comprou 75 desses caminhões, o Estado financia a construção da sede e treina os servidores do Município para atuarem nesse projeto.

O investimento na Instituição do Corpo de Bombeiros, os maiores investimentos feitos na história dessa Instituição em valores. Começando pelo SIATE, tínhamos o atendimento, no início deste Governo, de sete

Cidades. Este atendimento hoje está em 26 Cidades; compramos 116 novas ambulâncias.

Os investimentos no Corpo de Bombeiros somam na ordem de R\$ 70 milhões, 313 viaturas como ambulâncias, ônibus, micro-ônibus, embarcações, obras.

O problema da superlotação, que é um problema relacionado diretamente com o desempenho da Polícia. Só para dizer em números rápidos, tínhamos, quando assumimos, 6 mil e 400 vagas no sistema penitenciário e cerca de 8 mil presos em delegacias. Em 2003 haviam 14 mil criminosos presos no Estado do Paraná. Hoje temos 15 mil e 400 vagas no sistema penitenciário, todo superlotado. Temos 10 mil e 600 vagas em delegacias e cerca de 4 mil presos em cadeiões, todos superlotados. Duplicamos a população carcerária. É importante dizer que esta duplicação faz parte da rotina, inclusive do entra e sai do sistema, porque todo criminoso tem um período em que cumpre a pena e que é posto em liberdade. Então, essa dinâmica do entra e sai foi superada com o rendimento do trabalho da Polícia. Esse é um número que reflete muito a eficiência do trabalho da Polícia que é feito hoje no Estado do Paraná.

Temos ainda a política de contratação de celas modulares.

Vamos comentar um pouco o panorama dos índices, de forma resumida, no Estado do Paraná.

Em relação aos homicídios, no Paraná ocorrem nas regiões com maior concentração populacional. Curitiba e Região Metropolitana possuem aproximadamente 30% da população e concentram 48% das ocorrências de homicídios de todo Estado. A Região Metropolitana, em 2007, tinha 21% dos crimes contra a vida. Hoje ela concentra 29%, houve um aumento dos crimes contra a vida na Região Metropolitana.

Cidades como Paranaguá, Ponta Grossa, Laranjeiras, Foz do Iguaçu, Toledo, Campo Mourão, Maringá, Paranaíba, Sarandi, Londrina, todas elas no ano de 2009 tiveram a redução dos crimes contra a vida. Algumas substanciais, como de Londrina, que chegam a 30% outras como Foz do Iguaçu que chega a 17% que vem num processo de redução desde 2005. Hoje somado chega a 50% dos crimes contra a vida.

Portanto, existe uma tendência nessas Cidades de redução dos homicídios. É importante lembrar que o homicídio é o índice utilizado para medir a violência em qualquer região do planeta. É o índice adotado tecnicamente para medir o crescimento ou diminuição da violência no planeta Terra. No Paraná, portanto, volta a dizer, tivemos nas grandes áreas integradas de Segurança Pública, em Paranaguá, Ponta Grossa, Laranjeiras, Foz do Iguaçu, Toledo, Campo Mourão, Paranaíba, Maringá, Londrina, Sarandi, uma diminuição.

Cidades como Cascavel, Guarapuava, São José dos Pinhais, Colombo e outras Cidades da Região Metropolitana tiveram aumento. É uma oscilação que varia de ano para ano.

Bom frisar, só em Foz do Iguaçu, que era um exemplo para o País de crimes contra a vida, essa redução desde 2006, quando iniciamos um trabalho concentrado, não só de Segurança Pública, mas de investimentos sociais do Governo Federal, Estadual e do próprio Município, a redução chega a 50%.

Provavelmente, é um dos maiores resultados em percentuais de uma Cidade de características como é Foz do Iguaçu na história do País - pouco falado, infelizmente. Por que quero dizer infelizmente? Porque Foz do Iguaçu é um polo turístico de atração mundial, segundo destino turístico do País, e quando a notícia era negativa nos anos de 2005, 2004, 2003, a repercussão era gigantesca, era nacional e até internacional, e quando a notícia era positiva, infelizmente não temos a mesma potencialidade, o que para nós é estranho, porque isso só traria benefícios para Foz e para o Estado do Paraná.

De qualquer maneira, esses são os números.

Importante dizer que 80% dos homicídios dolosos aconteceram em 42 Cidades do Estado. Dos 399 Municípios que temos, 80% deles aconteceram em 42 Cidades. Em 172 Municípios do Estado não tivemos nenhum homicídio este ano. Em 173 outros Municípios tivemos menos de cinco homicídios neste ano. Em 18 Municípios aconteceram entre cinco e 10 homicídios e nos 33 restantes, que somam o total de 399, aconteceram mais do que 10 homicídios, e aí estamos falando de grandes Cidades como Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, enfim, é um registro que o geoprocessamento traz. Em 172 Municípios não tivemos nenhum homicídio este ano; em 173 tivemos de um a cinco; em 18 mais que cinco e menos que 10; e em 36 tivemos mais do que 10.

Os índices de Curitiba, que são tão falados, eles têm uma média histórica que pode ser analisada nesta tabela, do ano de 1995 até o ano de 2009, até sexta-feira. O ano que mais tivemos homicídios em Curitiba foi o ano de 2000, com 626 homicídios. A média do período dos oito anos do Governo que nos antecedeu, para cada 100 mil habitantes ela é de cerca de 35 para cada 100 mil. A deste Governo é de 30.80 para cada 100 mil, se não estou equivocado no número, lembrando que a população aumentou substancialmente neste período. Hoje, o nosso percentual, para cada 100 mil habitantes, é de 24.05 no ano de 2009.

Um dado mais importante em Curitiba, 54% dos homicídios registrados em Curitiba acontecem em seis bairros da Cidade, e então temos uma concentração, que é exatamente a concentração de uma população menos favorecida, de mais baixa renda, onde se concentram 54% dos crimes contra a vida. Os bairros são: Alto Boqueirão, Uberaba, Tatuquara, Sítio Cercado, Cajuru e Cidade Industrial. Estão diretamente relacionados à miséria, ao tráfico, ao desemprego, à falta de Educação, à falta de políticas sociais.

No crime de roubo o aumento no Estado do Paraná é de 5%. Curitiba tem 17% da população e cerca de 54% de todos os roubos que são cometidos no Estado, registra-

dos no Paraná. Setenta e cinco por cento de todos os registros de roubo aconteceram em Curitiba e Região Metropolitana e temos, no Estado do Paraná, de janeiro a setembro de 2008, em comparação com 2009, uma queda dos roubos em 11 áreas integradas de Segurança Pública.

Na verdade, só Curitiba, Ponta Grossa e Londrina não tiveram esta queda. Todas as demais áreas tiveram queda. Como se concentra muito roubo em Curitiba e Região Metropolitana, o aumento em Curitiba implica no aumento, no percentual geral do Estado.

Furto é uma realidade um pouco diferente, está em queda em 7% no Estado do Paraná; a queda em Curitiba é 2.22; as maiores quedas são em Paranaguá, Ponta Grossa, São Mateus, União da Vitória, Pato Branco, Umuarama, Maringá e Telêmaco, 41% dos Municípios responderam por 80% da totalidade dos crimes de furto. Enfim, é um panorama também.

Bom, pode colocar no últimos slide.

Sr. Presidente, percebo que avancei realmente, quero pedir desculpas, o assunto é muito extenso e eu procurei ser o mais conciso e objetivo possível. Na verdade eu precisaria de pelo menos mais uma meia hora para poder discorrer a respeito desse assunto, mas fico agora à disposição. Acho que com os debates vamos poder esclarecer melhor.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, quero dizer a V. Exa. que eu concordo que possamos dar mais uma hora ao Secretário, porque nós sentimos que ele foi sucinto. Sr. Presidente, mais uma hora para ele falar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado, quero dizer que estipulamos um prazo, estabelecemos um *modus operandi* e vamos cumpri-lo.

Quero, ao tempo, agradecer ao Secretário a compreensão, e acho que nesta uma hora e 40 minutos que o Secretário discorreu deu para nós termos uma noção exata, ou bastante próxima, daquilo que pretendia o Secretário.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só gostaria de perguntar ao Secretário, rapidamente, o Secretário deu muitos dados e muita gente da imprensa que está aqui, eu como membro da imprensa também, alguns dados me surpreenderam, me chamaram a atenção. Gostaria de perguntar ao Secretário, para facilitar todo o trabalho da imprensa: esses dados colocados aqui, principalmente a questão criminal, estarão disponibilizados a partir de agora na internet, ou em algum lugar que os membros da imprensa possam ter acesso para discutir depois?

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Sim, Deputado, já estão disponibilizados no site da Secretaria da Segurança Pública, seguranca.pr.gov.br.

Aliás é uma política de Governo a publicação dos índices de criminalidade, feitos pela primeira vez na história.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas detalhado como V. Exa. explicou? Se entrar agora tem tudo lá?

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Não, estas especificamente não, mas não vamos colocar, atendendo a pedido.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

É isso, Secretário, que eu gostaria, porque V. Exa., deu aqui dados que não tínhamos acesso. Tenho certeza que muitos membros da imprensa gostariam de ter acesso.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI.

Sem dúvida. Vamos colocar a apresentação na internet. Vamos sair daqui e tentar colocar ainda hoje.

Interpeladores:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Boa-tarde.

Secretário, o Governador vetou um projeto que permite aos agentes penitenciários andarem armados fora do trabalho, e nós sabemos que o policial, no trabalho ou no dia de folga, está sujeito a uma vingança de alguém que foi preso por ele. Então, vamos votar contra o veto do Governador, pensando na segurança dos agentes penitenciários.

Recebo um e-mail, Secretário Delazari, agradecendo a presença aqui, sobre o salário de policiais do Tocantins, a partir de janeiro: Soldado vai começar ganhando R\$ 3.223,71; um cabo: R\$ 4.015,00; 1º Sargento: R\$ 5.212,71; Subtenente; R\$ 6.112,32.

Neste momento, na minha Cidade de Londrina, a Vera Robbo, que é uma grande líder do Movimento de Esposas de Policiais Militares, e eles estão acompanhando a Sessão da Assembleia, como o policial, coitado, é a única categoria que não pode falar porque se falar apanha, quer dizer, é punido, não pode reivindicar, as esposas dos policiais têm aqui uma reivindicação, Secretário Delazari: para os policiais que estão de folga e que são chamados, os bombeiros também, muitas vezes estão no descanso, mas surge uma emergência, um combate a incêndio, uma reintegração de posse, um show, um futebol, e tem uma lei que está sendo pedida aqui pelo Movimento das Esposas dos Policiais, que permite o pagamento até de R\$ 100 para o serviço extra, num total

de seis horas. V. Exa. é um jovem talentoso, e a reivindicação, Secretário Delazari, é para o Governador amolecer o coração e passar esses R\$ 100 para R\$ 150, porque não é nada, mas que vai fazer uma diferença enorme para a família do policial militar.

A outra coisa é a questão do subsídio. Já assinei uma emenda nesta Casa, tem mais 25 Deputados que assinaram, para os policiais poderem receber conforme a Constituição Federal, pelo sistema subsídio, porque é um direito que já existe há 11 anos e que até agora não foi implantado.

Faço um apelo ao Secretário Delazari, se puder nos informa-se o Governo teria condições de sensibilizar os seus Deputados, porque tem Deputado que não quer contrariar o Governador e fica com medo de assinar emenda constitucional. Precisamos de 33 assinaturas para botar um pouco mais de dinheiro no bolso dos policiais, através do pagamento de subsídios.

E para terminar, dizer que hoje é um dia importante para a história política do Paraná e presença do Secretário. Estão aqui nas galerias diretores do SINCLAPOL, da União da Polícia Civil e do SINDIPOL. O que eles estão fazendo? Um chorinho aqui para V. Exa, e para o Governador Requião. Faz cinco anos que eles estão esperando o Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Então vamos aproveitar essa presença importante do Secretário Delazari.

Estou enfocando outro lado da Segurança, porque se o policial, logo de manhã, já tem um cobrador na porta de casa porque está endividado, ele já sai nervoso e acaba não produzindo, como todo o trabalhador. Então a pergunta, Secretário, o subsídio, essa questão do agente penitenciário não poder andar armado na folga. Esse pagamento da hora trabalhada fora do expediente de 100 para 150. E esse Plano de Cargos, Carreiras e Salário. Dê uma grande notícia para os policiais militares, e para os policiais civis e para os bombeiros.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Queria agradecer as suas perguntas e as suas colocações. Acho que elas fazem parte das discussões que aconteceram hoje a respeito de políticas salariais para as duas Instituições no Governo. Iniciando, dizer que com relação aos agentes penitenciários, eles são lotados na Secretaria da Justiça. Vou falar a respeito do assunto da minha pasta de Segurança Pública.

Evidente que o salário que os nossos policiais recebem, o salário base não é aquele que o Governador, ou eu inclusive, gostaríamos de pagar. O que existe dentro do Estado é uma política salarial que visa a dignidade do exercício da atividade tão relevante como é a da Segurança Pública. Evidente que quando você fala de salário tem que traçar um panorama histórico. Quero trazer o exemplo de um salário base de um policial, que no mês de dezembro de 2002 era de R\$ 706,29, e ao longo desse período de Governo teve alguns reajustes e alguns aumentos salariais foram dados. Hoje, um policial mili-

tar, um Praça entra na Instituição ganhando R\$ 1 mil 822. Se você corrigir aquele valor de R\$ 706 para os dias de hoje, o que ele recebe hoje dá um aumento de 163%. Tirada a correção, o aumento é de 110%. Não é o melhor salário do mundo e nem o que eu pessoalmente gostaria de destinar, ou o próprio Governador, mas é, reconhecidamente, um aumento substancial em valores reais, acima da correção da inflação de 110%.

O meu papel e o papel do Governador é sempre estar dialogando com o sindicato, com as entidades de classe, com a Instituição, buscando uma melhoria salarial. A política do Governo é uma visão em relação a todos os servidores. Evidente que a Segurança Pública tem e deve ter um tratamento privilegiado.

Os projetos que o senhor fala, do subsídio e de pagamento da modificação da estrutura dos R\$ 100, estão em fase de análise na Secretaria da Administração, que é a pasta que cuida desses assuntos. Nós, o Comandante Geral, o Delegado Geral, temos interferência nisso, porque somos do Governo, da cúpula do Governo, mas a análise técnica deles e a definição é do próprio Governador.

Em relação ao Plano de Cargos e Salários da Polícia Civil, uma ideia, um projeto do Governador Requião, quando ele teve uma reunião com integrantes do Sindicato da Polícia, mas notadamente, se não me engano do SINCLAPOL e da União, que foram discutir um aumento salarial, naquele momento foi decidido que além do aumento a ideia era se criar uma comissão para fazer um reestudo, que é muito mais que um Plano de Cargos e Salários, muito mais do que isso, é uma modernização das estruturas policiais. Ele prevê modificações estruturais na carreira da Polícia, que hoje é formada por delegado, escrivão, investigador e papiloscopista. Vamos transformar essa estrutura em uma estrutura moderna e totalmente diferente da que existe. Esse é um projeto, portanto, de fôlego, um projeto que necessitou da análise de vários setores do Governo, em debate, sempre, com as categorias. Inclusive os próprios integrantes dos sindicatos fazem parte dessa discussão e constam no decreto do Governador, que criou essa comissão para essa discussão.

É um projeto que está sendo ultimado, se não me engano deve estar tramitando na Secretaria do Planejamento, para a finalização e encaminhamento, para a análise da Secretaria da Administração e do Governador Requião.

Mas que lhe dizer que sou um parceiro, sou um Secretário que identifico essas questões e que atuo sempre buscando melhorar e adequar esses benefícios.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Secretário, agradeço e entendi que o problema então está na Secretaria da Administração. Mas se eles quiserem eles podem equacionar, resolver e mandar para a Casa, em questão de 48, 72 horas.

A questão do subsídio que eu disse, eu e mais 25 Deputados assinamos para dar esse direito aos policiais.

Se a emenda for aprovada não depende de sanção ou veto do Governador, porque a emenda constitucional está acima, o Governador está abaixo da Constituição.

Temos dito aqui da tribuna, Secretário Delazari, aí já não é tocante ao Governo, mas é coisa interna da Casa, que nesse painel aqui - no ano que vem vai ter eleição - que o Parlamentar que votar contra os interesses dos policiais certamente alguns vão ser aposentados pelo povo no ano que vem, alguns nomes poderão ser substituídos no painel.

Secretário Delazari, agradecendo a presença de V. Sa. cumprimentando a direção desta Casa pelo cuidado que teve em preparar essa Audiência Pública, voltando a falar sob o Plano de Cargos, Carreiras e Salários para a Polícia Civil, rendendo a nossa homenagem ao SINCLAPOL, à União da Polícia Civil e ao SINDIPOL.

A nossa preocupação, Secretário Delazari, como eles estão aguardando esse Plano de Cargos e Salários há cinco anos, agora começa a se agitar esse meio policial, já se discutindo até no meio dessas três entidades uma possível greve na Polícia Civil do Paraná. Isso até com constrangimento por parte do policial civil, porque ele não quer fazer a greve, ele quer que o Plano de Cargos, Carreiras e Salário seja implantado para melhorar a vida dele. Porque a profissão do policial, seja da Polícia Civil ou da Polícia Militar, é uma profissão de alto risco. Está virando rotina na imprensa, infelizmente, o policial que tomba morto e muitas vezes o Governo não manda nem uma corbelha de flores e nem um cartão para a viúva.

Então, Secretário, temendo até que haja essa greve e que poderá abalar sensivelmente a segurança da população do povo do Paraná, é que nós pedimos a V. Sa. o apoio para o movimento do SINCLAPOL, da União da Polícia Civil e do SINDIPOL, para com os policiais civis, no Plano de Cargos, Carreiras e Salários, e para a Polícia Militar, além do pagamento dessas horas também para os bombeiros, de 100 para 150 a hora trabalhada fora do expediente. Que possamos celebrar logo, logo, a aprovação, nesta Casa, do tão desejado subsídio, que dará tranquilidade aos policiais.

Obrigado.

Deputado Mario Roque (PMDB)

O SR. MARIO ROQUE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, militares presentes, seja bem-vindo nosso Secretário, assim como sua pequena comitiva aqui presente.

Tenho duas perguntas a lhe fazer: a primeira gostaria que V. Exa., depois de fazer este demonstrativo, pudesse me dizer como é que se pode fazer Segurança no Litoral, quando temos Paranaguá, uma Cidade com 140 mil habitantes, sem a população flutuante, com 175 militares, um delegado, 12 investigadores e quatro auxiliares de carceragem; Guaratuba, 34 mil 100 habitantes, 41 militares, oito investigadores; Matinhos, 33 mil 688 habitantes, 31 militares, cinco investigadores; Antonina, 20

mil 729 habitantes, 15 militares, 13 investigadores; Pontal do Paraná, 18 mil 848 habitantes, 23 militares, oito investigadores; Morretes, 16 mil 857 habitantes, 21 militares e três investigadores; Guaraqueçaba, 8 mil 677 habitantes, 12 militares, não tem Polícia Civil, nem delegado, nenhum investigador.

Fazendo a média, temos em Paranaguá um militar para 799 habitantes; em Guaratuba um para 831; Matinhos, um para 1 mil 086; Antonina, um para 1 mil 382; Pontal do Paraná, um militar para 819; Morretes, 802 para um militar; Guaraqueçaba, 723 para cada militar.

Isto é o total, porque existe licença de saúde, férias, licença-prêmio e folga. Destes 272 mil 695, há apenas 150 ou 140 em atividade. A média, Sr. Secretário, é vergonhosa. Não se pode fazer Segurança com isto, com meia dúzia de Soldados e com 43 investigadores civis. Doze investigadores em Paranaguá tomam conta de 220 presos, quando a cadeia é para 50 ou 60 presos. Quem é que vai às ruas investigar? É o delegado, é o escrivão.

Então, não adianta fazer demonstrativos aqui, dizendo que está tudo bem, que não há mais crimes, que diminuiu. Guaratuba, Pontal e Matinhos são recordistas. Todo dia um crime, todo dia um problema. Drogas pelo caminho que segue para Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraguai. É ali a rota.

Não se pode, com 150 homens, se dar segurança a sete municípios, com 272 mil habitantes. Mas, Pontal do Paraná tem 18 quilômetros, tem 20 balneários, como é que 23 homens vão dar segurança a 18 quilômetros e à 20 balneários? E estamos falando na população fixa. Porque balneário sempre tem 30, 40 pessoas que estão passeando, que estão de férias, aniversário, final de semana. Então, isso duplica.

Isto é simplesmente vergonhoso. E a Segurança, o armamento, está aqui nosso Coronel Rodrigo, que me ouviu há dois meses atrás, trazer uma mensagem dos militares de Paranaguá. Fizeram uma reunião comigo, longe do Comando, para pedir escudo, colete, porque não tinha nenhum, Se houvesse alguém escondido num barracão e tivesse sido tirado de lá, eles não vão, porque não têm nada que os defenda. Falei para o Coronel e ele me disse, muito educadamente, que havia licitação, mas que se pudesse iria mandar uns quatro. Quatro seria para dois, punha um na frente, outro atrás. Isso é vergonhoso, século XXI, Polícia de um Estado pujante, com grande orçamento.

Vou deixar para falar depois das nossas delegadas, na réplica, que pudessem me dizer que com 272 mil pessoas, com 50 militares, possa se dar Segurança ao Litoral. Não é um núcleo, não são 272 mil reunidos, são sete Municípios. Guaraqueçaba não tem ninguém na área de Civil e trazem o preso de canoa, de voadeira, amarrado, como se fosse uma múmia numa corda para não fugir.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

A preocupação com o litoral não é diferente das outras regiões do estado, a não ser quando da ocasião da

temporada de verão, onde a população do Litoral é aumentada, pelo contingente de pessoas que vão para lá buscar seu lazer, seu momento de férias. Para isso temos a Operação Verão, para dar conta da demanda e dos problemas que aumentam com a Segurança Pública.

Os números que o senhor falou são do efetivo policial. Temos em Paranaguá e na região, área integrada do Litoral, hoje, uma redução dos crimes contra a vida deste ano para o ano passado na escala de 20%. É uma das maiores reduções dos índices de criminalidade do Estado.

Identifico isso como um trabalho que vem sendo feito de inteligência da Polícia e o senhor já se antecipou, inclusive, Deputado, e nos leu o número de presos da superlotação das cadeias, o que significa o rendimento no trabalho da Polícia, o combate que vem sendo feito à criminalidade que traz esse resultado, a superlotação das cadeias, que é um problema, não há dúvidas. Você deixar um escrivão cuidando de presos é um problema e grave. Não é o ideal.

Na estrutura da Segurança Pública do Paraná, o que temos hoje, como obrigação principal, é combater a criminalidade, que se combate também prendendo os criminosos. Não posso deixar de prendê-los e de cuidar deles de uma maneira adequada ou não. O trabalho da Polícia é efetuar a prisão.

O que fazemos, excetuando a Operação Verão lá no Litoral e em outras regiões do Estado, é buscar otimizar esses recursos que temos de pessoal e o resultado do trabalho. O senhor mesmo anunciou, com esse número exagerado de prisões do Litoral, com a superlotação das cadeias, é um problema sério e que deve ser resolvido com licitação da nova cadeia pública. Projeto novo, que foi elaborada pela Secretaria de Obras, está em fase de licitação, autorização pelo Governador e que deve suprir essa demanda. Porque quando construímos 11 novas penitenciárias, quase triplicamos o número de vagas de penitenciárias no Estado do Paraná, na política de readequação das estruturas penitenciárias do Estado, como nunca um Governo tinha feito anteriormente. Imaginávamos que estaríamos resolvendo esse problema para 20 anos; ele não resolveu nem para um mês, porque inauguramos uma penitenciária e ela já está superlotada.

Em Paranaguá a nossa projeção para esse cadeiaão é que venha resolver o problema da superlotação. Lembrome inclusive, que nos primeiros anos de Governo, quando estávamos definindo essa política de construção de penitenciárias, uma das ideias era a construção de uma penitenciária no Litoral, porque daríamos conta da população carcerária do Litoral. E me recorde muito bem que houve uma reação daquela população. Sei que ninguém gosta de penitenciária, ninguém gosta de preso perto de sua casa, mas se tivéssemos resolvido a construção de uma penitenciária na região do Litoral, talvez não tivéssemos mais esse problema. Mas, de qualquer maneira, essa demanda, esse trabalho que é feito no Litoral é feito dessa forma.

O SR. MARIO ROQUE (PMDB)

Sobre a cadeia de Paranaguá, gostaria de voltar ao passado e rapidamente talvez tenha tempo.

Pelos idos de 1992 fui Vereador e Presidente da Câmara, e era Governador o Roberto Requião. Pedi ao Tortato, que era Prefeito, que ele fizesse a cadeia, que retirasse aquela cadeia do centro da Cidade, do centro histórico da Cidade centenária, Cidade mãe e exemplo. “Vamos retirar, vamos retirar”, e não retirou.

Fui Prefeito durante oito anos. Novamente: “Governador, vamos retirar, porque já pedimos”. Ele disse: “então arruma o lugar.” Foi lá o Aldo Parzianello, foi o Juiz, não sei se V. Exa. foi também, mas foram ver um local na Alexandra-Matinhos de 150x180 metros. Era uma grande terra. “Está bom? É isso?” É. Então, mandei para a Câmara, virou lei e durante três anos o Governo teria que construir a cadeia. Acabaram os três e nada foi feito.

Fui Secretário, como V. Exa. muito bem sabe. “Governador, sou Secretário e já venho pedindo, porque é uma vergonha e não sei mais o que dizer para a população.” V. Exa. esteve comigo, a meu pedido, e o Governador, para que resolvêssemos o problema da cadeia de uma fuga, o que acontece todas as semanas. “Roque, vamos fazer a cadeia e você tem a liberdade de escolher o local, para mudarmos a administração da cadeia para outro local, para ficar mais vago um local para mulheres, para podermos contornar a situação”. Comigo foi o homem que está aí do seu lado, o Azor. Procuramos, achamos a casa e decidimos qual era o lugar. Mas não se alugou, não se começou a cadeia e continuou.

Virei Deputado e abri a boca. O Baca mandou de novo para a Câmara um novo decreto, com mais três anos para ser feito. Foram lá e tal, precisavam fazer um melhoramento no terreno e não podia ser feito, porque já tinha sido doado e era o Governo que tinha que fazer esse aterro, mas o Azor me dizia: “Roque, já está sendo licitado.” E estive agora com o nosso Secretário Araújo, que pediu que eu fosse lá, porque abri a boca nesta Casa, e ele falou: “Roque, o Governador, na última reunião Mãos Limpas, disse-me que fizesse isso que está aqui, que ele me mandou em agosto”. O projeto não existia! Estavam nos enganando desde 1992, porque não havia um projeto! Aí: “Roque, em agosto foi feito um projeto. Vamos aterrar o local e começar de imediato a cadeia”. Em agosto ele, muito correto, como foi o nosso comandante quando me atendeu, disse: “Roque, está aqui”. “E agora, quando é que começa? Estamos em agosto! Disseram-me: “Isso é com o Delazari, é ele quem vai dizer”. Lá fui eu outra vez! Eu viro uma esquina e me encontro com o Delazari e com o Requião, é aquele corre-corre, brigamos, mas estamos sempre juntos. E o que aconteceu? Ele disse: “R\$ 11 milhões e pouco, talvez não tenha dinheiro”. E é isso até hoje, agosto, setembro, outubro e vamos para novembro e não começou coisa nenhuma.

O Decreto do Baca foi em 2007, estamos em 2009, vai vencer e não se faz esse trabalho para uma Cidade que

merece respeito. Não se faz, não se retira aquela cadeia do centro da Cidade. Assinei um documento para o senhor vir aqui, porque telefonei para o senhor e não me atendeu; pedi uma audiência e o senhor não me atendeu. Falta de respeito! Sou do PMDB e o senhor também é! Eu neguei a assinatura de três documentos, porque o senhor viria, e nesse último fiquei chateado com a turma da Oposição, porque me fizeram assinar e depois correram, porque o senhor vinha de graça aqui. Era para vir na marra, para poder me respeitar um pouco, assim como respeitei sempre o senhor e como nós Deputados o respeitamos.

O que vai ser feito com Paranaguá e a nossa cadeia?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acredito que possamos discutir, nesta tarde, Segurança Pública na Assembleia Legislativa, visando o Estado do Paraná; pensar em Segurança como um todo em nosso Estado; e que não fôssemos aqui Situação e nem Oposição, fôssemos Deputados do Paraná, a fim de solicitar informações, com o rigor que deve ser solicitado; ouvir as informações, sugerir práticas de Segurança que, por certo, muitos Deputados, pelas colocações que vejo, devem ser detentores de profundo conhecimento sobre Segurança Pública.

O que me traz à tribuna é questionar o seguinte: no andamento que a sociedade está tendo é impossível imaginar que não tenhamos aumento de violência e novos tipos de crimes.

Venho do interior, lembro-me que aos sábados e domingos os hospitais ficavam abertos para atender pessoas baleadas, esfaqueadas que, pela formação impetuosa das pessoas do interior, aconteciam crimes em bailes, em festas das igrejas, e isso acabou. Hoje o crime passou para os grandes centros, passou para os pequenos Municípios também, mas quase que totalmente levados pelo poder da droga.

E esse clima que se vive, de total insegurança no Paraná, em Paranaguá, em Porto Alegre, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Brasil, tem a ver com esse aumento da criminalidade, baseado no aumento da droga.

Dentro da psicologia do crime, o criminoso quer ser cada vez mais visado, mais comentado. Quanto mais bandido for, mais ele aparece na mídia e mais ele consegue ter o respeito no meio dos seus. Isso é uma coisa natural. Então, temos um desafio.

A título de pergunta, Secretário Delazari, de que forma o crime organizado tem sido combatido no Estado do Paraná? De que forma o geoprocessamento podeaju-

dar no combate desses crimes? O geoprocessamento é algo que precisa chegar ao conhecimento da população. De outra forma, Segurança Pública, entendo hoje não só mais como uma obrigação do Estado, mas como uma necessidade de termos o Estado e a população, o cidadão, trabalhando em conjunto, em busca de uma solução para os fatos.

Como, Secretário, a sociedade civil pode participar na indicação, na denúncia de um traficante que está distribuindo drogas nas localidades? Porque o sistema de prisão no flagrante para o tóxico exige que o cidadão, ao ser preso, esteja com ele o elemento do crime. E se não tivermos essa participação da sociedade com a Segurança Pública, a própria Polícia, e aqui tem muitos policiais, a própria Polícia vai fazer um trabalho sobre-humano, por em risco sua vida, e não vai conseguir flagrante algum, porque você não tem um indicativo e uma participação para poder, no momento certo, chegar na pessoa.

Como sugestão, Secretário, o CNJ deve estar presente no Paraná, agora nos próximos dias, fazendo avaliação de processos que ficam paralisados no Judiciário. Seria muito importante que se solicitasse que fosse dado andamento, através do Judiciário, da Vara de Execuções Penais, de progressão de presos. porque muitos presos estão ocupando, hoje, presídios, quando poderiam, pela progressão da pena, estar cumprindo essa pena já em liberdade assistida.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Obrigado pelas colocações, Deputado Caíto.

Como disse na minha apresentação, Segurança não é uma fórmula mágica e nem tampouco uma medida a ser adotada como uma saída para todos os problemas. Assim é no mundo todo.

O tráfico de drogas, a droga e o crime organizado, são fenômenos da criminalidade moderna, que têm se espalhado no mundo de forma muito intensa. Grandes estruturas criminais, que trabalham com o tráfico de drogas, utilizam outras formas de atuação, e essa é uma característica do crime organizado para difundirem sua atuação criminal. Então, é muito comum você encontrar organizações criminais que trabalham como se fossem uma holding, atuando como uma atividade principal no tráfico de drogas, mas também atuando em outras atividades, algumas até lícitas inclusive, para posterior lavagem de dinheiro obtido com o tráfico de drogas. Este fenômeno de fortalecimento do crime organizado, no mundo, tem obrigado as Polícias a terem uma visão de que o combate ao crime organizado é absolutamente necessário para uma política eficiente de Segurança Pública. Os investimentos sociais, os investimentos para transformar a realidade de uma população são fundamentais, mas eles atingem uma faixa da população que não está diretamente ligada no crime organizado, mas sim, de forma indireta.

O crime organizado, portanto, não está nas favelas, não está nos morros. Ele exclusivamente atua como se fosse um poderio econômico.

Um dado: hoje se nós policiais de todo o mundo, de uma hora para outra fizéssemos uma operação mundial e conseguíssemos acabar com o tráfico de drogas, o mundo sofreria um problema econômico muito maior do que a recente crise ou de qualquer crise da história. Porque a indústria do tráfico de drogas, hoje, movimenta mais dinheiro do que a indústria petrolífera. São dados que são fornecidos pela ONU que, aliás, tem se preocupado cada vez mais com o problema da droga no mundo e com a forma de combate que é feito a ela.

Aqui no Estado nossa visão tem como prioridade o combate ao crime organizado. E isso passa pela criação de policiais de elite, treinados em núcleos especializados, para realizar esse trabalho. Cito como exemplo o NURCE, o DNARC, o COPE, a Força Alfa, o Samurai, o Grupo TIGRE, que recebem as informações que são fornecidas por essa grande ferramenta de informação que é o geoprocessamento, através do Boletim de Ocorrência. Essas informações são analisadas e, a partir dessa análise, é determinado ao delegado ou ao oficial que é o responsável por aquela área, a operação que ele irá realizar. Então, o combate é feito com base em informações que são analisadas e produzidas pelo Departamento de Inteligência.

Deputado Elio Rusch (DEM)

Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de solicitar ao Secretário que nos fornecesse uma cópia das transparências mostradas hoje aqui.

A palavra é: medo. É sentimento de inquietação diante de uma ameaça. Mas também pode-se dizer: temos, terror, pavor e susto.

Eu imaginava, em 2003, quando o Governador Roberto Requião assumiu, que ele daria prioridade absoluta à Segurança Pública. Mesmo porque ele disse que ele seria o Secretário da Segurança Pública, e no primeiro ano essa pasta foi comandada pelo Governador do Estado, acumulando o Governo do Estado com a Secretaria da Segurança Pública.

Mas com o passar do tempo, Secretário, vimos números belos, fabulosos que V. Exa. transmitiu na tarde de hoje. Sabemos que em todos os Estados há criminalidade e ninguém seria ingênuo em dizer que a criminalidade só existe aqui no Paraná. Ela existe no Brasil. Agora, se ela existe no Brasil inteiro, cabe a cada Unidade da Federação fazer a sua parte, como o Paraná está fazendo, mas precisa fazer muito mais.

A criminalidade, pelo que percebemos por meio da imprensa - seja ela pela televisão, pelas rádios, pelos jornais - está aumentando mês após mês. E não é só em Curitiba e Região Metropolitana. Isso é em Cascavel, em Foz do Iguaçu, é em Guarapuava, Londrina, Maringá, enfim, em todas as Cidades acontecem crimes. E não só nas Cidades, é no campo.

Vou falar de uma região que eu conheço: o Oeste do Paraná. Lá os assaltos e os crimes não são só na Cidade, mas principalmente no campo. É difícil passar o dia que a imprensa da Região Oeste não noticia um assalto a um agricultor, e não é só assalto, rendem a família. Ainda ontem uma família foi rendida e levada de refém, foram presos no matagal. Algumas vezes são recuperados os objetos furtados, mas muito pouco.

A criminalidade, na verdade, aumenta cada vez mais. O que temos percebido é a insuficiência na Polícia. Pouca gente, tanto da Polícia Civil como da Polícia Militar. Por exemplo, no levantamento que fizemos, Secretário, e o Senhor deve ter esses números, são 210 Municípios no Estado do Paraná que não têm um policial civil fixo, e muitos delegados, como disse V. Exa., respondem por diversas regiões. Na minha Cidade de Marechal Cândido Rondon, por exemplo, 45 mil habitantes, um delegado, um escrivão e cinco investigadores para atender essa Comarca e mais cinco Municípios próximos a Marechal Cândido Rondon. Eu poderia citar 'n' outros Municípios onde acontece da mesma forma.

Falta contingente na Polícia Militar? Falta. V. Exa. acabou de dizer que são em torno de 17 mil os policiais efetivos que temos hoje. Na lei são mais de 21 mil vagas. Há sete anos, a informação que temos é que tínhamos algo em torno de 18 mil polícias efetivos. Na verdade, diminuí o número de policiais da Polícia Militar.

Os investimentos, V. Exa. disse que o Paraná é o que mais investe, tenho aqui os investimentos e está no site do Ministério da Fazenda, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Justiça, que mostra o Paraná em 22º lugar em termos de investimento por número de habitantes. Em 2008, o Paraná gastou R\$ 108,09. São números que estão no site do Ministério da Justiça. Só investimentos mais do que Maranhão, Ceará, Distrito Federal, Piauí e Santa Catarina, por número de habitantes. São dados oficiais que temos aqui.

Poderíamos citar outros exemplos, Sr. Secretário. A Delegacia de Furtos e Roubos, aqui de Curitiba, mais de 80 assaltantes presos, apenas quatro a cinco investigadores para dar conta do serviço. A Delegacia de Roubos de Veículos, mais de 100 presos, apenas cinco a seis investigadores para dar conta. E assim eu poderia citar 'n' outras questões.

A Polícia tem que estar bem preparada. Sei que dentro das medidas se procura fazer isso, agora, gostaria de perguntar para V. Exa: quais foram os cursos realizados nos últimos tempos, para o COPE e para o Grupo TIGRE, para preparar a nossa Polícia para enfrentar a criminalidade? Os outros três minutos vou usar depois.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Deputado, o senhor citou o número de Municípios que não são atendidos pela Polícia Civil. Não são e nunca foram. Esses Municípios têm uma população muito pequena e um índice de criminalidade baixíssimo. Alguns deles, inclusive, ou a totalidade, estão dentro

daqueles 172 Municípios que eu relatei, que neste ano não tiveram nenhum homicídio. Temos Municípios no Estado do Paraná que já há alguns anos não têm nenhum homicídio. São Municípios que têm uma população pequena e que têm uma criminalidade muito pequena. É gente trabalhadora, geralmente do campo, ordeira, e que não foi ainda atingida por esse problema do crack, da droga.

O senhor sabe que a ideia do trabalho da Polícia Civil é uma atuação em conjunto com as estruturas da Polícia Militar, buscando otimizar os recursos que temos de material humano para dar atendimento às Cidades.

Então, como o senhor mesmo disse, existem delegados que tomam conta de algumas Comarcas, eu citei o exemplo dos que mais cuidam de Cidades, Comarcas não Cidades, Cidades pequenas também e com um baixo índice de criminalidade.

Eu não digo - e quero ousar discordar de V. Exa. quando fazemos uma análise em relação aos índices de criminalidade do Estado - eu não acho que os índices são bons. Estou dizendo para o senhor que são índices reais, que eles existem; que não existem, por exemplo, uma explosão dos crimes contra a vida em Curitiba, que os crimes contra à vida aumentaram na Região Metropolitana. Isso é fato; em Curitiba não. Aliás, a média de percentual para cada 100 mil habitantes dessa administração é bem inferior à média dos oito anos anteriores, levando-se em consideração que o crack e armamento, o tráfico de armas, intensificou muito nesse período.

Foz do Iguaçu, com o o senhor disse que tem aumentado a criminalidade, não é o que o geoprocessamento identifica, e eu utilizo como medidor o crime do homicídio. E teve uma redução, de três anos para cá, de 50%; neste ano algo em torno de 17% até este período. Como eu disse anteriormente, Maringá teve uma redução dos crimes contra à vida, ficamos 53 dias sem um homicídio em Maringá, que é uma Cidade de 300 mil habitantes. Isso é um fato inédito na história do País e não é à toa que Maringá é reconhecida como a Cidade mais segura do Brasil. Sarandi, que fica na Região Metropolitana de Maringá, praticamente 70 dias sem homicídio. Londrina, a redução dos crimes contra à vida chega a 30%.

Não há dúvidas, Deputado, que existe um clamor por Segurança Pública, que a sociedade debate isso todos os dias, que os veículos de comunicação, que os jornais de grande massa têm falado desse problema todos os dias, e que esse problema passa a ser um problema do Brasil. E todos, inclusive, vendo essas notícias, se projetam muitas vezes para realidades que não são as nossas.

Agora, estou dizendo para o senhor o que, tecnicamente, eu tenho, não é a minha sensação ou a minha opinião, e quero falar mais, tecnicamente, para o senhor, que a sensação de insegurança é muito diferente da segurança propriamente dita. São coisas que caminham em caminhos, às vezes, opostos. Às vezes você tem um policiamento extremamente eficiente e você se sente inseguro.

Vou lhe dar um exemplo: quando os Estados Unidos foi vitimado com aquela barbaridade do Osama Bin Laden, que cometeu aqueles atos de terrorismo. Os Estados Unidos são tidos como a maior potência econômica da história de um País no planeta, na história da humanidade, tem uma Polícia que é tida como a melhor Polícia do Mundo, investe US\$ 40 bilhões por ano no seu sistema de policiamento; só em Nova Iorque eles têm 3 bilhões por ano. E se você perguntasse para a população daquela comunidade se ela se sentia segura, ele iria dizer. “Não”. Mesmo existindo um sistema de Segurança Pública reconhecidamente eficiente.

Então, a sensação de insegurança é muito diferente da segurança propriamente dita.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Secretário, entendo por crime não só assassinato. Eu entendo por crime: roubo, furto, assalto, aquilo que a imprensa noticia diariamente, quer dizer, tudo isso para mim é crime. Oxalá que não tivéssemos nenhum crime. Mas oxalá que tivéssemos crimes sem mortes, porque não tem preço maior do que a vida. Então, para mim tudo é crime, não é só assassinato. Por essa razão que citei essas Cidades, porque tenho tomado conhecimento do levantamento, por alguns órgãos de imprensa da Região Oeste e também acompanhado a imprensa no Estado do Paraná, que tem noticiado o aumento da criminalidade no nosso Estado.

Eu disse desde o começo que cada um faz a sua parte e tem que eleger as prioridades. Acho que quem ganha eleição governa e tem que administrar para a população. É isso que esperamos que o Governo faça. Porque não se resolve a questão da Segurança com decreto, lei ou discurso. A questão da Segurança será resolvida com trabalho, colocando os policiais na rua.

Temos “n” denúncias de desvio de função, tanto da Polícia Civil, quando na Polícia Militar. As pessoas não exercendo o trabalho para o qual fizeram concurso e para o serviço que tem que ser feito. Sem falar da superlotação que existe nas delegacias.

Recebi ontem e hoje da Cidade da Lapa, informações de superlotação, com capacidade de 30 e há 80 presos. O Município de Uraí, que não conheço, no Norte, deve ser perto de Londrina, não existe um bafômetro nessa Cidade, nem na Polícia Militar e nem Civil.

Precisamos motivar a nossa Polícia, valorizando o policial. Não adianta querermos culpar o Governo passado. Somos nós que estamos administrando, agora, com o Governo Roberto Requião e V. Exa. que é o Secretário.

Acabei de receber uma ligação - por uma questão de justiça devo fazer isso - de um policial que está nos assistindo na TV, de uma certa Cidade, que não vou nominar, dizendo que foi implantada uma gratificação para o policial de R\$ 100, para escala extra, há seis anos

sem reajuste. Faço isso para dar satisfação aos policiais que estão nos assistindo.

Com toda certeza, uma das maiores audiência da TV SINAL é essa Sessão de hoje. Espero que V. Exa., como Secretário, junto com o Comando da Polícia Militar e da Polícia Civil possa fazer o trabalho de um carcereiro, porque estaremos tirando esse investigador, que poderia apurar o crime, o processo. Ele está fazendo o serviço de carceragem e não apura os processos. A Polícia Militar fazer o trabalho ostensivo na rua, como está fazendo e fez ontem. Que belo trabalho desses 276! Não sei quantos continuam presos.

Tomara que V. Exa. determine que seja um trabalho contínuo e não só nesta semana, pelo fato de estar aqui. Espero que possamos resolver o problema da Segurança, o mais breve possível, no nosso Estado.

(Aplausos)

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Deputado, quando digo crime de homicídio, porque esse é o índice utilizado para medir a violência em todo mundo, quando você quer analisar se o índice de criminalidade está aumentando ou diminuindo, o referencial é o crime de homicídio. No site da Segurança Pública estão lá todos os índices de criminalidade. Trabalho com esses números, porque eles não são da minha percepção ou impressão pessoal.

É evidente que todo crime tem que ser investigado, apurado e lamentado. A pessoa que é vítima de um crime, a partir desse momento, ela passa a ter uma sensação de Segurança Pública em função dessa decorrência.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Certamente esta tarde ficará marcada como a tarde em que o Paraná parou para assistir, para discutir um assunto que diz respeito a cada um de nós. A nossa segurança, a segurança de nossos filhos e das nossas famílias.

Portanto, quero agradecer a presença do Secretário Delazari nesta Casa.

Mas, não vou fazer o mesmo discurso que vem sendo feito desde o início desta Sessão. Contratar mais policiais, é óbvio que precisamos; construir mais cadeias, não sei; investir em tecnologia, não sei; sei que temos um orçamento aprovado aqui por esta Casa que determina à Secretária investir da melhor maneira esses recursos em prol da Segurança Pública do nosso Paraná.

Presidente Nelson Justus, subo à tribuna sobre tudo para chamar a atenção desta Casa, dos Srs. Deputados, que estamos por discutir o orçamento do ano que vem. O orçamento do ano que vem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, terá que ter uma ótica em relação à Segurança Pública. Porque se constatamos que o grande motivo do aumento da criminalidade vem da droga e se sabemos

que a droga é vendida para os drogados e que os drogados não pode ser vistos como simples drogados e sim como doentes, então deveríamos pensar em colocar no orçamento do ano que vem recursos para a construção de clínicas para a recuperação dos viciados no Estado do Paraná. Não podemos aceitar que as crianças, que são viciadas em crack, que vivem na rua abandonadas, elas só tem dois destinos: ou vão para a cadeia ou para o cemitério. Acrescento o terceiro destino. Esse, a responsabilidade há de ser nossa, que é de criar, clínicas de recuperação dos viciados. As mães que têm um filho viciado, recebem do filho a boa vontade de interna-se para recuperação, mas para onde vai? Não há lugar para recuperar os drogados. Não há lugar para as pessoas que querem entrar no convívio familiar, no bom caminho.

Não podemos estar aqui hoje discutindo Segurança Pública e fingindo que não sabemos que existem milhares de crianças abandonadas e que são doentes porque são drogadas. Como são doentes aqueles que são alcoolizados.

Então, penso eu, o Estado deveria, sim, assumir como responsabilidade criar clínicas para o tratamento daqueles que são doentes, que são viciados. Porque sei, ando pelas ruas do meu Paraná e vejo quantas mães me pedindo: “Meu filho precisa ser internado”. E aí tem algumas clínicas que fazem de conta que tratam essas pessoas. São raríssimas as clínicas, sobretudo públicas; conheço uma em Campo Largo. De mais não sei, a não ser que se pague preço de ouro para poder recuperar um doente.

Gostaria de pedir a esta Casa que pensasse junto conosco: no orçamento do ano que vem, que se coloque verbas necessárias, clínicas de recuperação dos nossos doentes. Gostaria de receber o apoio e a palavra do Secretário neste sentido.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Deputado Neivo, o senhor toca num ponto importantíssimo que é o tratamento daquelas pessoas que já estão no ciclo maligno da droga e que não têm a opção - ou eles realmente vão para o cemitério ou vão ser presos - este é o destino, principalmente dos viciados em crack.

Quero acrescentar, concordo com o senhor, acho que esta é uma discussão que tem que ser levantada em âmbito nacional, inclusive. A falta de alternativa para esse tipo de recuperação no País é uma realidade, mas quero acrescentar uma argumentação para essa sua ideia: acho que antes de pensarmos também num investimento maciço e pesado no trabalho do viciado para o mundo das drogas. E como vamos fazer isto? Acredito que a única forma é diminuir a desigualdade social, investimentos em políticas consistentes, política educacional. Vejo o exemplo do Estado do Paraná, que investe 30% do seu orçamento, por uma emenda constitucional aprovada por esta Casa, em todo o processo educacional que transformou a realidade do ensino básico e até do ensino superior no Estado do Paraná.

Vejo que as políticas sociais do Governo, por exemplo, de isenção fiscal, a política fiscal do Governo

de troca de imposto por emprego, tem essa função, porque a partir do momento que você garante a geração de emprego e renda de uma população de um Estado, você está impedindo a desagregação familiar, que é um dos fatores que levam os jovens a ingressarem no mundo das drogas.

Agora, temos que passar por esta discussão levando em consideração alguns índices que eu recebi ontem e que fazem parte da realidade do nosso País. Temos uma massa de desempregados no País, tenho até os números aqui e quero passar pormenorizadamente para o senhor, uma massa de desempregados no País de 27%. Desses 27%, 23% são de pessoas pobres e somente 4% de classe média e dos ricos. Como que você pode pensar em construir uma política de Segurança Pública que vise retirar jovens, crianças do ciclo maligno da droga, sem que esse problema esteja resolvido?

Cito como exemplo uma comunidade muito próxima do centro de Curitiba, chamada vila Icaraí, vila União e Autódromo. Estamos falando de mais ou menos cinco quilômetros de Curitiba. Lá tem criança de quatro, cinco, seis anos de idade que dividem um resto de comida, um lixo de comida com cachorro sarnento na rua. Esta é uma realidade de uma comunidade a cinco quilômetros do centro de Curitiba. Não estou falando da África, não estou falando dos grotões de miséria do mundo que são conhecidos. É a realidade de uma Cidade, de um Estado que tem um potencial econômico reconhecido no Brasil. Como vamos transformar, retirar essas comunidades, essas crianças da miséria, da fome e do ciclo da droga com esse tipo de realidade no País?

Acredito que as políticas sociais que existe hoje, e que já interferem nessa realidade que, claro, em médio prazo vai mudar, nesse ritmo que vai elas vão demorar muito tempo para transformar, e enquanto isso a droga está avançando, porque a droga dá muito dinheiro, como eu disse, ela movimenta mais recursos do que a indústria petrolífera no mundo, isso gera interesses econômicos fantásticos, absurdos.

A Polícia é responsabilidade por essas mazelas. É muito fácil, é um discurso simplista dizer que a Polícia não trabalha, não tem efetivo suficiente, não tem estrutura. Eu vejo que falta aprofundarmos mais essa discussão da responsabilidade da Polícia. Para nós aqui é importante dizer, o Estado do Paraná, as instituições do Estado do Paraná não estão paradas; estamos trabalhando muito. Retrato disto é o número de prisões, por exemplo, da Lapa, que disse o Deputado Elio Rusch, ou então o número de prisões no Litoral, que disse o Deputado Mario Roque, preocupado com uma situação que eu entendo que é grave, que é a acomodação desses criminosos. Eu tenho essa concepção também, Deputado, de que temos que dar, apesar de serem criminosos, uma acomodação mais digna, acho que o Estado tem que investir nisso. Apesar que dói no coração construir uma cadeia, gastar dinheiro para isso. Era muito melhor construirmos uma escola, construir um hospital.

Aliás, como o que foi construído lá em Paranaguá, o senhor deve ter acompanhado essa obra, uma obra excepcional, talvez o senhor como Prefeito nunca imaginasse que Paranaguá pudesse receber uma obra daquelas. Mas acho que é importante o investimento na cadeia, porque temos que acomodar os criminosos. Tenho também essa concepção.

Acredito que o trâmite do processo o qual o senhor clamou está moroso, talvez por conta de alguns problemas burocráticos e até de indicação de recursos por conta da gama de investimentos que estamos fazendo, mas o senhor tenha certeza que o projeto cadeia, para abrigar os criminosos lá de Paranaguá, que são em elevado número, vai sair, é um projeto muito bom, muito moderno e vamos construir sim!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Sr. Secretário, acho que ainda tenho uns três minutos, então vou concluir realmente constatando esse grande problema social, a desigualdade social que vivemos neste País e que faz com que vivemos neste País e que faz com que muitos entrem no mundo da droga às vezes até para ganhar o sustento da família. Mas temos a obrigação de atender aqueles que estão doentes por conta da droga, que é o mal do século.

Quero também, para encerrar, agradecer muito os Conselhos de Segurança. Ainda ontem estive na Associação Comercial do Paraná, aonde nossa amiga Malú assumiu a presidência da região de Curitiba, e quero agradecer muito ao empenho da Polícia Civil e da Polícia Militar, porque conheço, após mais de 26 anos de vida pública, conheço o sofrimento dos militares, sobretudo das famílias dos militares, tanto civis como militares, o sofrimento, a tensão e a angústia que vivem no dia a dia, enfrentando hoje criminosos que possuem armamentos altamente potentes e que têm um combate muito forte contra as nossas Instituições.

Quero fazer um clamor, mais uma vez, para reafirmar minha posição: temos que estabelecer clínicas de recuperação daqueles que estão drogados, sobretudo de crianças e adolescentes do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Vou pedir licença, Sr. Presidente, só para dar uma informação final ao Deputado Mario Roque: enquanto conversávamos aqui, na Segurança somos bastante ágeis, corremos atrás do prejuízo. Meu pessoal foi checar o processo cujo projeto o senhor tem conhecimento, já está na Secretaria da Administração e de Planejamento para liberação do recurso suficiente para construção. Ele vai ser licitado ainda este ano e acredito que até julho do ano que vem vamos ter uma cadeia nova para abrigar os presos lá de Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Mauro Moraes.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, deve ter me dado amnésia, V. Exa. acabou de falar agora que eu seria o próximo a falar. Talvez hoje não seja o dia de nos entendermos, mas quero, numa questão de ordem, dizer do desconforto de alguns Parlamentares de Oposição pela condução dessa Sessão, se não são muitos, mas pelo menos três estão sendo solidários comigo. Porque o que acontece? O Secretário fala uma hora e meia, tranquilo, acho que o Secretário poderia falar três horas; a Oposição, que lutou tanto para que este Secretário viesse aqui, fala cinco minutos, aí intercala-se com os Deputados do Governo. Tomara que o povo tenha ouvido os questionamentos que o Deputado Neivo Beraldin fez ao Secretário, porque ele deve estar satisfeito com a Segurança.

Sr. Presidente, concluo a minha questão de ordem, sei que V. Exa. procura não ser deselegante, mas V. Exa. tem me dado um tratamento neste Plenário que não estou satisfeito, porque eu era o quarto inscrito e estou ficando para o 10°.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou responder a questão de ordem, em que pese ache desnecessária. Acho que deveríamos aproveitar a presença do Secretário para qualquer discussão e não debater entre o 2° Secretário e o Presidente da Casa. Respondo a questão de ordem de V. Exa., o primeiro orador inscrito aqui na Casa foi realmente V. Exa., Deputado Valdir Rossoni, que pediu para ser o quarto interlocutor. Começamos a intercalar, pusemos o Antonio Belinati por primeiro, colocamos um da Situação, da Oposição, para que todos falem, e todos vão falar. Não é diferente.

Não vejo - temos 26 Deputados que vão questionar o Secretário - que diferença vai fazer se o Deputado Mauro Moraes fala em segundo, em terceiro em quarto. Ele vai ter o mesmo tempo. No que eu abri o precedente ao Deputado Elio Rusch, que cavalheirescamente fez a sua colocação e ficou sem a sua resposta, de igual maneira o Deputado Mario Roque. Eu sugeri ao Secretário, que em uma brecha que for possível responda ao Deputado Elio Rusch e ao Deputado Mario Roque, porque o objetivo aqui, Deputado Rossoni, não é nenhuma disputa pessoal do Deputado Nelson Justus com o Deputado Rossoni. Estamos aqui, sim, procurando extrair o máximo possível do Secretário Delazari. E estamos conversados.

Com a palavra o Deputado Mauro Moraes.

O SR. VALDIR ROSSONI

Me desculpe, V. Exa. está colocando como disputa pessoal, porque tem dado a mim um tratamento diferenciado. Não quero mais nem discutir esse assunto. A grande verdade é que estou inscrito como quarto e vou ser o 10°.

Deputado Mauro Moraes (PSDB)

O SR. MAURO MORAES

Boa-tarde senhoras e senhores presentes. É uma honra tê-los aqui para discutirmos a insegurança do Estado do Paraná.

Ouvi atentamente o Secretário e gostaria de fazer algumas observações com referência ao orçamento *versus* policiais. Tive a oportunidade de já abrir o orçamento da SESP este ano, e pude verificar que perdemos no total quase R\$ 80 milhões. Infelizmente, no item pessoal, que é o item que podemos reajustar os salários dos policiais militares e civis, tivemos uma redução de quase R\$ 170 milhões. Ou seja, aprovado em 2008 para gastar em 2009 R\$ 1 bilhão e 13 milhões. Este orçamento para gastarmos no ano que vem, R\$ 843 milhões. E o Secretário nos disse há pouco que ainda vai contratar mais 2 mil policiais. E como vamos dar um aumento significativo às nossas tropas que estão trabalhando no limite? As Polícias Militar e Civil estão trabalhando no limite.

Me desculpem os policiais presentes, mas quero ter a oportunidade de dizer que não sei se eles ficam mais estressados quando saem para a rua para enfrentar os bandidos, ou quando eles retornam para o seu lar e têm que enfrentar a sua esposa e a sua família com a prestação da casa atrasada, a prestação do carro, sem dinheiro nenhum. Porque como o senhor disse aqui, R\$ 1 mil 822. E não é a informação que eu tenho.

A pergunta inicial que quero fazer ao Senhor: tenho alguns contracheques que mostram que o policial ganha inicialmente R\$ 1 mil e 600. E tenho a confirmação do senhor, quando o senhor disse numa entrevista na Band News que era R\$ 1 mil e 600 o salário inicial, sem considerar as demais gratificações técnicas, prisão de armas, isso não pode contar, estamos dizendo só do inicial. A pergunta que quero fazer a V. Sa. é: o salário de um policial, não é o que está na academia, quando ele vai para a rua, é R\$ 1 mil e 600 ou R\$ 1 mil 822?

Porque tenho algumas informações, alguns contracheques, e a própria palavra do senhor na entrevista da Band News que tenho gravada, que era de R\$ 1 mil e 600 o salário de um policial, inicial, quando ele vai para a rua.

Então, perdemos 170 milhões, no orçamento do ano que vem, onde nós vamos contratar mais 2 mil policiais, e ainda temos que dar um aumento significativo para os senhores.

Quantos policiais estão fora da atividade? Policiais que estão prestando serviço na guarda de presídios, no Tribunal de Justiça, Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Federal, enfim, para todos os outros departamentos? Qual é o número de policiais em desvio, que não estão na rua fazendo a segurança da população? Isso é muito importante para que eu saiba também.

Porque não é pago o PRONAC, não foi nomeado um gestor para que o policial militar tenha mais 20% de

aumento no seu salário, que esses R\$ 400 são muito importante? Até a Guarda Municipal de Curitiba, de São José, de Araucária já está recebendo esses R\$ 400 do PRONAC.

Quantas Cidades do Paraná têm apenas um policial e quantas não têm nenhum policial? Tenho informação precisa da própria Polícia Militar que temos várias Cidades do Paraná que não têm nenhum policial e algumas têm somente um policial. Como ele trabalha em turno de 12 por 24, de 12 por 36, mesmo essa que só tem um policial, passa a maior parte do seu tempo sem nenhum policial.

O senhor falou sobre compra de armas, coletes e viaturas. Gostaria de saber se é só dinheiro do Tesouro Estadual ou aí já está prevista também verba federal? Porque sabemos que também o Governo Federal tem ajudado na compra de coletes, de armas e munições. Gostaria de saber: o investimento é só do Governo Estadual?

As questões das diárias, Sr. Secretário, fiz um ofício a V. Sa. e infelizmente o senhor não teve tempo e acabou não respondendo esse ofício. Daí consultei o Tribunal de Contas. Nós gastamos em diárias, no ano passado, esse ano ainda não tenho informações, R\$ 20 milhões e 900 mil. Quase R\$ 21 milhões, entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, fora o DETRAN, que gastou mais R\$ 1 milhão 289 mil, e mais alguns respaldos também, 28 mil.

Não que eu ache que a diária é muito, a diária é insignificante, apenas R\$ 120. Acho que tem que pagar até mais para o policial que faz essa locomoção, que sai em serviço para outros lugares. Só que no meu cálculo aqui, 20 mil e 900 por mês da 1 milhão 742 por mês, que dá exatamente 14 mil e 500 em diárias.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

O Deputado Mauro Moraes demonstra na sua fala profundo conhecimento e intimidade com o assunto da Segurança. São muitas as perguntas:

1) a questão do salário, o senhor fala R\$ 1 mil e 600, é o Soldado de segunda classe, que está na academia, se o senhor me pergunta o Soldado que está na rua, o salário bruto hoje, base, é R\$ 1.822,95. Essa é a informação que tenho da diretoria de pessoal da Polícia Militar.

2) O senhor quer saber da verba federal. Verba federal são poucas. infelizmente, houve uma política de distribuição de recursos durante o período do Governo Federal para a Segurança Pública, que adotou alguns critérios e o Paraná tem, assim como outros Estados que têm um potencial - eu entendo e até é justificável isso - que têm um potencial econômico melhor, têm recebido menos investimentos. A maioria das compras que são feitas, são com recursos do Tesouro e não do Governo Federal. Algumas são feitas com os investimentos do Governo Federal, a maioria com os recursos do Governo Estadual.

Policiais que estão em desvio de finalidade. Veja, Deputado, o desvio de finalidade é um critério subjetivo. O senhor pode dizer e argumentar que eles não estariam nas ruas eventualmente fazendo uma patrulha ou uma prisão. Todo policial militar, mesmo estando com o Ministério Público, à disposição do Ministério Público, os que o senhor está dizendo são os policiais que trabalham na GAECO, que realizam um controle externo na atividade policial e que realizam o combate ao crime organizado.

Alguns do Judiciário dão uma estrutura de segurança da Polícia para o Judiciário. Temos alguns policiais, e muito poucos policiais que estão fora da carreira, que exercem, por autorização governamental, uma atividade de Secretário Municipal ou uma atividade relevantes como essa. Tirando isso, são poucos os casos que acredito que são pontuais, e a grande maioria dos policiais está trabalhando muito no limite. O Secretário também está trabalhando no limite. Inclusive, como o senhor mesmo reconheceu, que me faltou tempo até para responder alguns ofícios. Não tenho conhecimento de quais são, mas posso lhe responder na sequência. Em relação às diárias, é uma justificativa bastante simples. A diária é estabelecida por lei e deve ser paga quando o servidor sai da sua área de moradia e atuação para exercer uma outra atividades em outra região.

Entendemos que, além de ser uma questão legal, é justa. Não posso pedir ou obrigar o meu policial que vá cumprir uma missão, realizar uma reintegração de posse, trabalhar em Foz do Iguaçu para conter a criminalidade, o tráfico de drogas e o tráfico de armas, e exigir que ele pague do salário dele, que como todos sabemos, não é o melhor salário do mundo, para pagar as suas despesas com alimentação ou com hospedagem.

Neste Governo a nossa política foi de pagar a diária para todo policial que realiza uma missão de combater a criminalidade.

Vou listar rapidamente quais são essas atividades que implicam no deslocamento do policial.

Temos aqui, por exemplo, nas operações em Foz do Iguaçu, desde 2008, o Estado investe no combate ao crime de fronteira, ao crime de tráfico de drogas e tráfico de armas, focando Foz do Iguaçu, que é tida como a principal entrada da criminalidade.

Só em Foz do Iguaçu, no ano de 2008, foram R\$ 7 milhões pagos em diárias para os policiais, que saíram aqui de Curitiba e que foram combater por lá a criminalidade.

Entendo que isso é legítimo, acho que o policial tem que receber mesmo. Não sei o que o senhor está querendo levantar com esse assunto, se o senhor entende que não deve receber.

A ideia é, de fato, que este Governo invista os seus recursos de forma a garantir um trabalho eficiente de combate à criminalidade em todo Estado. Temos uma capacidade de mobilidade muito boa. Mas insisto em dizer, esses gastos que são feitos, por exemplo, com reintegrações de posses, operações policiais, operações de

prisão, mandados de busca e apreensão, operação de escolta policial, operação de deslocamento para transportes de corpos, das mais variadas naturezas, que a Polícia realiza. Entendo que o policial receba uma diária para isso.

Este Governo tem condições financeiras para pagar diárias, como temos condições de pagar gasolina, telefone, luz.

O senhor acompanha a Segurança e sabe que, num passado recente, esses recursos, existiam cotas de gasolina, que tinha 30 litros para trabalhar durante a semana. Isso acabou neste Governo. Não só temos dinheiro para pagar viaturas novas, gasolina, telefone e luz, como temos dinheiro para pagar diárias.

O SR. MAURO MORAES (PSDB)

Quero dizer ao Sr. Secretário que em momento nenhum protesto contra a diária dos policiais. Aliás, acho muito pouco R\$ 120 para um policial se deslocar. Assusta-me o número de diárias por mês. São 15 mil diárias em um só mês.

Dizer ao Sr. Secretário que, infelizmente, estamos vivenciando o maior caos que se instalou no Paraná em termo de Segurança. Temos que fazer uma cruzada contra a violência, estamos vivendo uma epidemia do crack, que aumenta o índice de criminalidade. E o que acontece? Hoje o cidadão de bem tem que construir sua própria prisão, colocando grades até nas portas. Não é mais nas janelas, erguendo muros, eletrificando os muros, para se proteger pessoalmente, porque ele não tem nenhum guarda ao seu lado, contratado. Ele não pode, não tem nenhum policial para fazer a segurança.

Então, está muito difícil. Enquanto os bandidos estão transitando livremente pelas ruas da nossa Cidade, ocupando nossos parques, nossos bosques, não dá mais para ir a uma praça, passear num bosque em Curitiba, ou em qualquer outra grande Cidade, porque a coisa está muito difícil.

Outra, Sr. Secretário, nosso efetivo é muito pequeno. Nossos valorosos homens da Corporação da Polícia Militar, como já disse, estão trabalhando no limite de pessoal e muito mais ainda no limite do salário. Mesmo que o senhor confirme que é R\$ 1 mil 822, é bem aquém de suas necessidades. É metade do que ganha uma guarda municipal.

Então, temos que tomar providências imediatas, Sr. Secretário, para que possamos dar um salário justo aos policiais militares e policiais civis do Estado do Paraná. Precisamos urgentemente. Se queremos Segurança - atente para este detalhe - se eles estão trabalhando no limite, há uma dificuldades de trabalho. O policial tem que trabalhar com tranquilidade. Ele corre risco de vida, na defesa e proteção do cidadão paranaense. Ele não pode ganhar R\$ 1 mil e 800.

Temos que melhorar, Sr. Secretário. Fica aqui meu apelo e é de coração que o faça: vamos melhorar o salário dos policiais civis e militares do Estado do Paraná.

E mais que isso, Sr. Secretário, como é que vamos contratar 2 mil homens e melhorar significativamente o salário dos policiais se reduzimos o orçamento do ano que vem em quase R\$ 200 milhões?

Estou apresentando uma emenda para que possamos ter de volta esses 170 milhões. E gostaria muito, Sr. Secretário da Segurança, que o senhor me ajudasse a conseguir de volta esse dinheiro, para que tenhamos pelo menos 13 milhões o ano que vem, para dar um aumento significativo aos nossos policiais militares e civis. E ao mesmo tempo, contratar mais homens. Porque, repito, eles estão trabalhando heroicamente, no limite do que pode um ser humano suportar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Secretário.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Para esclarecer, fiz uma conta rápida, o valor que o senhor disse, referente ao ano de 2009, dividido pelo efetivo de diárias, são 14 milhões, divididos por 22 mil, que é o efetivo que temos, significaria para cada policial, R\$ 660 por ano. Sabemos que isto, muitas vezes, é menos que uma diária. Só para o senhor refletir e pensar bem em relação às diárias, porque entendo que isto não é justo e esta política deve continuar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Quero, inicialmente, cumprimentar as Policiais Militar e Civil e dizer que todas as críticas que fiz desta tribuna não fiz à Corporação. Fiz, sim, à gestão pública da Secretaria, em cima do Secretário. Digo porquê: porque o Secretário, hoje, não goza de prestígio dentro da Corporação, dentro da Polícia Civil e Polícia Militar, para exercer o cargo de Secretário. Porque não adianta apenas ter o decreto do Governador. Deus queira que todos os militares e os civis, que estão aqui, estejam convidados e não obrigados. Isto é importante dizer.

E parafraseando o Presidente Lula, que gosta muito de falar em futebol, há time de futebol que quando está jogando mal, você troca o técnico e no outro dia o time começa a ganhar. Esta aí o Atlético, como exemplo, que tem o Lopes como técnico. Então, a melhor maneira de amanhã darmos uma resposta à sociedade, era uma atitude de estadista: V. Exa. se afastar da Secretaria da Segurança e deixar que uma pessoa que entenda de segurança assuma, mudando o técnico. Ao assumir a Segurança, a Corporação, certamente trabalharia com mais vontade e com mais determinação, para mostrar que há, sim, condições de dirigir essa Secretaria com competência.

Quero fazer uma pergunta ao Sr. Secretário. Dizer que o senhor afirmou, e que eu discordo, que nenhum

delegado responde por mais de cinco Cidades. Não é verdade. A delegada de Guarapuava, há pouco liguei para Guarapuava, responde por mais de 25 Municípios. Uma segunda pergunta. V. Exa. afirma que foi o Secretário que dobrou os investimentos em Segurança. Se é verdade, está aí a prova da má gestão pública, porque se dobrou os investimentos a situação da Segurança do nosso Estado tinha que ter melhorado.

E a grande verdade é que eu esperava que o Secretário da Segurança viesse aqui apontar soluções para os graves problemas da nossa sociedade e da nossa Segurança, e vi aqui ele fazer um longo histórico, muito preocupado com o Governo anterior, em estabelecer um comparativo, que para mim não me incomoda, porque quando se elege um Governo, ele vem para superar aquele que está substituindo, e não vi essa propositura. Não vi! Não vi o Secretário falar aqui, por exemplo, dos IMLs. Dizer que o IML de União da Vitória, de Curitiba ou das regiões em que não está funcionando, vai ser iniciada a construção em tal dia, em tal mês e em tal hora. Não vi. Só vi responder aqui sobre a construção do presídio de Paranaguá, que ele disse que é uma grande obra e que vai ser construída, mas estão esquecendo que este Governo está terminando. E é a mesma questão do efetivo. Vamos contratar mais efetivo, mas quando? Se estamos começando agora, é o próximo Governo que vai contratar o efetivo. Este Governo não vai ter mais tempo. Essa é a realidade!

Então, Sr. Secretário, até para não extrapolar em nenhum segundo o meu tempo, para não causar estresse ao meu Presidente, quero dizer a V. Exa.: entre no problema da Segurança e responda esses questionamentos.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Sr. Deputado, vou me ater aos assuntos de Segurança propriamente ditos. Quero esclarecer a V. Exa. que na minha apresentação não falei cinco Municípios, mas falei sete e citei os exemplos de Loanda e de Paranacity, que seriam as Cidades-polos, e mais seis Cidades, sendo que dei o nome de todas elas. Quando o senhor diz que a delegada de Guarapuava responde por 25 Municípios, isso é verdade, mas há uma confusão nisso, porque ela responde como delegada-chefe da subdivisão. Para esses 25 Municípios, que são da área abrangente de Guarapuava, temos mais sete delegados, sendo só em Guarapuava mais três.

Então, na verdade, como o delegado Jorge Azor responde por todas as Cidades do Estado do Paraná e o Secretário também, ela responde pela administração da subdivisão de Guarapuava, mas ela tem na sua equipe mais sete delegados, que atuam nesses 25 Municípios, distribuídos entre eles.

De fato é uma meia verdade o que o senhor falou, mas há uma confusão, porque ela não responde pelos 25 Municípios como delegada que instrui os inquiridos policiais, mas responde pela chefia da subdivisão. Assim é no batalhão, porque um Comandante do batalhão responde

pela área do batalhão, que é uma área que tem vários Municípios, mas ele responde administrativamente, porque cada Município tem o seu policial. Acho que ficou bem claro que ela não responde por 25 Municípios.

Em relação aos IMLs, o senhor realmente tocou em um ponto que acho importante. Há um compromisso deste Governo em reestruturar essa Instituição, que é muito importante para todo o processamento da Justiça. Qual foi a nossa ideia? Fizemos um investimento em equipamentos, aumentamos em muito o orçamento. Investimos na realização de um concurso público, que desde 1994 não era realizado. Estamos falando aqui de 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002. Fizemos a contratação de 49 profissionais. Não contratamos mais por não termos mais vagas, o quadro está completo. Com as promoções que vão acontecer, abrindo as vagas vamos contratar os remanescentes do concurso público que temos.

De fato os investimentos que V. Exa. anunciou, e citou a sua Cidade de União da Vitória, são muito necessários, e são necessários há muito tempo. E resolvemos fazer esses investimentos, estamos construindo oito IMLs. O de União da Vitória, que é uma reivindicação do Deputado Alexandre Curi, deve estar autorizada a sua licitação no despacho desta ou da próxima semana.

É um problema sério, mas estamos buscando fazer uma reestruturação do IML, assim como do Instituto de Criminalística.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero discordar da colocação da delegada de Guarapuava. Ela responde pela delegacia de Guarapuava. V. Exa. sabe que o delegado de Laranjeiras foi afastado, não foi colocado substituto, soma-se mais os Municípios da região de Guarapuava, dá os 25 Municípios.

Sobre o efetivo: em 1991 tínhamos 16 mil 993 policiais. Em 2009 temos 16 mil 893 policiais. A população do Paraná foi de 8 milhões para 10 milhões. Quer dizer, o mesmo efetivo de 1991. Não tem como fazer Segurança dessa forma.

Outra questão que quero discordar, o Secretário diz que é transparente, e não é verdade. Sua Secretaria não é transparente com todo geoprocessamento. Então aqui os dados do Ministério da Justiça, onde todos os Estados brasileiros fornecem os dados das vítimas, das ocorrências, das autorias, dos infratores. E o Estado do Paraná não fornece. Isso não é transparência.

Outra questão que quero me somar a sociedade paranaense, ninguém engoliu a “operação farsa” de ontem, montada para criar uma cortina de fumaça para a vinda do Secretário a esta Casa. Recebi várias denúncias de pessoas influentes dentro da Secretaria da Segurança Pública, uma operação montada nos últimos dias para criar uma cortina de fumaça em cima da vinda do Secretário.

Concluo: por que tanta preocupação em não deixar o secretário vir aqui? V. Exa. foi convocado por 36 Parlamentares, que retiraram, sim, a assinatura, mas não com a minha autorização e com muitos Deputados da Oposição.

V. Exa. teria que ser convocado, pelas tantas vezes que foi convidado e se negou a vir prestar esclarecimentos nesta Casa.

Agradeço ao Presidente por ter me dado esta oportunidade de colocar as questões de Segurança, mas não tenha dúvida, se eu tivesse um décimo de tempo aqui, Secretário, tínhamos muito que conversar. Infelizmente, à força do Regimento o Presidente tem que exigir. E eu me submeto.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Deputado, só para esclarecer. Reitero, mais uma vez, que seus dados e sua informação em relação à delegacia de Guarapuava estão equivocados.

O delegado de Laranjeiras do Sul não foi afastado, ele foi preso e já está designado um novo delegado, há mais ou menos 10 dias, chamado Joaquim Figueira. Então, ele esteve por dois ou três dias designada até que acomodássemos essa situação da prisão, e já foi designado um novo delegado. Então, essa informação do senhor não está correta. E veja, insisto em dizer, ele é o chefe da subdivisão, ele não é o responsável direto por toda área territorial daquela subdivisão. É assim que funciona. É a distribuição da Polícia, e não é de hoje, faz tempo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, Sr. Secretário.

Vou discordar do Deputado Rossoni no que se refere a tirar o Secretário. O Deputado Rossoni não gosta de comparações com o Governo anterior. O Governo anterior, se não falha a memória, teve três técnicos. Era um tal de deputado Tavares, que era delegado, político; um outro político chamado Candinho, que não precisamos voltar ao passado para lembrar do Candinho; e um outro delegado federal chamado Tanuri. Esse era o time da Segurança. Três comandantes da Segurança, nos oito anos da roubalheira do BANESTADO, o maior assalto da história deste Paraná. Ninguém prendeu ninguém. Por isso falta dinheiro para pagar esse aumento que se faz necessário para o valoroso policial. Faz porque amanhã, depois de amanhã, senhores policiais, vamos pegar 68 milhões dessa quadrilha que roubou o Paraná. Essa quadrilha que não foi presa, que está presa meia dúzia de coitadinho de gerente de banco. Agora, os “tubarões”, ninguém prendeu ninguém.

Não vai resolver o problema trocando o Secretário que está, há sete anos, que tem defeitos, sim, não é só virtude não, Deputado Roque, V. Exa. tem razão. O seu desabafo é porque o Governador do Paraná disse que político não tem que se meter em delegacia, não tem que reclamar.

Num passado recente se trocava de delegado como se troca as cuecas, diariamente, quando havia interesse de alguém, mas eu não sou desse tempo de Deputado que trocava delegado dessa forma. Aí o Requião proibiu: “Político, não receba”. É verdade. Secretário recebe poucos políticos, mas nós políticos trazemos os anseios do povo de lá, o povo de lá reclama do IML, da falta de segurança, da falta de algumas coisas, e trazemos para cá, e queremos ser atendidos e, às vezes, não somos atendidos.

Não vou fazer discurso de demagogia. Vou fazer o que posso fazer em relação aos policiais. Eu assinei a PEC, porque acho que é o que posso fazer como Deputado. Não adianta vir aqui discursar, contar história. Eu assinei a PEC. É uma forma de mostrarmos que podemos fazer alguma coisa. Assinei a PEC e acho que é justo aplicar a PEC para os policiais, como também acho que os delegados precisam ter um reajuste. O Governo já fez sua parte, mas vai precisar mais. Precisa mais investimento? Precisa, não tenho dúvida nenhuma, precisa de mais investimentos.

Deputado Lobinho que faz discurso, depois o senhor vem aqui e faz, Deputado Lobinho.

Sr. Presidente, Segurança Pública não é só discurso, é ação. Tem defeitos? Tem. O Secretário tem defeitos? Tem. Todos nós temos. Tem coisas boas acontecendo? Tem. Precisa melhorar? Precisa sim. Mas não é substituindo o Secretário que vamos resolver todos os nossos problemas. Acho que o Secretário que está há sete anos comandando a Secretaria é porque alguma coisa de bom tem. Vamos olhar para trás, pelo retrovisor, porque ninguém gosta, tem gente que treme, não quer falar, mas vamos olhar para trás, lá atrás foram três, aqui temos um que há sete anos está tocando.

Segurança é isso. Quando a Polícia mata um, trabalha, mata o bandido, e aí os dados do Secretário me chamam a atenção, em 95% dos crimes é bandido que morre. Bandido matando bandido, droga e coisa e tal. Agora, a mídia dá importância para quê? Qual é a importância da mídia?

Então quero deixar esse comentário, queria fazer algumas perguntas, mas não vou nem fazer. Não quero que o Secretário responda nada. Só quero encerrar, terminar, dizendo o seguinte: quero prestar uma homenagem, aqui, a uma pessoa que se eu não prestasse hoje, eu não me sentiria representante deste povo do Paraná. Até há pouco vi aqui o policial que para mim é exemplo neste Estado. Enquanto alguns, aqui, tratam a Segurança pensando nas eleições do ano que vem, vejo aqui um pai sofrido, um policial sentado naquela cadeira que há três dias atrás enterrou o seu filho. E quem já enterrou um filho sabe do que estou falando. Eu vejo aqui, na figura do Comandante Martins, que até há pouco estava sentado aqui, ouvindo desabafos, discursos, mas o coração dele devia estar pensando no filho que ele perdeu, o filho que ele criou e que se perdeu em um momento de culpa do

Secretário, de culpa dos policiais. De culpa dele, policial? Não. Isso é culpa de tudo aquilo que já falamos, de desigualdade que vivemos. E aí vejo aquele policial sentado aqui, ouvindo tudo, cumprindo a sua missão de ouvir, de acompanhar. Esse para mim é o exemplo desta audiência hoje aqui. Eu não poderia deixar de passar por aqui sem homenagear esse Coronel, esse policial que teve a dignidade de sofrer, de viver no limite, como disseram aqui, que não tem o melhor salário, que os policiais não têm o melhor salário, mas veio aqui dar satisfação a nós. E que, durante esse período, ele sabe que vai ouvir algumas besteiras, algumas demagogias, vai ouvir alguns preparativos para o ano que vem, mas ele teve a decência de ficar ali ouvindo, cumprindo a sua sina. Essa é a sina de um policial de caráter e de respeito, que eu homenageio.

E lhe digo, Secretário, vamos continuar trabalhando, não vamos desanimar: depois de um dia ruim, vem um bom. Vamos continuar trabalhando. E não se esqueça que a nossa região dos Campos Gerais tem um dos menores índices. Mas para manter esses menores índices, precisamos continuar tendo mais investimentos. E não pensar porque está tudo bom, lá não precisa nada.

Era isso.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Deputado Jocelito, agradeço as suas considerações no que me tocam no âmbito pessoal. Quero lhe dizer que continuamos, sim, com investimentos, estamos realizando um concurso para a contratação de mais 2 mil e 500 policiais, entre policiais civis e militares. Certamente para o batalhão de Ponta Grossa teremos a destinação de alguns desses policiais.

E quero só, tendo em vista a homenagem que o senhor fez, extremamente importante para um homem valoroso como o Comandante do Corpo de Bombeiros, também fazer uma referência a dois policiais que estão aqui: os delegados Cartaxo, chefe da Divisão de Polícia do Interior; e delegado Michelotto, chefe da Delegacia do DENARC, porque entendo que eles foram, de uma certa maneira, ofendidos faltando respeito e consideração. Eles estão trabalhando em uma operação policial de inteligência, há certa de quatro meses. Uma operação de fôlego, que reuniu 1 mil e 200 policiais civis, na maior operação da história do Estado, que reuniu todas as subdivisões de Polícia de uma só vez, inédita portanto, em uma parceria com a Polícia Militar. Cumpriram mandados de busca e apreensão, que foram expedidos pela Justiça, em um resultado impressionante. Um golpe duro no crime do tráfico de drogas no Paraná, que foi objeto agora de uma acusação, que essa operação, que representa 279 presos do tráfico de drogas, que apreendeu uma tonelada e meia de maconha, três quilos e meio de cocaína, teria sido uma farsa.

Dizer a vocês que isso não é verdade. Sei o quanto isso não é verdade. Sei o quanto vocês trabalharam. Sei a

hora que vocês saíam de suas casas, no domingo, para se juntar aos seus policiais, correndo risco de vida, para prender esses traficantes e suas armas. Essa acusação, que é absolutamente sem fundamento, eu diria mais do que isso, leviana, não vai ficar impune.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, o Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sr. Secretário Delazari, boa-tarde a todos.

Externar a minha solidariedade ao Coronel Martins, Comandante do Corpo de Bombeiros e a toda a sua família, pela perda irreparável.

Gostaria de tecer algumas rápidas considerações.

De nossa parte, temos procurado, nesta Casa, contribuir legislando para ajudar a melhorar a Segurança Pública do nosso Estado. Embora não possamos legislar sobre matéria de privação de liberdade, podemos estabelecer penas administrativas, que realmente ajudem a combater a criminalidade. É o caso da Lei Antidesmanche, que foi de nossa autoria, que foi aprovada por esta egrégia Casa Legislativa e sancionada pelo Sr. Governador do Estado, que cassa o registro estadual de contribuintes, daqueles que venderem peças originárias de furtos e roubos.

Outra lei que aprovamos nesta Casa, e que foi promulgada pelo Sr. Presidente Nelson Justus, estabelece o cadastramento de *lans houses* e a filmagem nesses estabelecimentos, que segundo a própria Polícia Federal estavam sendo utilizados para a prática da pedofilia e do crime de lavagem de dinheiro. Esse projeto recebeu pareceres favoráveis do Juiz da Vara de Inquéritos policiais, Dr. Pedro, e do GAECO, órgão do Ministério Público que combate o crime organizado.

Apresentamos recentemente, e está tramitando nesta Casa Legislativa, um projeto de lei que foi sugerido a nós pela Delegacia de Furtos e Roubos, através de seu titular, delegado Luiz Carlos, estabelecendo que as agências bancárias devem ter divisórias e câmeras na entrada e na saída, para evitar o chamado crime da *saidinha*, do qual o Nick, do Nick Costela, foi vítima. Acontece quando uma pessoa fica no banco observando a outra, para ver o valor que é sacado, e passa essa informação para o outro criminoso, que fica do lado de fora do banco.

Algumas sugestões eu gostaria de apresentar ao Secretário. Primeiro, andando pelos bairros de Curitiba, ouço muitas vezes da comunidade um apelo, para que a Cidade volte a ter módulos policiais. Alguns especialistas em Segurança consideram isso um retrocesso. Mas sinto que a população sente-se mais segura, porque eles passam a conhecer o policial e ele passa a conhecer as pessoas que moram no bairro.

Segundo, como está a questão dos Núcleos de Proteção ao Cidadão? Alguns núcleos foram inaugurados em parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura e alcançaram bons resultados, como é o caso do Núcleo de Proteção ao Cidadão do Jardim Virgínia, no bairro de Santa Felicidade. Gostaria também de dizer, Secretário, que considero a latrocida o pior de todos os criminosos, porque é aquele que comete o crime, tira a vida humana para obter lucro. Aquele que mata para roubar. Para mim, o latrocida é disparadamente o pior de todos os bandidos. Pergunto se não seria o caso da criação de uma delegacia especializada no combate e na investigação de latrocínios.

E para concluir essa primeira parte, quero deixar público aqui que assinei a PEC dos Subsídios da Polícia Militar, como defendo também o Plano de Cargos, Carreiras e Salários para a Polícia Civil. Mas, não vamos entrar nesta questão, que creio que já vai se tornar redundante, até porque foi bastante comentada pelos Deputados que me antecederam. Apenas gostaria de deixar público, esse apoio, tanto a Polícia Civil como a Polícia Militar do Estado do Paraná, e dizer que da nossa parte estamos aqui para ajudar a Polícia. E para dentro daquilo que a Constituição Federal nos permite, legislar também em matéria de Segurança, contribuindo para o trabalho da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Deputado Ney Leprevost, agradeço as suas colocações. V. Exa. demonstrou que tem também afinidade com a área da segurança pública. Os seus projetos são projetos que entendo importantes, que podem ajudar na elucidação de crimes e na facilitação do trabalho policial. Projetos de identificação das *lans houses*, apesar de num primeiro momento parecer exagerado, um coisa que aparentemente é banal, numa situação bastante vigiada com cadastramento, com todos os requisitos, entendo que é importante. Inclusive dei declarações em âmbito nacional, defendendo essa proposta, porque acho que ela pode vir a colaborar com as investigações dos crimes, que são cometidos na web e cada vez mais frequentes. Principalmente os crimes que são cometidos contra crianças, de pedofilia, que lamentavelmente vêm acontecendo.

Política de módulos, na verdade o que temos hoje é a adoção de módulos móveis. Módulos estáticos, a existência de um espaço físico, ele engessa muito o trabalho da Polícia. Primeiro porque só para cuidar de um módulo estático, de uma construção, vamos ter um efetivo de pelo menos três policiais, que não poderão, durante 24 horas, sair do módulo. Porque não é admissível que um prédio da Polícia seja ofendido com uma atividade sabotadora ou uma pichação. A ideia do policiamento comunitário, que tem relação até num passado os módulos, é estabelecer o policiamento comunitário através do módulo móvel, que não precisa, durante a noite ou no período da manhã, por exemplo, estar em determinado lugar, porque lá não tem índice de criminalidade.

Então, eu diria que é uma política que avança em relação aos módulos móveis. Há uma cultura ainda com relação aos móveis que acredito que, com o tempo, pode ser modificada, desde que o policiamento comunitário continue com esse fôlego que tem.

Os núcleos, é uma política de parceria da Guarda com a Polícia. Temos inaugurado recentemente um no Schaffer, que enfim é uma política de parceria.

O latrocida é realmente o crime mais odioso que existe. Para a nossa constatação, temos um índice muito baixo em Curitiba. Historicamente os crimes de latrocínio são em número muito baixo. Estatisticamente sequer aparecem.

É delicado você falar disso, porque por trás desses poucos crimes, são 12 ao ano, eles tem uma família, tem gente sofrendo, tem um corpo, enfim, que foi enterrado de um filho, de um marido, é terrível falar isso. Mas mesmo assim já existe o serviço especializado, que investiga basicamente a Delegacia de Furtos e Roubos, delegado Luiz Carlos, que tem feito um brilhante trabalho e que tem enfrentado isso, e eu acredito que os índices de redução até vêm em decorrência dessa ausência de impunidade no Estado. Quer dizer, o compromisso que temos com a prisão desses criminosos.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, aproveitando os minutos que restam, gostaria de solicitar ao Secretário, sei que está em uma área até da Secretaria da Justiça, mas como há uma integração entre a suas pastas, creio que o Secretário pode ajudar nesse processo.

Quando estive na Secretaria Estadual do Estapour e Turismo reativei o programa chamado Ditando a Liberdade (sic). Através desse programa, os detentos trabalhavam confeccionando material esportivo, bolas de futebol, redes de futebol, sacolas para a prática de esportes, bolas de vôlei. Esse projeto era financiado pelo INDESP, que é um órgão do Governo Federal, na época dirigido pelo Lars Grael, e entendo que o preso tem que trabalhar, tem que manter a sua cabeça ocupada. Inclusive esse projeto possibilita que de cada três dias trabalhados o preso desconte um dia de sua pena, o que é bastante positivo para ele, e faz com que ele não fique lá usando a penitenciária como se fosse uma universidade do crime, aprendendo novas modalidades criminais.

Então, peço uma atenção especial do Secretário, para que gestione junto à Secretaria Estadual de Justiça o crescimento desse projeto em todo o Estado do Paraná. Creio que é um projeto que não tem conotação política nenhuma, e quando falamos em Segurança Pública não podemos, de forma alguma, politizar o tema.

Para concluir, quero aqui também render, como cidadão paranaense, o meu agradecimento ao delegado Cartaxo e ao delegado Michelotto que, não por serem meus amigos e pessoas com quem tenho um convívio de longa data, mas sei da seriedade de ambos, sei que jamais participariam de qualquer farsa, até porque em Foz do

Iguaçu a Polícia Federal, que é dirigida pelo competente delegado Valeixo, participou também das ações de ontem, e em Guarapuava o GAECO, que é dirigido pelo Dr. Leonir Battisti, que é um homem de conduta irrepreensível, também participou das ações. São pessoas que jamais participariam de qualquer farsa política.

Portanto, o meu agradecimento, como paranaense, pela prisão desses 279 traficantes, e espero que o Poder Judiciário mantenha esses bandidos na cadeia, porque lugar de traficante é na cadeia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sr. Secretário, Deputados, imprensa, policiais militares e civis que aqui comparecem.

Esta questão da Segurança Pública realmente é uma questão que não existe um único responsável por ela, mas pela insegurança, com certeza, todos vão clamar a responsabilidade do Secretário.

E eu fiquei feliz, Secretário, quando o senhor, respondendo ao Deputado Mario Roque, falou que planejarão, se não me falha a memória, 11 penitenciárias para resolver o problema para 20 anos, e não resolveu por um mês.

Na verdade, com esta resposta, o senhor norteou o meu pronunciamento aqui, porque o que tem que se perguntar é justamente isso: onde é que estamos errando? Porque o senhor fala em investimentos, e eu sei que eles existem; o senhor fala em operações em Foz do Iguaçu, que é a Cidade que eu moro e que represento aquela região; o senhor fala que diminuiu o índice de homicídios, e eu sei que é verdade; o senhor fala que aumentou o número de apreensões, inclusive ontem apreenderam somente maconha em Itaipulândia, mas prenderam uma tonelada, mas o que falta para a população, não só de Foz do Iguaçu e da região, até porque alguns homicídios que baixaram em Foz do Iguaçu aumentaram na margem do lago, o que falta é o que é básico em Segurança: a sensação.

Eu comentava com alguns colegas aqui que definir Segurança é difícil, mas quero aqui dar um exemplo que todo mundo vai entender: uma criança, quando não sabe caminhar, ela olha para trás, vê o pai e a mãe e começa a dar os primeiros passos. Ela tem segurança que não vai cair porque o pai e a mãe estão ali. Hoje os paranaenses, infelizmente essa é a dura realidade, e quero voltar ao que falei: quando se tem resultados positivos, tem um pai e tem uma mãe; quando se fala naquilo que nós estamos hoje passando no Paraná, é difícil achar a paternidade. Mas os paranaenses olham para o lado, olham para trás, olham para frente e não sentem a presença do Estado! E esta presença, Sr. Secretário, infelizmente, porque eu sei

que hoje não tem quadro suficiente para demonstrar esta sensação de segurança, é com contingente!

Me perdoe, eu não entendo essa Polícia Inteligente, essa prática que está em curso no Paraná de geoprocessamento, de uma série de questões que, na prática, não estão dando resultados naquilo que é o básico da Segurança que é a sensação! Porque números nós falamos, o Secretário demonstra, a TV Educativa demonstra, a agência oficial, mas falta a sensação! Acredito que não estamos aqui para achar um culpado, mas a sensação de segurança, a solução do problema da Segurança. Acho que na prática os efeitos desse geoprocessamento, dessa Polícia Inteligente, não estão sendo sentidos.

V. Exa. falou que tem sido elogiado pelo Ministro da Justiça. Gostaria que V. Exa. estivesse sendo elogiado pelos paranaenses, porque o Ministro da Justiça, independente se Márcio Tomás Bastos ou o atual, ele realmente tem que agradecer porque a Polícia do Paraná, o contingente, tem sido, como V. Exa. falou, um braço operacional da Polícia Federal.

O dinheiro está lá em Brasília, a Polícia Federal que venha combater o contrabando. Agora, utilizar a Polícia Militar, que é para dar a sensação de segurança, infelizmente vamos deixar alguém descoberto, porque o cobertor está curto. E o cobertor está curto por quê? Tenho aqui em minhas mãos um convênio, assinado pela Secretaria da Segurança com a INFRAERO, vou citar como exemplo a Cidade de Foz do Iguaçu, Corpo de Bombeiros. Aproximadamente 90 a 96 homens do Corpo de Bombeiros, uma Cidade com mais de 325 mil habitantes, 36 por força de convênio, escalados lá no quartel para a INFRAERO, uma empresa que aliás ressarce os cofres públicos com os vencimentos desses escalados. Sessenta para tirar escala de férias, dos 96, 60 para tirar operacional, comando do Corpo de Bombeiros, e daí vai sobrar em torno de 40, 42 para, divididos em três escalas, daria menos de 15, divididos em três unidades, daria em torno de cinco para uma Cidade de 325 mil habitantes! Deus nos livre que ocorra uma desgraça! Mas nós vamos perceber que a população está descoberta se vier a ocorrer uma tragédia, o que eu não quero. Então, é justamente esta política que eu não consigo entender!

Para finalizar, gostaria, já que V. Exa. falou dessa questão do elogio do Ministro da Justiça, objetivamente fazer uma única pergunta e objetivamente também espero a resposta: o Governador Roberto Requião, que lhe antecedeu, conhece a questão da Segurança, até porque preparou o terreno para que V. Exa. assumisse, ele está contente com a Segurança Pública do Paraná?

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Muito obrigado, Deputado.

Objetivamente respondendo ao senhor em relação ao Ministro da Justiça, ele não me elogiou pessoalmente, o que eu disse é que ele reconheceu que o processo de integração entre as Polícias Civil, Militar e a Federal, aqui no Estado do Paraná, é um processo de integração

modelo e exemplo para o Brasil. Foi isso que eu disse, só recapitulando.

Em relação à INFRAERO e ao Corpo de Bombeiros, o que o Corpo de Bombeiros faz lá é suprir uma demanda necessária no aeroporto de Foz do Iguaçu, não são 36. Talvez possa ter 36 designados, mas se não me engano são seis ou oito. Mas se efetivamente eles não trabalharem no aeroporto, o aeroporto fecha, ele perde o status de aeroporto internacional, porque a INFRAERO não tem servidores para isso.

Então, o Estado do Paraná, através da Instituição do Corpo de Bombeiros realiza essa missão, porque também fico imaginando se retirarmos o contingente, primeiro que o aeroporto vai fechar, e segundo, se tivermos algum incidente em aeroporto, o que não é tão incomum assim, também a desgraça e o problema que isso vai ser.

Com relação ao trabalho da construção das 11 penitenciárias, a visão que tenho é um pouco diferente. Acho que podemos começar a discutir isso, sim, mas não propriamente em cima do que o senhor falou. Quando fizemos esse planejamento nós levávamos em consideração que tínhamos 6 mil e 400 presos em penitenciárias ao longo de toda a história do Estado, 150 anos de emancipação política, 6 mil e 400 vagas em 152 anos de emancipação política. Então, qual foi a projeção? Vamos construir 11 novas penitenciárias, vamos elevar esse número de vagas que existia em 150 anos de história do Paraná para 15 mil e 400 novas vagas. Estaríamos quase que triplicando o número de vagas existentes.

Era razoável, se imaginar que essa solução seria para 20 anos. Acontece que as estruturas policiais ao mesmo tempo receberam investimentos também, a Polícia, atuando com muita inteligência, aumentou muito o seu rendimento. Aumentando o seu rendimento, o número de prisões, quando assumimos o número de prisões que era em torno de 30 prisões por dia no Estado, no combate ao crime se elevou para mais ou menos 130, 140 por dia, o que demonstra claramente que a nossa opção pelo investimento e inteligência policial, combate ao crime organizado, combate ao tráfico de drogas e o tráfico de armas tem um resultado, como aliás eu imagino que todos estejam concordando aqui. E esta que era a solução para 20 anos de política penitenciária, se transformou para uma solução para alguns meses somente. Em decorrência, não há dúvida nenhuma, do aumento do rendimento do trabalho policial, da melhoria do serviço policial, é que aumentou o número de prisões nessa escala que eu lhe disse.

A discussão que temos que travar, que é uma discussão, sem dúvida, num altíssimo nível, uma discussão pensando seriamente num projeto político de Segurança Pública, é se essa política repressiva tem resultado, porque estamos trabalhando muito, a Secretaria não para, a Polícia não para, como alguns Deputados disseram, estamos no limite. Realmente estamos mesmo, o empenho é muito grande, o Estado está fazendo um esforço monumental, investe, prioriza os investimentos em Segurança Pública.

E não me consta que esse modelo que repercute no Brasil todo, e até no mundo, esteja trazendo um resultado prático. Por quê? Porque o tráfico de drogas aumenta. Aumenta por quê? Porque o consumo de drogas aumenta. O tráfico de armas aumenta, a circulação de armas aumenta, e esses problemas não diminuem. Como eu disse anteriormente, esse é um problema muito complexo. Agora, eu não tenho dúvida nenhuma que ele tem relação direta com a miséria, com a fome, com o desemprego, com a ausência de políticas sociais sérias. Só com isso, no Brasil e no mundo, vamos reverter essa escala da criminalidade e esse enfrentamento que a Polícia vem fazendo todos os dias.

Volto a dizer aqui, no Paraná a nossa política e a prioridade é o ataque ao crime organizado, é o trabalho com inteligência policial, realizando grandes operações e prendendo os criminosos. É claro que existe toda uma política de combate ao crime no varejo, o combate na ponta. Agora, em termos de eficiência, me pergunto: o que é melhor, é prender o criminoso na praça que está vendendo cinco pedras de crack? É importante, não há dúvida, temos feito isso num número impressionante de prisões. Mas em termos de eficiência é muito melhor você prender aquele traficante que traz essa droga para o seio da comunidade, o que financia, o que paga, o que não está lá na praça para ser preso pela Polícia, que não está trocando tiro. Essa é a nossa opção, o trabalho voltado para reunir informações, trabalhar essas informações e transformá-las em operações policiais. É isso que eu quero dizer que é inteligência policial.

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, percebo que o Secretário, que é uma pessoa inteligente, na verdade abordou o que seria um mecanismo eficiente de Segurança, é tratar a causa e não a consequência. Porque a consequência, estamos perdendo para o crime, infelizmente. Estamos perdendo por quê?

Foz do Iguaçu tem menos policiais civis e militares que tinha há 10 anos atrás. A população cresceu. A escalada do crime cresceu. Então, não adianta apresentar números de prisão de traficante, prender drogas, que números, estatísticas, não estão passando a sensação de segurança.

Infelizmente, o Secretário não respondeu a questão: se o Requião está ou não satisfeito com a Segurança Pública, porque a população do Paraná - não é satisfeito com o Secretário, é com a Segurança, e o Secretário vai passar daqui a pouco, sai, vem outro e estamos realmente não passando para a população isso. O que me assusta é que, devido aos poucos policiais que se apresentam para a sociedade, hoje eu tenho certeza, são estatísticas que não teremos: quanto será da população que sequer está procurando a Polícia para denunciar furto, roubo tantos outros crimes? Por quê? Estão perdendo a confiança.

Aqui, Sr. Secretário, não é confiança no homem, no policial, no delegado que está lá, não é no Comandante da Polícia Militar, é na Instituição. Esse que é o

meu medo. Essa perda da confiança no Estado como protetor está ocorrendo em diversos níveis, mas na área de Segurança Pública ela é objetiva e constatada em todo o Estado do Paraná.

Então, infelizmente, gostaria de fazer perguntas: V. Sa. tem uma saída concreta, objetiva, para essa falta de confiança da população, de que ela vai poder sair na rua, independente do horário? Que hoje é o mínimo que a Constituição Federal garante, no artigo 144. Sabemos que tem tantos direitos constitucionais que não são aplicados, mas a população quer o mínimo.

Tenho certeza, V. Sa. não vai fazer milagre, mas poderíamos ter a humildade de dizer para a população: "Olha, vamos combater paliativamente as consequências, mas estamos investindo também nas causas. Estamos investindo em tratamento para drogados". Se eu perguntasse: quais as Instituições que tratam do jovem e do adolescente drogado? Nenhuma. Joga num amontoado e ele fica se especializando em crime, lá mesmo, nessas Delegacias de Criança e Adolescentes, ou nessas unidades de tratamento e sai dali com potencial, bandido inclusive, muitas vezes até escolado ali dentro.

Sei que não podemos atribuir, e quero aqui finalizar como comecei, quando temos resultados positivos, como tivemos ontem, na operação que eu quero enaltecer aqui, foi uma brilhante operação, queria que ocorressem iguais a essa toda semana, aí aparece um padrinho.

Daí, quando ocorre triplo homicídio, como aconteceu recentemente em Matelândia, quando aparece como essa tragédia de Curitiba, a responsabilidade é para um homem só. Tenho certeza que essa tarefa de passar segurança e confiança para a população não é tarefa de um homem só. Inclusive esta Assembleia tem o dever de fazer isso que está fazendo hoje, debatendo com V. Sa. que é o responsável pela pasta. Não é o responsável para sozinho buscar. Talvez aquele que eu perguntei se está satisfeito ou não poderia avocar e dizer se ele tem ou não a solução.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximos oradores inscritos, Deputados Jonas Guimarães, Ademar Traiano, Douglas Fabrício e Plauto Miró.

Deputado Jonas Guimarães (PMDB)

O SR. JONAS GUIMARÃES

Sr. Presidente, caro Secretário Delazari, cumprimentar os demais Deputados e Deputadas, agradecer e parabenizar o Secretário por vir aqui e prestar esclarecimentos a esta Casa, a nós Deputados, que temos a incumbência com a população do nosso Estado.

Do povo vem o voto, nos escolhe para apresentar a população do Estado do Paraná, e temos por obrigação estar trabalhando em prol da população, junto com os Poderes constituídos. O senhor, como Secretário, a convite desta Casa, veio aqui hoje fazer os esclarecimentos do que acontece sobre a Segurança do nosso Estado.

Estou feliz com as suas explicações, acho que a Segurança não depende só dos nossos policiais das ruas. Acho que temos que aplicar mais em Educação, aplicar mais em empregos.

Falo isso porque meu Município é Cianorte, temos em Cianorte uma grande geração de empregos, buscamos pessoal para trabalhar em outros Municípios e por isso Cianorte tem o menor índice de criminalidade.

Está claro que o Governo precisa aplicar os recursos mais na Educação e mais emprego para a população. Concordo com o que o Deputado Neivo Beraldin colocou de aplicarmos mais recursos nas clínicas de recuperação.

Cianorte tem uma clínica chamada CIARED. Hoje um Capitão de Polícia me pediu para que eu visitasse a clínica, porque lá está um policial internado nessa clínica de recuperação em Cianorte.

Precisamos ir à busca de mais clínicas para combater essa droga que não só no Paraná, nem no Brasil, mas no mundo é uma desgraça que precisamos combater os traficantes.

Esse trabalho que os senhores fizeram esses dias, acredito que foi um belo trabalho, é isso que precisamos continuar fazendo.

Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Secretário - se nós precisamos de mais clínicas, nós precisamos de mais empregos - como está o trabalho do Núcleo de Repreensão aos Crimes Econômicos, criado em 2003? Quais as ações que desenvolveu e o resultado do combate aos crimes do colarinho branco, como lavagem de dinheiro e sonegação fiscal? A sonegação fiscal não vem para os cofres públicos; se não vem para os cofres públicos, não podemos construir clínicas, não podemos construir escolas, não podemos melhorar o salário do policial e nem dos professores.

Aqui outra pergunta: o Centro de Operações Especiais, que investiga crimes ligados a grandes quadrilhas, quais os resultados de ações de trabalho?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Lembrando pela ordem, porque estou vendo que alguns estão descontentes, a ordem é essa: oitavo inscrito, Deputado Fernando Scanavaca; 11º Deputado Dobrandino, 12º, Professor Lemos, Artagão Matos Leão, Douglas Fabrício, Ademar Traiano, Marcelo Rangel, Rosane Ferreira, Chico Noroeste, Tadeu Veneri, Cida Borghetti, Edson Strapasson, Plauto Miró, Luciana Rafagnin e Pastor Edson Praczyk.

Estou procurando um da Situação e um da Oposição, para que haja uma mixagem de ideias. Não quero pular, o Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Pela Ordem)

V. Exa. é tão generoso, permite que eu possa falar após o Deputado Jonas Guimarães, até porque eu também tenho compromisso, com a aquiescência dos demais Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Se os demais aquiescerem.

A SRA. ROSANE PEREIRA (PV) (Pela Ordem)

Acho que a intenção de V. Exa. foi muito louvável, até para que pudéssemos caminhar com harmonia com relação à Oposição e Situação. Mas consegui ter, até o momento, nesta Casa, uma postura de independência. Acho que agora tem que ser obedecida a ordem das inscrições. Respeito muito o Deputado Ademar Traiano, mas eu moro na Região Metropolitana também e tenho as mesmas dificuldades de V. Exa. Gostaria que agora fosse obedecida a ordem de inscrição, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

A visão que temos, como já disse várias vezes, é realmente de prioridade no combate ao crime organizado. E o crime de colarinho branco faz parte deste contexto. A criação do NURCE foi uma ideia que surgiu de uma parceria do Ministério Público com a Polícia. Na verdade, vem de uma ideia, mais especificamente de um promotor chamado Maurício Calache, que trabalha em Maringá, e de um delegado de Polícia, Sérgio Cirilo foi criar um núcleo que trabalhasse em parceria com o Ministério Público, principalmente a Promotoria de Combate à Sonegação Fiscal, e que realizasse grandes operações para identificar os criminosos e puni-los. Não há uma tradição dentro da cultura policial brasileira de repressão a este tipo de crime. A preocupação é com o criminoso urbano, aquele que atinge a todos, que assalta uma residência, que leva um carro, quebra o vidro de um carro. O potencial ofensivo dele, apesar de para a vítima do crime ser grande, de um modo geral ele tem pouca significância patrimonial para a sociedade, ao passo em que um crime organizado, da sonegação fiscal, da manipulação de procedimentos, tem uma relação direta com toda a comunidade.

Este núcleo foi responsável por inúmeras prisões, por exemplo, as ações de combate aos desvios de recursos relacionados à COPEL. O caso COPEL, a DIFEA, o caso COPEL, OLVEPAR, que foi feito em parceria com o Ministério Público, identificaram desvios da ordem de mais ou menos R\$ 180 milhões, somados os dois casos. Foi executado pelo NURCE, que é o Núcleo de Repressão aos Crimes Econômicos. Trabalha em grandes operações policiais, com grandes valores envolvidos e em parceria direta, uma comunicação direta com o Ministério Público.

O COPE é a referência da força da Polícia Civil. É a maior estrutura da Polícia Civil. Tem uma atuação e uma capilaridade de atuação em todo o Estado. Realiza trabalhos específicos, por exemplo, os crimes que estão relacionados a conflitos no campo, os crimes relacionados à discriminação racial, à máfia da jogatina, e grandes operações policiais de combate à criminalidade de um modo geral. Por exemplo, o COPE é responsável por investigações no setor de combustíveis, junto com a

Delegacia de Estelionatos, que são operações que envolvem quantias extremamente significativas e que deixam de ser destinadas para os cofres do Estado e é responsável por grandes trabalhos policiais, por trabalhos que têm inclusive reconhecimento em todo o País. É realmente a representação da força da Polícia Civil, que mais é conhecida na sociedade.

O SR. JONAS GUIMARÃES (PMDB)

Secretário, para finalizar, gostaria aqui de deixar o meu posicionamento e a minha admiração pela sua inteligência e pela forma com que o senhor tem conduzido a Secretaria. Deixar aqui uma sugestão, porque percebo nos Deputados, como acabou de falar aqui o Deputado Reni, a insegurança que a população tem. E por quê?

Nós, como Deputados, representamos o povo. Pertencemos à Região Noroeste do Paraná, Cianorte e várias regiões, convivo com muitos Prefeitos e o senhor faz um bom trabalho, mas falha nesse ponto, que é uma opinião de receber mais, interagir mais com os Deputados, ouvindo-os, não fazendo aquilo que pedimos, mas ouvindo e dando a opinião para que possamos levar isso aos nossos eleitores, aos Prefeitos, às pessoas dos Municípios, porque quando ouvimos o senhor com essa inteligência, com as colocações que o senhor fez hoje, vamos transmitir segurança à população.

Então, vamos conversar mais, vamos estar mais juntos, porque tenho certeza de que a Segurança virá automaticamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Fernando Scanavaca.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT)

O SR. FERNANDO SCANAVACA

Secretário Delazari, como Deputado da região de Umuarama, gostaria de indagá-lo em relação à nossa delegacia de Umuarama, que hoje tem aproximadamente 220 presos, uma delegacia que foi instalada para ter 64 detidos. E sabemos que existe no Governo do Estado a tão falada penitenciária que seria instalada no Município de Cruzeiro do Oeste. O que a comunidade da região clama é que no centro da Cidade tem um barril de pólvora, que poderá explodir a qualquer momento com uma grande rebelião, e agora, com a Polícia mais intensivamente no tráfico, as detenções estão aumentando, e hoje o que temos percebido é que acaba se soltando aqueles que cometeram um crime menor para que possamos fazer a prisão de mais pessoas que são presas na região.

Então, gostaria de ouvir o Secretário. Sei que a penitenciária não é da Secretaria da Segurança Pública, mas acho que é de responsabilidade, sim, do Secretário, porque a Cidade hoje tem essa grande preocupação.

E uma outra pergunta, Secretário, quando da criação da 5ª Companhia Independente, no projeto de lei que foi enviado a esta Casa, essa Companhia deveria ter 256 policiais e sabemos que não tem isso. Gostaria de indagá-lo se nessa contratação de 1 mil e 100 policiais a nossa 5ª Companhia seria contemplada com uma escola de Soldados, para que tivéssemos então o aumento do efetivo da 5ª Companhia, porque sabemos que hoje o que está acontecendo lá são pessoas preocupadas com a Segurança e fazendo não só o trabalho dentro do que é o Regimento da Polícia Militar, mas fazendo um trabalho extraordinário para que a região e a Cidade de Umuarama pudesse ter segurança, devido à falta do efetivo da 5ª Companhia.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Apesar de não ser da minha pasta, em relação à construção da penitenciária de Cruzeiro do Oeste, está acontecendo, é uma verba do Governo Federal que vai ser complementada pelo Governo do Estado. Teve um problema jurídico lá. Houve uma ação judicial, proposta pelo Ministério Público Federal. Aconteceram alguns questionamentos, o Juiz determinou que houvesse um estudo de impacto de vizinhança. Enfim, essa penitenciária será construída. O problema da superlotação é o mais grave problema administrativo que eu tenho na Segurança Pública. Essa realidade de enfrentamento do crime, no Paraná, tem feito com que a Polícia trabalhe incansavelmente no limite, por conta disso as prisões acontecem. E com o ingresso desses novos policiais teremos uma escola de formação em Umuarama, sem dúvida nenhuma.

O SR. FERNANDO SCANAVACA (PDT)

Gostaria de deixar um convite dos Deputados desta Casa. Depois desse seu comparecimento nesta Casa, que se torne um ato, porque tenho certeza que todos os 54 Deputados têm a mesma preocupação que tem o Governo do Estado quanto à Segurança Pública do nosso Estado. Esse embate que aconteceu aqui com sua vinda, se tivesse acontecido no passado não estaríamos com essa expectativa que houve com a sua vinda aqui.

Presidente, que o Secretário possa vir mais vezes a esta Casa, ser questionado e poder dizer o que está sendo feito na Segurança do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Se for convidado virei com o maior prazer novamente a esta Casa. Como já disse, é uma honra. Já estive aqui em outra oportunidade, mas foi uma discussão interna. No futuro isso se repetirá, sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximos oradores, Deputado Professor Lemos, Dobrandino e Artagão.

(Declinam)

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, policiais gloriosos que estão ainda aqui participando desta Sessão.

Acompanhei atentamente todos os questionamentos, as respostas, e analisei o seguinte: qualquer pergunta que eu faça com relação a números, V. Exa, tem seus números e eu tenho outros números. Inclusive, por diversas vezes aqui nesta Casa, fiz pronunciamentos cobrando melhorias na Segurança Pública, cobrando melhores salários para os policiais militares. Já falaram nisso aqui. Fizemos emendas, discutimos. Lembro que ficamos um dia até altas horas da noite discutindo emendas no orçamento, discutindo melhores salários para os policiais. Sempre cobrei questão de melhoria de Segurança Pública, aqui nesta Casa, e reconheço que os policiais militares, os policiais civis estão fazendo, como já falaram aqui também, o máximo que podem.

Não sou Deputado do Governo anterior, portanto, qualquer informação que falem sobre o Governo anterior para mim não vai valer nada. Aliás, é bom lembrar que Governo anterior para mim é o próprio Governo Requião. Sou Deputado de primeiro mandato. Fui autor, inclusive, de um convite ao Secretário, que foi aprovado aqui nesta Casa, foi enviado à Secretaria, o Secretário não veio. Fui autor de um pedido de informação, no dia 22 de setembro, que foi aprovado, com diversas informações, Deputado Romanelli, aprovado por todos os Deputados. Até agora não vieram as respostas.

Percebo, nas palavras do Secretário e na apresentação, que a área de Segurança vai muito bem, mas faço pesquisas, em diversas regiões do Paraná, e nas pesquisas eu ouço a população. Lá, quando a população responde, a sensação que a população tem que é que não vai bem.

Gostaria de pedir, e é um momento muito importante para esta Casa, nessa discussão de Segurança Pública, outros Deputados já falaram sobre esse assunto, mas quero reforçar. Secretário, V. Exa. já está há sete anos no cargo. Até aqui V. Exa. já falou, e pelo que V. Exa, falou fez um bom trabalho. Pelo que V. Exa. falou. Então, gostaria de pedir, como gesto de grandeza e de humildade de V. Exa., que deixasse o cargo, pedisse exoneração e deixasse o Governador livre para que essa pasta pudesse retomar o comando junto aos policiais militares, aos policiais civis. Para que nós Deputados e o próprio Governador, que tem uma preocupação muito grande, Deputado Nelson Justus, porque eu sei, muitos Deputados que têm vínculo mais direto com o Governador, e pessoas ligadas ao Governador, têm nos cobrado também com relação à questão de Segurança.

Quando mais de 30 assinaram um documento convocando o Secretário da Segurança, aqui nesta Casa, é para dizer que a Segurança não vai bem, e uma mudança nessa pasta, como eu disse, é um gesto de grandeza do Secretário, que já cumpriu sete anos, já fez seu papel. Ele que foi indicado pelo Ministério Público,

como ele mesmo disse no início aqui. Então, para não constranger o Governador, num gesto de grandeza e de humildade, colocar uma carta de exoneração na mesa do Governador. Daí fica a decisão do Governador se quer continuar com a Segurança como está ou se quer melhorar. Esse é o meu pedido. E aí nada de pessoal. É um pedido para ajudar a melhorar a Segurança Pública do Paraná. O Estado do Paraná precisa avançar na Segurança Pública. Independente do que está acontecendo em nível mundial ou em nível nacional, temos que nos preocupar em nível estadual.

Presidente, tenho mais três minutos, não é?

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Deputado, eu vim aqui para conversar sobre Segurança Pública e gostaria de me ater ao tema da convocação.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Então, vou continuar meus três minutos. Estou falando, Srs. Deputados, sobre Segurança Pública, especialmente sobre falta de Segurança Pública, ou falta de comando na Segurança Pública. Por isso que estou fazendo esse pedido aqui, porque todos nós temos preocupação com a melhoria da Segurança Pública. Ouvir os números. Nós não vimos. Ou podemos ouvir pelo rádio, só que o que a população está sentindo nas ruas é que está precisando fazer uma mudança na Secretaria da Segurança. E quem pode fazer essa mudança é o Governador. Mas, para ele não se sentir constrangido é que estou pedindo, num gesto de humildade e de nobreza, para o Secretário, ele que já tem sete anos à frente da pasta, já cumpriu com a sua missão, pudesse devolver o cargo ao Governador. Dos males o menor, porque o Governador também já foi Secretário dessa pasta e tem autoridade e experiência para conduzir e retomar o trabalho, oferecer mais segurança, e principalmente mais sensação de segurança ao povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretário da Segurança, demais componentes da valorosa Corporação da Polícia Militar, da Polícia Civil, que neste dia vêm a esta Casa para trazer informações e, da mesma forma, também serem questionados com relação à questão Segurança.

Sou um Deputado de Oposição e como tal tenho o dever e a responsabilidade de cobrar as ações assumidas como compromisso de Governo e que, lamentavelmente, estão deixando muito a desejar e não estão acontecendo neste Estado. Dentre elas, é lógico que prefiro ouvir o clamor da sociedade - durante quase quatro horas eu ouvi aqui explicações do Secretário, posições de Deputados,

mas na minha concepção fico com a leitura e a visão do clamor da sociedade - que clama por justiça e está com medo neste Estado, está intimidada, está amedrontada, não se respeita mais nem a própria Corporação, muito menos as pessoas comuns neste Estado.

Portanto, Sr. Secretário, não posso me calar, tenho feito desta tribuna inúmeros pronunciamentos. Entenda que nada é de ordem pessoal, porque esse é o nosso dever de cobrar, porque a sociedade exige dos seus representantes que eles atuem em defesa intransigente da nossa gente, que clama por justiça, principalmente nessa área da Segurança.

Quero fazer algumas colocações, mas começo fazendo a seguinte pergunta, até porque acho importante esclarecer aos paranaenses: há alguns dias, V. Exa., ao se manifestar nos veículos de comunicação, em entrevista na Rádio Banda B, depois de inúmeros pronunciamentos dos Deputados Estaduais, aqui desta tribuna fez uma colocação dizendo: "Os abutres da desgraça estão agindo no Paraná". Eu lhe pergunto: quem são os abutres da desgraça? V. Exa. se referiu a este Parlamento, aos Deputados Estaduais de Oposição? O Paraná quer saber, porque o que estamos fazendo aqui é exigir ações do Governo, investimentos na área de Segurança.

Vou mais além, Sr. Secretário. Ouvi no começo do Governo Requião um movimento muito forte, e até o cumprimento por esta ação no sentido de acabar, definitivamente, com as casas de bingo neste Estado. Não sei, me parece que foi um grande teatro, uma encenação das maiores possíveis neste Estado. Tudo acabou! Pergunto: como está a ação do Governo com relação ao combate aos jogos de azar neste Estado, como exemplo o jogo do bicho, as máquinas de caça-níquel, minicassinos. Como está a ação no sentido do combate a essas contravenções que, na nossa concepção, continuam acontecendo abertamente? Nada praticamente está acontecendo em termos de ação do Governo do Estado para combater esse tipo de contravenção, a não ser um estardalhaço, feito no passado, pelo Governador e até pela própria Secretaria da Segurança, no sentido de que no Paraná estaríamos livres definitivamente deste tipo de contravenção.

A pergunta que faço: quais foram as ações e o que está acontecendo para que isto realmente possa ser banido aqui do Estado?

Quero encerrar, perguntando se V. Exa. conhece a Resolução nº 6551, de 10 de março de 1990? São essas as perguntas.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Vou, mais uma vez, focar minha resposta em relação aos assuntos de Segurança Pública. O combate à jogatina é bandeira deste Governo, de fato, desde 2003. Inclusive à época, quando participei desse trabalho, participei ainda como promotor de Justiça e representando o Grupo de Repressão ao Crime Organizado, que foi o grupo que atuou no combate à jogatina, ao bingo. O que estávamos fazendo, na verdade, era cumprir a lei, e

fazendo com que essa atividade, que era proibida desde 2001, não continuasse sendo exercida livremente aqui na Capital em outras Cidades do País. A nossa ação, a nossa atitude em relação à jogatina teve repercussão nacional, e o Paraná que iniciou esse movimento que acabou, definitivamente por eliminar essa atividade.

O Poder Judiciário teve uma participação importantíssima nisso. Evidente que essa é uma atividade perniciososa, e por ser peniciosa e gerar lucros, principalmente para o crime organizado, ela persiste ainda em funcionar, principalmente através de algumas máquinas de caça-níqueis, que são instaladas por algumas pessoas que não entenderam que essa atividade é ilegal. Mas a Polícia tem realizado todos os dias apreensão e combate a essas máquinas, e em relação ao bingo é a mesma coisa.

Portanto, é uma bandeira política deste Governo o combate à jogatina. Não é o mais perfeito e melhor do mundo esse trabalho, temos limitações em todas as áreas, inclusive nessa também. Mas ele é feito como uma política institucional do Governo.

Deputado, se o senhor puder me esclarecer o que é essa resolução?

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Eu lhe pergunto porque é uma resolução do Departamento da Polícia Civil, que estabelece normas em relação à população do Estado e estabelece o número de contingentes de policiais que têm que atuar em relação a esse número de população, regionalmente no Estado. Essa é a pergunta, porque aí vou me posicionar ao ouvir sua resposta.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Se eu tivesse que me prender a algum documento, a uma portaria, a um ato normativo, a uma resolução, a um decreto, ou a uma lei para realizar a distribuição do efetivo policial, o senhor imagina a dificuldade que eu teria para aplicar o policiamento no combate à criminalidade, onde ele é necessário. Imagino que toda vez que eu tiver que definir um efetivo policial, se eu tivesse que aprovar uma lei aqui na Assembleia Legislativa - não que os senhores não tenham agilidade para isso, mas a Polícia precisa de uma dinâmica maior, ela precisa estar andando na frente, com o trabalho de inteligência na frente da atividade criminosa.

Veja, o nosso trabalho, a distribuição do efetivo é feita com critérios técnicos, em cima de informações que são fornecidas pelo geoprocessamento, que é o mapeamento do crime. Enfim, as definições são dessa maneira.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Não vou contestá-lo, mas entendo que esta informação, com certeza, deveria ser de pleno conhecimento de V. Exa., porque quando falo isso é exatamente em função de que fiz alguns levantamentos e vou me ater à minha região, Sudoeste do Paraná. E essa resolução determina que lá deveríamos ter 30 investigadores, cinco

escrivães, dois delegados e, na verdade, temos apenas 10 investigadores para uma população de 307 mil habitantes. Temos uma carência, uma necessidade de mais de 60 policiais para atender a região, o que significa dizer que os investimentos não estão acontecendo dentro daquele discurso que realmente o Governo vem afirmando.

Faço essa colocação porque esse é um número real, é uma informação verdadeira que busquei na região, fidedigna, informação de pessoas que convivem o dia a dia. É lógico que tenho ouvido reclamações permanentemente de Prefeitos, de Vereadores, cobrando uma ação mais forte com relação à Segurança na nossa região, o que não é diferente no Estado.

Além do que, Sr. Secretário, posso afirmar, e vi aqui a manifestação de V. Exa. afirmando que poucos Municípios no Paraná não têm policiais. Só no Sudoeste do Paraná temos 14 Cidades que não têm um policial militar, 14 Cidades, e até posso fazer a leitura de quais são, mas vejo que não há necessidade. Portanto, acho que está realmente faltando uma ação mais efetiva e mais forte por parte do Governo no sentido de fazer esses investimentos. E quando falo isso, falo porque pela Organização Mundial teríamos que ter aí, em média, para cada 1 mil habitantes, um policial. E pelo que vejo no Sudoeste do Paraná, temos um policial para quase 7 mil habitantes o que, realmente, é um dado que nos compromete muito em termos de Segurança neste Estado.

Respeito V. Exa. em não me responder com relação ao questionamento que fiz, mas agora fico em dúvida se V. Exa. se referiu aos Srs. Deputados, porque fizemos aqui discursos contundentes com relação à cobrança na Segurança. Se V. Exa. realmente fez o discurso com relação “aos abutres da desgraça”, se assim entender, prefiro ser, porque defendo os paranaenses como um todo, principalmente na área de Segurança.

Muito obrigado.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Primeiramente quero registrar a minha profunda solidariedade ao Coronel Jorge Martins, que aqui esteve, Secretário Delazari, num exemplo absolutamente tocante de superação e profissionalismo. O gesto do Coronel Jorge Martins, a mim, registrou-se como um profundo crédito na Instituição e foi muito importante para esta Casa.

Esta é minha primeira legislatura, e assim que cheguei nesta Casa, atendendo às demandas da população que represento, resido na Cidade de Araucária, realizamos naquele Município uma Audiência Pública, e foi a primeira desta Casa, na área de Segurança no Município de Araucária. Lá estiveram seis Deputados, comando das diversas Instituições envolvidas com Segurança, e pudemos fazer um diagnóstico da situação da Região Metropolitana. Araucária é cuidada pela 2ª Companhia de Polícia Militar do 17º Batalhão. A 2ª

Companhia é responsável por Araucária, Mandirituba, Contenda e Fazenda Rio Grande, em um total de 250 mil pessoas. Temos em Araucária um contingente de 90 policiais militares. Sabemos que em um dia de trabalho precisamos de três policiais, para cobertura. Temos lá um policial para 11 mil pessoas. É possível colocar a sensação de segurança.

Reconheço, Secretário Delazari, os avanços que tivemos nesses dois últimos anos com relação à Araucária. Recebemos as viaturas da Polícia. Considero um dos melhores quadros da Polícia Civil, à frente da Delegacia de Araucária, o delegado Rubens Recalcatti, à frente da 2ª Companhia de Polícia, que trabalha muito. Desde que o delegado Rubens este lá, os últimos crimes que aconteceram naquela Cidade, quase todos foram desvendados a autoria. Sei do esforço que se faz para garantir o trabalho.

Fiquei muito feliz no início de sua fala, quando o senhor disse que tem 2 mil e 500 policiais para serem contratados e 500 para a Região Metropolitana, onde acontecem os maiores quadros. Araucária, Fazenda Rio Grande e os Municípios da Região Metropolitana fazem a base da pirâmide da criminalidade. Vejo o sofrimento do delegado Rubens, quando as mães chegam na delegacia e solicitam para que prendam os seus filhos envolvidos com a droga, para que possam protegê-los da morte já colocada.

Não tenho uma pergunta propriamente dita para o senhor. Sensibilizar o senhor e deixar registrado nesta Casa que precisamos muito aumentar o efetivo da 2ª Companhia de Polícia Militar no Paraná todo. Mas lá, o geoprocessamento do crime mostra a necessidade. Precisamos reativar a Delegacia da Mulher, de uma delegacia para a região. Precisamos que o 190 funcione de uma forma mais efetiva, para que as pessoas que ligam para este número sintam-se acolhidas pelo sistema de Segurança Pública, porque nem sempre isso se dá. Sobretudo, precisamos que a Lei Maria da Penha seja cumprida na sua excelência de lei, que é o acolhimento das mulheres vítimas de violência.

É esse o apelo que lhe faço. Vou abrir mão da minha réplica para ouvi-lo. Dizer que é muito importante a sua presença nesta Casa.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Muito obrigado, Deputada.

O método de trabalho da Região Metropolitana é feito, até hoje, em conjunto com a visão que temos da Capital. O efetivo que hoje existe em Curitiba soma-se aos esforços que o efetivo da Região Metropolitana faz, principalmente como Grupo de Companhia de Choque, que realiza operações semanais na Região Metropolitana e com muita frequência em Araucária.

O Governo autorizou a realização de um concurso. Em primeiro momento era para dois policiais. A pedido do Coronel Rodrigo, em uma conversa com o Governador Requião, ele entendeu que teria que ampliar este número para 2 mil e 500 policiais, designando 500

policiais exclusivamente para a Região Metropolitana. Certamente, com a preparação desses policiais, o concurso deve acontecer em breve, porque foi assinado contrato com a universidade. Teremos lá uma escola de formação e aí o início de um aumento no contingente de Araucária e de toda Região Metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, senhores policiais civis, militares, bombeiros, cidadãos do Paraná que depositam confiança em mim. Por essas pessoas faço o meu pronunciamento.

Neste momento quero conversar com o servidor público, Sr. Secretário. Não existe consonância entre o que a Secretaria de Estado da Segurança Pública apresenta e fala com o que o povo está sentindo nas ruas. E tem razões para isso.

Hoje, estamos aqui numa reunião do trabalho, Srs. Deputados, e não de propaganda. Só se chega a este microfone, Sr. Presidente, através da vontade do povo. E aqui tem que existir comprometimento.

Sr. Secretário, o senhor falou no pronunciamento a respeito de comprometimento. Então, antes de responder as minhas perguntas, quero buscar o compromisso do Secretário da Segurança Pública.

Sr. Secretário, quero que o senhor se comprometa a se ajustar no que determina a lei, que o efetivo teria que ser, no mínimo, 21 mil e 880, pelo menos é o número de vagas. Quero que o senhor se comprometa a investir em Polícia especializada, implantando o Núcleo de Repressão ao Tráfico de Entorpecentes em Ponta Grossa. E o senhor sabe por que em Ponta Grossa? Por ter localização estratégica de passagem de tráfico de entorpecentes.

Sr. Secretário, gostaria que o senhor se compromettesse a resolver imediatamente o problema grave de desvio de função. Tem escrivão recebendo inquéritos, investigadores que estão cuidando de presos, motoristas de IML carregando corpos. Quero que o senhor se comprometa a estruturar a Polícia Científica que hoje está em flagelo, que praticamente não existe. Os IMLs, em todo o Estado do Paraná, estão em situação lastimável. Em Curitiba existem mais de 70 cadáveres não identificados aguardando sepultamento, um em cima do outro. Horror total.

Quero, Sr. Secretário, que o senhor se comprometa a resolver os problemas das delegacias do interior, que não têm escrivão, delegados, muitas vezes nas mãos de presos. Já tive a oportunidade de ver numa delegacia um preso de confiança fazendo o atendimento na delegacia. Em Ponta Grossa também tem delegados que estão acumulando funções em outros Municípios.

Quero, Sr. Secretário, que o senhor se comprometa a resolver o problema do fardamento dos policiais. Aliás, gostaria que o senhor respondesse: os policiais são descontados cerca de R\$ 30, R\$ 33 por mês. E muitos policiais estão sem farda há mais de dois anos.

Quero que o senhor se comprometa a resolver imediatamente o problema dos presídios como o de Ponta Grossa, que estava com quase 500 presos e a lotação era para 170.

Gostaria que o senhor se compromettesse com relação ao auxílio, risco de vida para a Polícia Civil. Também com relação à insalubridade para os auxiliares da necropsia.

Mas, principalmente gostaria que o senhor se compromettesse a participar das Audiências Públicas de Segurança. Sou um Deputado de primeiro mandato, estou aqui há quase três anos, participei de diversas Audiências Públicas das Secretarias de Segurança Pública, inclusive com as galerias lotadas de policiais civis, militares, bombeiros, reivindicando melhorias, valorização profissional e infelizmente não vi V. Exa. em nenhuma das Audiências. Nem aqui na Assembleia e nem em outros Municípios.

Falo com o funcionário público. Tenho uma consideração muito especial pela pessoa Luiz Fernando Delazari, mas falo com o servidor público, como Deputado representante dos eleitores paranaenses. A Segurança Pública, na minha opinião, não está bem, Sr. Secretário, e é isto que eu escuto, o apelo popular em todas as Cidades, em todos os Municípios, até mesmo com profissionais da área de Segurança, que entendem profundamente do tema. Infelizmente a Segurança não está bem.

Era isto, Sr. Presidente,

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Sr. Presidente, são considerações, e acabou não sendo feito nenhum questionamento. Ele abrangeu quase todos os assuntos de Segurança, enfim, acho que são opiniões, são ouvidas com todo respeito e consideração.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Gostaria de utilizar os meus próximos três minutos. Não houve um comprometimento por parte do Secretário. Eu até o entendo, Sr. Secretário. Talvez neste momento, nesta ocasião, o senhor não possa fazer esse compromisso, mas estarei aqui todos os dias e o assunto Segurança Pública voltará à pauta da Assembleia.

Teria muitas perguntas com relação à viaturas, com relação à aquisição do helicóptero, gostaria de saber por qual fundo foi adquirido esse equipamento; gostaria de saber também a respeito, me aprofundar a respeito do IML, que é uma situação terrível, catastrófica em todo o Estado; gostaria de falar também sobre a PEC que eu defendo, dos subsídios, mas de qualquer maneira acho que foi importante a vinda de V. Sa., porque pude falar pessoalmente para o senhor, já que não tive a oportunidade de fazê-lo no

seu gabinete, porque sou um Deputado de Oposição. Faço isto nesta tribuna, faço também no rádio com a imprensa, cobro sim. Sr. Secretário, conto muito Segurança Pública, porque me cobram todo santo dia e eu estou me sentindo também inseguro.

Por outro lado, louvo esta Casa pela possibilidade estar aqui me pronunciando e dizendo o que muitos, milhares de outros cidadãos paranaenses gostariam de falar pessoalmente à maior autoridade de Segurança Pública do Estado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes que acompanham esta Audiência.

Sr. Secretário, na realidade, alguns dos questionamentos que iríamos fazer foram feitos, até porque há uma recorrência, um efetivo policial, uma recorrência com diversos temas, mas algumas coisas, Sr. Secretário, quero primeiro considerar, e são quatro perguntas que gostaria de fazer a V. Exa.

Primeiro reconhecer que há um diferencial no tratamento que temos com os movimentos sociais. V. Exa. sabe do que estou falando. A relação com o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra é absolutamente diferente. Há erros? Há, mas as vezes que tivemos problemas pudemos recorrer, inclusive em desocupações, e obtivemos êxito. Há excessos? Há, como aconteceu na Fazendinha. Medidas foram tomadas, eu reconheço isso e V. Exa. sabe que reconheço.

Acho que é preciso, Secretário, que antes de iniciar as perguntas que vou fazer a V. Exa., até porque uma delas tinha bastante dúvida se deveria fazê-la ou não, mas em função de ter usado aqui a tribuna para falar sobre o acontecido, e vou fazê-la, antes disso quero fazer uma citação, não só para V. Exa., mas para que todos entendam qual o sentido disso.

É uma citação de Santo Agostinho. Santo Agostinho, Deputado Praczyk, V. Exa. que conhece, Santo Agostinho tem uma citação que acho fundamental.

Diz Santo Agostinho: "Prefiro os que me criticam, porque me corrigem, aos que me adulam, porque podem me corromper." Então, acredito que o que estamos fazendo hoje tem que ser entendido como crítica, mas críticas no sentido de fazer com que todos nós possamos crescer. Porque fazer média, falar bem, dizer que está tudo maravilhoso, acho que é fácil, mas não resolve.

Então, três, quatro questões que eu gostaria de saber de V. Exa.:

1) Se, como V. Exa. falou, temos penitenciárias e cadeias lotadas, se a Defensoria Pública contribuiria para que reduzíssemos este número, até porque entendemos

que a Defensoria Pública pode, num processo de construção, conforme prevê a Constituição Federal, fazer com que muitas pessoas que estão detidas acabem sequer ficando por terem defensor público. Gostaria de saber a sua opinião e se V. Exa. concorda que é necessário. Por que não implantamos até hoje a Defensoria Pública no Estado do Paraná, que junto com Santa Catarina são os últimos Estados da Federação que não têm Defensoria Pública?

2) Se é possível implantar, na sua opinião, a carreira de advogado militar que possa fazer a defesa dos policiais militares, quando há acusações aos policiais militares.

3) O Estado contratou, não sei se os números são exatos, mas o Estado contratou de 12 a 14 médicos legistas que foram para o IML. A informação que eu tenho é que esses médicos legistas não passaram pela Escola de Polícia e que estão, talvez até pela urgência, mas que estão no IML, apesar de terem a cadeira de Medicina Legal, mas sem terem condições totais de Medicina Legal. Na sua opinião, isso não coloca em risco a credibilidade do IML?

4) V. Exa. sabe que tivemos, no dia 29 de setembro, uma ocorrência com a RONE e dois rapazes, em Colombo. O Deputado Strapasson acompanhou, inclusive foi no enterro de um dos rapazes, conhece a família, os policiais que estavam envolvidos foram temporariamente afastados, o inquérito se concluiu agora, talvez tenha mais um prazo. E a informação que temos é que um dos rapazes, não vou entrar no mérito se estavam ou não armados, se foi ou não visto que estavam armados, mas a informação que temos é que um dos rapazes, ao cair da moto - havia um número grande de pessoas, é uma região bastante movimentada, isso ocorreu às 21h - saiu da moto, colocou as mãos na cabeça e ainda assim levou dois tiros. O outro que era garupa foi para dentro da pizzaria, foi tirado da pizzaria, levou outro tiro. Quando o SIATE foi levá-lo foi abordado e durante 15 minutos foi esperado, até que entrasse em óbito. A pergunta que eu faço é se em casos como esse, não quero entrar no mérito, casos como esse de Colombo, o senhor entende que decorrem do stress, se há falta de preparo psicológico dessa tropa, que é uma tropa diferenciada dos demais batalhões, e se entramos na "síndrome do Capitão Nascimento", que eu sei que V. Exa. não concorda, "síndrome do Capitão Nascimento" por conta do filme Tropa de Elite, ou se é, e eu espero que não, acredito que não, orientação superior?

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Sobre a Defensoria Pública, Deputado, não quero nem entrar no mérito nem nos motivos, porque isso não me compete. Quero dizer ao senhor que temos uma parceria com o Ministério Público do Estado do Paraná, Centro de Apoio das Promotorias de Execução Penal, que faz levantamento diário de todos os presos dentro das delegacias e do sistema penitenciário. Esse levantamento indica que pouquíssimos presos, hoje, teriam algum tipo

de benefício ainda não concedido pela Justiça, este grande número de presos, 30 mil presos na verdade, são presos de crimes graves, homicídio, roubo, furto, latrocínio, alguns poucos, tráfico de drogas, trabalho que a Polícia vem realizando no combate a esse tipo de crime, e a análise jurídica das suas condições carcerárias, jurídicas, tem sido feita pelo Ministério Público. E o relatório que recebo semanalmente indica raríssimas exceções.

Existe um projeto encaminhado pelo Coronel Anselmo, que está tramitando, de criação de uma assistência jurídica para os policiais que estão envolvidos em conflitos. O que acontece é que, na verdade, o policial quando se envolve num confronto, num conflito, normalmente é instalado um inquérito policial, ele pode ser processado e daí ele tem que se virar, essa que é a verdade, para arrumar advogado. A ideia do Coronel Anselmo é criar uma forma que o Estado possa suprir essa demanda jurídica, um projeto que está tramitando criando uma espécie de uma bolsa, enfim.

Questão do IML, os médicos foram contratados, a forma como foi proposta a qualificação deles foi cumprida no edital. E nós, claro, vamos trabalhar no aperfeiçoamento sempre. Não sei se está acontecendo agora o curso, se ele já está programado para acontecer, mas é nosso objetivo sempre qualificar e prepará-lo para cumprir essa missão tão importante, porque afinal de contas é ela que subsidia os inquéritos policiais, as decisões, as denúncias pelo Ministério Público.

Em relação ao episódio específico de Colombo, tenho certeza que a investigação é que vai nos dar as respostas. O que posso dizer é que é um compromisso deste Governo, de transparência a todos custo. Temos vários mecanismos para que isso ocorra na prática. Um deles, por exemplo, é o acompanhamento do Ministério Público, que agora tem sido feita inclusive de uma forma direta.

Recebo a comunicação de todos os confrontos que acontecem em Curitiba e Região Metropolitana - que é onde se concentram 90% dos confrontos entre policiais e criminosos - no meu telefone, na hora em que acontece. Eu comunico ao promotor de Justiça, coordenador do GAECO, que é o Dr. Leonir Batisti, e ele designa um promotor de Justiça para comparecer no local e no momento da ocorrência. Isso tem acontecido há cerca de um ano, foi um pedido pessoal meu para que tenhamos maior transparência possível.

Veja bem, não há, em hipótese nenhuma, nem da nossa parte e nem da parte do comando, nenhum interesse, primeiro que isso seria até a admissão da prática de um crime, porque você determinar que isso aconteça é determinar que um policial cometa um crime. E a nossa conduta como servidor público, a minha, do Comandante Geral, do Delegado Geral, o nosso currículo e a nossa formação demonstram que não temos, de nenhuma forma, nenhuma intenção que isso aconteça. O que queremos é esclarecer os fatos. Como é que ele pode ser esclarecido? Com uma investigação transparente, acom-

panhada sempre pelo Ministério Público, com a colheita de provas e no final a Justiça e o Ministério Público é que vão decidir o que aconteceu. Da nossa parte é o compromisso que temos, desde o primeiro momento em que assumimos a Secretaria, com a verdade, com a transparência, com a honestidade, com a retidão, com a ética e com a moralidade.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Secretário, apenas quero colocar com relação ao IML. O senhor falou que foram cumpridos os requisitos que estavam estabelecidos no edital, que previa que os médicos assumiriam sem passar no curso da Polícia? Não há curso feito.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Posso garantir, o que estava previsto no edital foi cumprido, O que existe agora é um curso preparatório, complementar também de Medicina Legal, que vai ser fornecido agora em dezembro para todos os profissionais. A nossa preocupação é, de fato, com excelência nesse serviço, devido à importância que ele tem. Estamos disponibilizando ao servidor um plus na sua formação para que ele, como você sabe, o servidor da Polícia é um servidor especial, nenhum policial, nenhum servidor pode ser contratado e já assumir as funções, porque ele tem um preparo para isso. No IML também não é diferente. Ele fez o curso previsto legalmente no edital e vamos fornecer agora, através de uma parceria com a Escola de Governo, um curso complementar.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, apenas quero deixar registrado que vamos fazer, Sr. Secretário, obviamente que isso cabe a V. Sa., mas acredito que há uma informação aqui que para mim não está clara. Não sei qual é o edital.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

O meu compromisso com você é fornecer os documentos que comprovam que o curso aconteceu. Inclusive até a grade curricular do próximo curso, do conteúdo do próximo curso.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Faço como pedido de informação a V. Sa. e encaminhado ao Presidente. Ele encaminha a V. Sa. já na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra a Deputada Cida Borghetti.

Deputada Cida Borghetti (PP)

A SRA. CIDA BORGHETTI

Apenas agradecer ao Secretário Luiz Fernando Delazari por estar conosco até esta hora, atendendo a todos os Parlamentares.

Mas gostaria de registrar, o senhor citou a Cidade de Maringá. Maringá, é uma Cidade ordeira, de um povo ordeiro, foi em Maringá que nasceu o primeiro Conselho de Segurança do País, do Brasil, e hoje é comandado pelo competente Coronel Rodrigues, que V. Sa. conhece, sabe do seu trabalho. mas a comunidade, como um todo, ajuda muito, é extremamente participativa.

Falo aqui também como mulher, como mãe, hoje Maringá tem uma mulher à frente do 4º Batalhão interinamente, que é a Major Audilene, extremamente competente. Está aqui conosco, também, a Tenente-Coronel Aparecida Rita, que nos ajudou inclusive a elaborar aquela lei que V. Sa. citou logo no início, juntamente com a Deputada Luciana Rafagnin e a Deputada Elza Correia, na legislatura passada. E dizer que estamos aqui sempre defendendo os interesses da população.

Muitas vezes enviamos a V. Sa., através da sua assessoria, várias sugestões. Agora mesmo, o meu partido, o Partido Progressista está no ar, na TV, nas inserções que o TRE permite neste momento, solicitando a contratação imediata de 10 mil novos policiais.

V. Sa. sabe que é necessário o aumento de efetivo. A Polícia na rua dá Segurança à população. Também a capacitação, o treinamento dos policiais é muito importante. V. Sa. também já falou isso no início. Queria dizer que passo às suas mãos, neste momento, algumas sugestões. Aqui tem algumas sugestões também, através do CONSEG de Maringá, vou passar às suas mãos para que V. Sa. analise. O problema da Segurança é um problema nacional, um problema mundial. Todas as pesquisas que fazemos, em primeiro lugar é a Segurança disparadamente, a população realmente precisa de uma proteção maior, quando nos bairros, no meu bairro, no seu inclusive, a Polícia está nas ruas, a comunidade sente-se segura, as nossas crianças e os nossos adolescentes também.

Queria deixar isso consignado e que V. Sa. possa ler, com muito carinho, as nossas sugestões.

Muito obrigada.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Deputada, agradeço a V. Exa. as sugestões. serão lidas e respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Strapasson.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Srs. Deputados, delegados, Comandante da Polícia Militar da região.,

Ontem à tarde, desta tribuna, estava convidando os nossos Parlamentares para participarem de uma importante Audiência Pública, amanhã, exatamente para discutir os desafios do enfrentamento dos problemas que afligem a nossa Região Metropolitana e exatamente a necessidade que temos que, de forma

articulada, de forma integrada e com ação de todos os setores das Prefeituras, do Governo do Estado, da sociedade organizada, promover as políticas sociais necessárias para que pudéssemos reduzir as desigualdades da Região Metropolitana.

Falava também da importância deste momento, com a presença do Secretário, para que pudéssemos aqui fazer um debate em torno da Segurança Pública, jamais com o tom de criticar, questionar, mais contribuir na medida em que precisamos trabalhar de forma articulada.

É evidente, quando se falou em desigualdade, quero dizer que a nossa Região Metropolitana, uma das regiões onde a desigualdade aflora à flor da pele, porque o processo de urbanização expulsa para as periféricas, os Municípios vizinhos da Capital, aquelas mazelas sociais, as populações sem qualquer condição social e que acabam, por falta até de alguns Municípios terem condições econômicas do enfrentamento, ficarem numa condição sub-humana.

Tenho certeza que essas desigualdades têm que ser enfrentadas e são a causa principal da criminalidade intensa na Região Metropolitana de Curitiba.

Temos aqui na região o 17º Batalhão, que atende a 22 Municípios, uma área territorial de 12 mil e 298 km², que vai de São Paulo à divisa de Santa Catarina. Temos 1 milhão e 400 mil habitantes; 75% da população da Capital em função da existência de um batalhão só, de um efetivo pequeno, temos em torno de 600 homens para toda a região.

Quando o Deputado Roque, de Paranaguá, falou aqui, fiquei até com vontade de fazer um requerimento para mandar um pouco dos policiais de Paranaguá para a nossa região. Afinal de contas ele falou que Paranaguá tem um policial para 790 habitantes, e temos na região aqui, especialmente na Região Metropolitana Norte, do quarto, quinto da Companhia, 190 homens aproximadamente para atender 500 mil habitantes, o que dá um policial para cada 2 mil e 700 habitantes, para atender uma área de 7 mil e 200 km², para entender o tamanho de Curitiba que tem 450 km² aproximadamente.

É evidente que a desigualdade é muito grande, conheço o dia a dia dos policiais militares e civis e é humanamente impossível você imaginar que Colombo, que tem um policial para cada 4 mil e 700, tem três viaturas que atendem a ocorrência. São três viaturas e seis homens em tempo real para atender 250 mil habitantes. Muitas vezes eles mesmos nos dizem: "Pelo amor de Deus, mandem reforço de efetivo, porque não conseguimos atender sequer as ocorrências." Muitas pessoas que sofrem furtos e roubos, a Polícia chega duas horas depois e o cidadão fica indignado. É evidente que sem um policiamento ostensivo não há como fazer Segurança. Temos que atuar na política social, no enfrentamento da pobreza, mas também precisamos ter uma ostensividade maior, porque afinal de contas já ganhamos de Foz do Iguaçu. Estamos quase em 1º lugar no Estado do Paraná em nível de homicídios.

Isso tudo, muitas vezes as pessoas nos encontram e imaginam que em Colombo ou Tamandaré a população é marginal.

Gostaria de fazer um pergunta para V. Exa., sei que conhece o assunto, mesmo já sabendo que existem 500 policiais previstos nesse novo concurso, até que seja feito, vão entrar em ação, precisamos criar um processo para reduzir a desigualdade. Afinal de contas, converso com várias pessoas, mesmo em Curitiba, que tem 75 bairros atendidos pelo próprio povo, há uma folga, uma tranquilidade no sentido de atendimento, porque eles conseguem atender uma ocorrência em cinco minutos, 30 minutos, uma hora. Queria dizer que precisamos encontrar uma forma de articular um esforço imediato até que venha este reforço, para que possamos, pelo menos, fazer um enfrentamento deste drama, que é metropolitano.

Uma questão para o Coronel, que é da Polícia Militar, este processo de implantação do POVO em Curitiba, ele logicamente expulsa onde tem menos efetivo, menos cobertura, a criminalidade. E onde vão se instalar? Na Região Metropolitana. E aí recebemos o quê? Recebemos infiltrações. Temos hoje uma realidade difícil, cresceu mais de 30% a criminalidade na região. E não podemos esperar um ano para que haja uma ação efetiva. Independente da ação social do Governo, que tem que ser imediata e produz resultados daqui, cinco, seis anos, precisamos fazer ação preventiva, ação do policiamento ostensivo. Caso contrário, não é possível imaginar que o cidadão sintam-se seguro.

Como foi citado pelo Secretário, Curitiba e Região Metropolitana tem 30% da população do Estado do Paraná. No entanto, responde por 48% dos homicídios, o que é um quadro bastante grave.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

A visão que temos em relação à Região Metropolitana foi o que eu disse para a Deputada Rosane Ferreira, de Araucária, que é ideia da ação integrada de Curitiba e Região Metropolitana. Realizamos inúmeras operações. E os atendimentos que são feitos com esta intensidade, na Região Metropolitana, também são feitos com esta intensidade, na Região Metropolitana, também são feitos pelo policiamento que é aplicado aqui em Curitiba, especialmente pelas RONES e ROTANS, que fazem o patrulhamento, realizam operações policiais. E a intenção do Governo, como disse anteriormente, é concretizar a contratação destes 500 novos policiais para se somarem ao efetivo da Região Metropolitana.

A providência que estamos tomando em relação a isto, tendo em vista inclusive a prioridade com que esta região deve receber, tendo em vista os dados que são fornecidos pelo geoprocessamento, é este trabalho integrado em conjunto com a atuação da Companhia de Choque e outros órgãos da Polícia, que atuam nesta região.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Evidentemente que ouvimos, até do próprio Governador, que a visão é global, Curitiba e região. Mas, as ocorrências em Colombo, por exemplo, são atendidas especificamente pelas três viaturas do RPA. Se houver uma sobrecarga - é isto é permanente - não há cobertura de viaturas de Curitiba.

Portanto, temos aí uma enormidade de ocorrências que não têm atendimento. Sem contar aquelas que chegam com atraso de uma hora, duas horas, e tudo o mais. Se pensarmos integrado, isto é possível, mas que haja uma ação realmente integrada, efetiva e permanente. O DENART tem feito algumas ações na região, mas mais em função do grampo telefônico e algumas coisas de tráfico.

É evidente que precisamos trabalhar com inteligência, com saturação para fazer um trabalho ostensivo. A presença de um policial militar inibe o criminoso, inibe uma ação que pode resultar na morte de alguém. E é evidente que nós, com 55 policiais aproximadamente, não temos condições de enfrentamento desta realidade para o Município de 250 mil, que tem 10 bairros, 10 centros de bairros espalhados e a viatura, muitas vezes, está numa ocorrência e tem que terminar uma ocorrência para atender outra, não tem viatura. Aí, quando ele vai levar um flagrante na delegacia, principalmente, vem aí uma questão da Civil, temos dois escrivães na delegacia de Alto Maracanã, que atende 190 mil habitantes. Temos delegacia em Curitiba, por exemplo, que tem quatro escrivães e atende muito menos população, uma área com muito menos conflito e, evidentemente, o policial perde aí mais uma hora ou duas, e quando ele encontra um carro roubado vai ficar três horas esperando vir um guincho para levar o carro. Então, existe muito atendimento.

Então, creio que se tivéssemos um reforço permanente para atender ocorrência, além dessa presença do choque eventual, mas principalmente a inteligência da Polícia caminhando na frente e investigando, porque a droga, o crack realmente é insustentável e temos que estabelecer uma política social, porque no dia a dia crianças de oito ou 10 anos estão convivendo com traficantes, fumando crack no mesmo aposento e estão se viciando. Então, é evidente que tem que tratar bem essa parte da criança.

Então, creio que até que venha, e esperamos que V. Exa. possa, na sequência, criar mais um batalhão para atender a região de forma sustentável, ou até para reduzir a desigualdade em relação a Curitiba e a várias Cidades do Paraná, que têm um efetivo proporcional muito maior e têm muito menos criminalidade. Então, acho que a Metropolitana precisa urgente. Sei que o senhor conhece bem a questão, na questão da Civil também mais investigadores são importantes, principalmente na região de Alto Maracanã, que é muito crítica e não podemos esperar muito tempo.

No mais, Secretário, é dizer que valeu a sua participação e a sua presença. Acho que esses debates são importantes para buscarmos, pelo menos, dar uma atenção à população que nos cobra.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Srs. Deputados, integrantes da área da Segurança Pública do Estado do Paraná e Sr. Secretário.

Venho à tribuna para fazer algumas ponderações ao Sr. Secretário. Quero inicialmente só deixar registrado que no ano de 2005, ou 2006, o Conselho de Segurança do Município de Ponta Grossa esteve presente na Secretaria da Segurança, e quero dizer que no debate, na troca de informações, o Sr. Secretário foi muito deselegante com os representantes de Ponta Grossa, e aqui quero falar em nome do Sr. Douglas Fonseca, Presidente daquele conselho, e de outros representantes que o acompanhavam, onde no momento em que questionaram a questão do contingente dos policiais, acabaram ouvindo do Secretário determinadas posições, e levantaram, viraram as costas e deixaram a sala. Então, queria deixar aqui registrado esse acontecimento, porque eles vieram representar a Cidade de Ponta Grossa, o Conselho de Segurança do Município de Ponta Grossa e, infelizmente, naquele dia acabaram saindo sem uma resposta, sem um diálogo amplo e equilibrado daquela reunião.

Ouvi aqui os números colocados pelo Sr. Secretário e são números impressionantes, que com certeza impressionaram a todos aqueles que, pela TV SINAL, assistiram esse procedimento e estão acompanhando esta Sessão. Mas, posso dizer que os problemas existentes são graves na área da Segurança Pública. Temos uma criminalidade crescente e os números apontam. É só vermos os meios de comunicação, diariamente mostrando cada vez mais os sérios problemas que acontecem na área da Segurança Pública.

E quero dizer, Sr. Presidente, que tivemos uma operação das Polícias no Município de Ponta Grossa, se não me engano no ano de 2005, onde era uma operação padrão, se não me engano a Operação Ponta Grossa Segura, onde os batalhões da Polícia Militar e também da Polícia Civil daquele Município receberam reforços de todos os outros batalhões do Estado do Paraná, onde policiais lá estiveram, viaturas lá foram colocadas e passaram praticamente uma semana no Município de Ponta Grossa, e sei também que foi feito em outros Municípios do Estado do Paraná.

Quero dizer que nesse período em que lá estiveram a criminalidade caiu praticamente a zero. E por quê? A Polícia na rua, um número elevado de policiais militares, civis, viaturas que vieram de outros Municípios, aquilo

para mim foi uma grande referência de que, com o contingente maior, com mais estrutura, mas policiais e mais viaturas é possível conter a criminalidade. Ponta Grossa tem saudades de tudo aquilo que aconteceu naquele período.

Quero entregar a V. Exa. um ofício que recebi do Juiz de Direito da Cidade de Ponta Grossa, que aponta a situação que vive o Presídio Hildebrando de Souza. Um presídio que tem um espaço para 172 pessoas e tem nele 480 pessoas. Vou lhe entregar o pedido da Cidade de Ponta Grossa, de todos os envolvidos que vivem naquele Município.

Dentro dessa linha quero lhe fazer duas perguntas: o que será feito para resolver o problema do Presídio Hildebrando? Por que não foi feito ainda? Porque esse problema já vem de bom tempo. Por que o retorno dos módulos policiais não acontecem no Estado do Paraná? Por que é que a RONE tinha sido transferida, o batalhão quase que inteiro, para Foz do Iguaçu e, no período da chacina do Uberaba não tínhamos aqui a RONE completa? O que foi que aconteceu? E também gostaria de falar que o IML de Ponta Grossa tem problemas sérios. São essas as perguntas.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Já fizemos uma ampliação na cadeia neste Governo, criamos mais vagas.

O Deputado Jocelito Canto me procurou há duas semanas, e determinei que fosse lá examinada a colocação de novas celas modulares. São celas com capacidade para 12 presos e vai tentar suprir essa demanda de vagas, que só ocorre, volto a dizer, só acontece em decorrência do rendimento do trabalho da Polícia, que efetivamente tem trabalhado muito, tem prendido muito, isso é público e reconhecido por todos.

Quanto aos módulos, já expliquei para o Deputado Ney Leprevost, no nosso entendimento ele engessa o trabalho policial. É uma unidade física a mais que precisa ser cuidada, vigiada 24 horas. Só nessa providência cada módulo implica na aplicação de três policiais que ficaram engessados, que cuidarão do módulo e não da segurança do bairro ou da região em que existe. A nossa ideia é a concepção de um policiamento móvel, de um módulo móvel com atividade dinâmica, com poder de locomoção, que possa atender uma determinada região e outra, se for necessário, de acordo com a ocorrência de crimes. É realmente acabar com o engessamento da Polícia. É uma tendência nacional. Não existe mais essa política de módulos. É, efetivamente, uma política do passado.

Quanto à chacina do Uberaba, Deputado, não há nenhuma relação entre uma coisa e outra. Os policiais da RONE que lá estavam em número de 36. Quer dizer, tínhamos um efetivo da Companhia de Choque trabalhando normalmente. Eles estavam lá cumprindo com a missão, que é de enfrentar o tráfico de drogas e o tráfico de armas na região de fronteira. Estamos fazendo isso há cerca de três anos e meio. A aplicação de policiais de

outras regiões em Foz do Iguaçu se dá em decorrência dessa visão que temos que o crime combatido lá em Foz do Iguaçu se dá em decorrência dessa visão que temos que o crime combatido lá em Foz será desnecessário de ser combatido aqui em Curitiba. A droga apreendida em Foz não vai ser apreendida aqui. A arma, a droga que é apreendida lá deixa de vir para cá, porque o combate está sendo feito lá na origem do problema, que é exatamente a região de fronteira. Então, é uma visão que temos. Isso está acontecendo há três anos e meio.

A chacina não tem absolutamente nada a ver com isso. A chacina tem a ver com a fome, com a miséria, com o desemprego. Eu trouxe algumas fotografias aqui sobre a condição social das pessoas que moram na vila Icaraí, na vila Zumbi. Uma criança dividindo comida com um cachorro sarnento, no meio do lixo. Uma situação social terrível, e instalada a cinco quilômetros do centro de Curitiba, talvez a seis quilômetros daqui onde estamos. Temos uma série de fotos aqui, umas 40 fotos que revelam isso. A chacina aconteceu em decorrência disso. Entendo que o raciocínio que o senhor está fazendo é: “Bom, se tivéssemos a RONE lá na vila Icaraí o crime não aconteceria.” É claro. Agora, a Polícia não é onipresente. No momento se ele estivesse lá, provavelmente, não teria acontecido o crime, mas aconteceria depois, ou então em outra região, porque é assim que funciona. Um crime como esse é impossível de ser identificado e evitado. Não é só aqui em Curitiba não, é no mundo inteiro.

Estamos falando de fatos relacionados a chacinas em Países como os Estados Unidos, que aliás tem graves problemas, inclusive de chacinas, de atos tresloucados de pessoas, muitas vezes sob o efeito de substância entorpecente, que cometem esse tipo de crime. Além da Europa, da Ásia, do Japão, da Suécia, da Suíça. Enfim, isso faz parte, infelizmente, da convivência humana. Ao invés das pessoas viverem em fraternidade, em comunhão, em sociedade, em *Lato sensu*, elas têm esses atos malucos e cometem esses crimes que, sinceramente, não têm nenhuma relação com a ausência de trabalho policial.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Só para concluir, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, vou pedir aqui, A criminalidade vem crescendo no Paraná. Na nossa avaliação, se não investirmos significativamente na Segurança Pública, a criminalidade vai continuar crescendo. Problemas sérios. Espero que, com humildade, ocorram ações por parte do Executivo para que possamos investir na Segurança Pública, para poder dar condições para que as Polícias Civil e Militar estejam com mais estrutura para poder desempenhar o seu trabalho. E essa estrutura é a física, também, principalmente na questão do contingente. Nos Campos Gerais, é Ponta Grossa, Tibagi, Castro, Palmeira, Carambeí, todos eles têm necessidade de mais policiais.

Na hora que tem um problema, sérios problemas acontecem e, naturalmente, quem perde com tudo isso é a população, são os moradores de cada um desses Municípios. Então, deixo aqui registrada a preocupação. Tudo isso que foi mostrado, na minha avaliação, não é bem assim, Os problemas aí estão e o Governo do Estado tem que investir para amenizarmos os problemas que não param de crescer no nosso Estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, quero saudar o Secretário Delazari, a todos os policiais e às pessoas que nos acompanham até este momento. Mas gostaria de fazer uma saudação especial à Tenente-Coronel Aparecida, que também está aqui. Saudando-a, gostaria de saudar a todas as policiais femininas, que são muito importantes, acho que já obtiveram várias conquistas e ainda têm muito a conquistar.

Gostaria, Secretário, até rapidamente, porque muitas dúvidas que eu tinha foram sanadas aqui pelos pronunciamentos, mas primeiro parabenizá-lo pelo trabalho e sabemos o quanto é importante, o quanto se previne, porque começa com a criança, começa na escola. Então, com a Educação se coloca o que significa as drogas na vida das pessoas. Quero parabenizá-lo por esse trabalho, que é muito importante, com grande significado, e tenho certeza que os frutos disso vamos colher mais tarde. Hoje ainda, infelizmente, sabemos que a maior parte da violência que acontece ainda acontece por causa das drogas. Mas, devido a esse trabalho e à toda essa formação que é feita na questão do PROERD, tenho certeza que logo isso vai diminuir e vamos colher os bons frutos desse trabalho realizado pelo PROERD.

Secretário, tenho duas perguntas, continuo com dúvidas, é com relação a Francisco Beltrão, que há muito tempo vem reivindicando um batalhão da Polícia Militar. Gostaria de saber se existe uma previsão para isso, o que está sendo feito para que seja instalado esse batalhão.

Também com relação à Delegacia da Mulher, a Deputada Rosane que também se pronunciou muito bem em relação a isso, hoje temos a Lei Maria da Penha, mas temos muitas mulheres que não têm coragem de ir a uma delegacia comum para fazer um registro. É muito importante, claro que não só a Delegacia da Mulher, mas a delegacia ajuda bastante nisso, mas junto com isso tem que vir a questão da Casa Abrigo para as mulheres vítimas de violência. Gostaria muito, se fosse possível, que tivéssemos mais Delegacias da Mulher no nosso Estado do Paraná. Então, gostaria que V. Exa. falasse sobre isso.

V. Exa. mencionou também que está sendo feito um estudo da questão do reajuste do salário, ou seja, na verdade não seria bem um reajuste de salário, mas o

plano de cargos para os policiais, mas gostaríamos de saber se vai haver um aumento para os policiais e a previsão de quando isso é possível, porque sabemos que isso também vem angustiando bastante os nossos policiais.

Era isso. Muito obrigada.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Com relação à criação do batalhão de Francisco Beltrão, primeiro que para nós, com essa visão que temos hoje, não há nenhuma diferença de aplicação de policiais com a existência ou não de uma nomenclatura, seja ela de uma Companhia Independente, de um batalhão, enfim, colocamos policiais onde entendemos que é necessário e em decorrência dos índices de criminalidade e das situações que são levantadas pelo geoprocessamento. De qualquer maneira, imagino que esse documento deve estar tramitando e deve haver uma resposta para a senhora.

Com relação à Delegacia da Mulher, podemos estudar em relação àquela região e analisar os índices, porque não adianta, Deputada, como fazíamos, como encontrei na Secretaria quando assumi, termos criado Delegacias de Mulheres pelo Estado e não termos delegadas para colocar. Isso era uma realidade quando eu assumi, dentre outras tantas de um processo muito perto de uma situação caótica e que buscamos reorganizar. Mas, de qualquer maneira, em decorrência até da análise dos índices de criminalidade, voltamos daí a conversar.

Bom, esse plano de modernização da Polícia Civil, eu já esclareci anteriormente, está sob a responsabilidade agora da Secretaria da Administração e Planejamento. E a Secretaria, é claro, sempre está instigando e cutucando para que ele tenha a sua leitura final. E aguardamos que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, senhores telespectadores.

Sr. Secretário, inicialmente, não em tom de crítica e muito menos de ironia, exaustivamente foi usado o termo sensação. Eu já tinha no meu rascunho separado essa palavra, para fazer um comparativo da importância da sociedade ter a sensação de segurança.

Quando um cidadão sente frio, ele se agasalha, prevenindo-se desse frio. Independente se a temperatura real dos termômetros marca um valor, mas a sensação térmica sendo outra, a sociedade obviamente acaba se protegendo, embasando-se apenas no que está sentindo. Nós, Parlamentares, temos que priorizar a necessidade ou o sentimento dela. O que importa para a sociedade é ter a sensação de segurança e não a sensação de insegurança.

V. Exa. explanou magnificamente bem tudo que o atual Governo tem feito, através da sua Secretaria. Mas para o cidadão que nos acompanha, ou que terá as informações dessa Audiência através da TV SINAL, que continuará repetindo, é que eles anseiam pela sensação de estarem seguros.

Com base nessa importante sensação, a minha primeira pergunta é a seguinte: o que falta para a contratação de novos policiais? Na sua explanação está prevista a contratação imediata de 2 mil e 500 policiais, mas há um consenso, tanto da parte de V. Exa., como os que me antecederam, para se minimizar a necessidade de se ter pelo menos 10 mil policiais. O que está faltando? Fica vontade política do atual Governo: Faltam recursos? Porque o Deputado Mauro Moraes, que lamentavelmente não pôde esperar até agora, enquanto Presidente da Comissão de Segurança desta Casa, exaustivamente mencionava que recursos o Governo tinha. Sempre ele defendeu isso. Falta tempo? Como bem colocou o Deputado Valdir Rossoni, estamos no final do Governo, e até fazer todo o processo, que implica tempo, impede que a sociedade tenha a tão esperada segurança, pelo aumento do efetivo da Polícia. Ou por fim, o que falta e faltou desde o princípio foi priorizar essa Segurança, porque no discurso público se fala muito em investimento, Segurança e Educação, mas na prática fica muito aquém esses investimentos chegarem.

Segunda pergunta: qual é o grau de importância real dos CONSEGS - Conselhos Comunitários de Segurança? Porque os voluntários insistentemente procuram os Parlamentares e questionam isso. Se esses Conselhos são tão importantes, por que na prática não há investimentos, repasse de recursos? Há esperança para que se tenha algum recurso ou oferecimento de estrutura?

Ainda há pouco, antes dessa Audiência, alguns membros do Conselho de Segurança me disseram da dificuldade de serem atendidos quando se utilizam do telefone para solicitar a ação da Polícia.

A terceira pergunta, Sr. Secretário, há mais ou menos 21 mil policiais no Estado. O Governador Roberto Requião falou muito sobre a importância da aquisição da pistola ponto 40. Pelas minhas contas, com base em um pedido de informação, que foi de pronto respondido pela Secretaria da Segurança, foram adquiridas mais ou menos 20 mil pistolas ponto 40. Se há 21 mil policiais e quase esse número de pistolas que foram adquiridas, descontando os policiais que estão de licença, os que estão afastados, sobrariam essa armas. Mas, me deparei com policiais e todos eles me afirmaram que nem todos os policiais receberam a arma ponto 40. Então, a minha pergunta é: se nem todos os policiais receberam a pistola ponto 40, que critério foi usado para o repasse dessas armas? Com a aquisição dos ônibus escolares o Governador pensou numa política em que estava incluído o preparo do motorista que conduziria transporte escolar.

Desacredito que os policiais precisassem de qualquer aprendizado extra, que ele já não tenha, para manusear a pistola ponto 40. Então, por que nem todos receberam essa arma?

E para finalizar, obviamente com raríssimas exceções, nós Parlamentares viajamos o Estado inteiro. É muito comum darmos carona para policiais. Se existe essa diária, se pouca ou muita, por que os policiais que acabam sendo acolhidos em nosso veículo se utilizam da carona? Nem todos os policiais têm esse direito de diárias? Por que, tendo a diária, muitos são obrigados a se utilizarem da carona? A classe policial não merece submeter-se a isso!

Muito obrigado.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Deputado, gostaria de agradecer as suas colocações. A questão do efetivo, na sua fala, 10 mil talvez um número impactante. Talvez até dar uma resposta política para esse problema. Nós trabalhamos com aquilo que o Comandante Geral e o delegado geral entenderam que era o razoável para esse momento. O concurso já está autorizado, não é problema de tempo. A contratação da Universidade Estadual de Londrina já foi assinada. Na segunda quinzena, agora, realiza as provas. Vamos contratar mais 2 mil e 500 policiais, fechando quase 9 mil policiais. É um número para um Governo de dois mandatos, número sem precedentes.

Em relação aos CONSEGs, é uma instituição que não é política. Ela não pode receber investimentos da Secretaria, nem do Estado. Não pode receber dinheiro. É um órgão da sociedade, que não tem como objetivo receber recursos do Estado, mas de dialogar com a Secretaria da Segurança Pública, trazendo da comunidade que ela representa as reivindicações, os questionamentos, os elogios para as Instituições policiais. É evidente que não há como eu estar em contato direto, todo tempo, com os representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança. Para isto eu tenho uma coordenadoria na Secretaria, que faz esse trabalho.

Reconhecemos a legitimidade e a necessidade dessa parceria, tanto é verdade que fomos nós, neste Governo, que regulamentamos os Conselhos Comunitários de Segurança, através de um decreto que antes era utilizado, cá entre nós, até para desvios de finalidade e para interferências de mandos regionais, a nossa idéia é que tenhamos um Conselho Comunitário de Segurança interessado nas questões de Segurança Pública, sem esse tipo, entre aspas, de contaminação, e que possa colaborar com os assuntos que são importantes.

Armamento, nós compramos o armamento para todo o efetivo policial. Se tivermos necessidade de comprar mais iremos comprar e é para todo policial que tem a cautela de uma pistola. Eu lembro a V. Exa. que estamos falando de um contingente onde estão computados também o Corpo de Bombeiros. Então, se você retirar o Corpo de Bombeiros, vai ver que adquirimos mais arma

do que inclusive a necessidade das duas Instituições, que precisam usar armamento para realizar o trabalho de combate à criminalidade. Então, talvez um problema burocrático, administrativo, enfim, coisas que precisam ser identificadas.

Carona, sinceramente, Deputado, não é política de Governo mesmo. Eu não sei a qual caso e a quem o senhor está se referindo, mas a diária não é para uma carona, ela é para o exercício de um trabalho policial, quando o policial vai usando um veículo policial, uma viatura policial realizar uma missão. Eu não sei que tipo de situação o senhor está falando, mas provavelmente é um deslocamento pessoal e realmente não há como pagar diária para um policial que está pegando uma carona, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Último orador inscrito, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário, é um prazer muito grande poder debater esta questão.

Acho que uma das coisas que tem respaldo esta discussão é a tal da sensação de insegurança, e eu estava pensando em algumas coisas.

Veja bem, Secretário, a guerra do Iraque, explosões de bomba lá no Paquistão, a matança indiscriminada de baleias, a alteração do clima na Terra, padre pedófilo, político corrupto, chacinas de inocentes. Gripe Suína, furação e tornado com mortes, acidentes de trânsito, incêndio na Amazônia, fico imaginando que este mundo, Sr. Presidente, que assistimos pela TV o dia inteiro, está dentro da nossa casa, e ele não estava.

O ser humano tem uma forma interessante de tentar resolver os seus problemas. Ao ter um fato de difícil solução, por exemplo, essa chacina que aconteceu há pouco, ou mesmo a morte agora de 147 paquistaneses, ficamos tentando voltar a memória sempre no fato, na tentativa de resolver o problema, quando nas histórias de ficção, ou na realidade, não sei, se fala que o criminoso sempre volta à cena do crime, o nosso pensamento volta mil vezes às cenas vividas, que não são corretas para nós e temos a sensação de vivemos aquilo 1 milhão de vezes, ou seja, a sensação de insegurança é como um eco, como uma coisa que vai repicando dentro da cabeça e vai se magnificando em números. Isso não quer dizer que não exista insegurança. Ela existe, de fato, mas tem que ser lavado em consideração o mundo que vivemos.

A moral está de mudança, está de malas prontas a velha moral que nós conhecemos, a ética já não é mais a mesma, a vida dar certo não é a regra, é a exceção. Por isso acho que num debate, para não sermos levianos sobre essa questão de Segurança essas questões têm que ser consideradas, não dá para imaginarmos que o

aumento do efetivo policial vai trazer segurança nas nossas vidas se a filha engravidou com 12 anos de idade e você tem lá um neto para criar, que você não esperava. Ou que um filho resolveu fugir de casa porque não concorda com as orientações do pai. Tudo isso é insegurança, não é insegurança policial, não é insegurança do crime, mas é a tal da insegurança.

Acho que hoje descarregamos isso tudo nos ombros da Secretaria da Segurança do Estado, na pessoa do Secretário. Acho que isso é um excesso, e como excesso é um equívoco, e todo equívoco deve ser combatido.

Então, acredito que, para começo de conversa, talvez tenhamos feito um bom exercício aqui, mas houve alguns excessos, houve alguns equívocos e eles precisam ser reparados. Mas isso acredito que, embora seja importante, deve ser levado em consideração.

Gostaria de fazer uma pergunta bastante objetiva: uma das coisas que vemos em Cidades de porte médio é aquela conversa, e não sei até que ponto é conversa, de que quando a Polícia aperta a fiscalização ou vai em cima nas Cidades, a bandidagem escorrega para as Cidades vizinhas e acaba dando problema nas Cidades menores. Em especial tem acontecido na Cidade de Londrina, em algumas Cidades como Maringá e outras, as agressões e os delitos aumentaram na zona rural. Dá impressão, e eu não sei se isso é verdade, daí a minha pergunta: de fato a coerção do crime, dentro da malha urbana de porte médio, faz recrudescer o crime na zona rural? Em função disso, e sabendo que o Estado tem, um programa de Patrulha Comunitária, gostaria de saber: essa afirmação que faço em procedência? Quantas são as viaturas policiais e quais são os Municípios que estão sendo atendidos pela Patrulha Rural Comunitária? Enfim, se o Secretário tem dados sobre isso, que considero da maior relevância, porque me parecer ser um crime, não é novo vamos dizer, mas o recrudescimento dele me parece meio fora de propósito, fora de base.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI

Deputado Cheida, quero dizer que apesar do avanço da hora, para aqueles que ficaram presenciando esta solenidade foi um privilégio poder ouvi-lo pela coerente colocação a respeito da sensação de segurança. Ela tem essa conotação exatamente.

Luiz Eduardo Soares, que é um sociólogo, estudioso da Segurança Pública, um dos autores da Elite da Tropa, que se transformou no filme Tropa de Elite, e Meu Casaco de General, onde ele conta a experiência do período que viveu como Secretário da Segurança e, posteriormente, foi junto com o Presidente Lula, quando eleito exerceu a função de Secretário Nacional da Segurança Pública, e ele dá um exemplo disso: quando ele era Secretário, tinha como um dos objetivos, era Governadora do Rio de Janeiro na época a Benedita, estabeleceu uma forma de saturação do policiamento em Copacabana, para evitar que acontecesse qualquer tipo de crime em Copacabana, porque erra um dos cartões postais do

Rio de Janeiro, com a presença de muitos turistas, internacionais e a repercussão de qualquer evento poderia ser mundial. Então, ele criou um sistema de policiamento, de saturação, que transformou as estatísticas de Copacabana numa das regiões mais seguras do mundo. Número de ocorrência policiais parecidos com os da Suíça e da Países mais desenvolvidos. Aí ele conta uma experiência de uma amiga que chegou para trabalhar num prédio em Copacabana, entrou no prédio, entrou no elevador, quando a porta estava fechando entrou um menino de cor morena, chinelo de dedo, shorts e sem camiseta. Segurou a porta e entrou com ela - a descrição parecida com a de um pivete se é que podemos dizer assim. E a partir do momento que esse menino entrou no elevador, ela começou a imaginar que iria ser assaltada. Vou ser assaltada. O que eu vou fazer? Acho que vou reagir, vou dar uma bolsada na cara dele, preciso fazer alguma coisa. Será que ele vai me matar? Ele está com faca, está com arma? Chegou no 8º andar, ele saiu e disse: "A senhora tenha um bom-dia". Saiu do elevador e deve ter ido para a casa dele. Ela, no 10º andar, saiu do elevador, entrou no seu local de trabalho, virou para as colegas e disse: você não acreditam, eu quase fui assaltada agora!

Quer dizer, isso é a questão diretamente relacionada à sensação de segurança. As pessoas vão se envolvendo com essa dimensão, com essa proporção que existe a notícia ruim da Segurança Pública, e passam a ver isso como se fosse a sua realidade. Sabemos da repercussão que esses eventos estão tendo no mundo todo, e no Brasil não é diferente. Hoje, a grande mídia ocupa 70% do seu tempo veiculando notícias de Segurança Pública, que são sempre notícias negativas, Mesmo as notícias positivas da Segurança Pública trazer uma carga negativa por traz dela, uma prisão, agora no Rio de Janeiro estão noticiando a prisão daqueles assassinos do integrante do grupo do Afro-Reggae. Eles estão presos, a Polícia cumpriu a missão dela que era prendê-lo, mas tem a morte por trás e tem toda essa conotação.

Então, realmente trabalhar com a sensação de segurança neste mundo de hoje, onde o relato a respeito das mazelas mundiais é muito preciso, é complicado, não é tão simples assim.

Em relação à Patrulha Rural, sendo mais objetivo, de fato foi um projeto, proposta de Governo que tinha por objetivo atender essa demanda. Não é fácil. Falando por exemplo em Londrina, imaginamos, pelos cálculos que temos, em Londrina, Região Metropolitana e zona rural, 4 a 5 mil quilômetros de estrada de chão. Com uma quantidade gigantesca de propriedades rurais. Isso dificulta qualquer estratégia de atuação policial, e não há dúvida nenhuma de que o criminoso está indo à zona rural, porque há um aperto em relação a essas atividades na Cidade e o criminoso vai onde a Polícia não está, vai atrás de dinheiro, vai atrás de bens, vai atrás de objetos que possam garantir um lucro para ele.

Criamos esse projeto para estabelecer um vínculo entre essa comunidade da zona rural e há, hoje, 1 mil e 674 regiões. São 48 viaturas adquiridas e estamos num processo de licitação para mais 50 viaturas. O nosso objetivo é cobrir tudo que é possível estabelecer de trabalho na zona rural.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero consultar os Líderes do Governo e Oposição, respectivamente, se desejam encerrar a Sessão. V. Exas. têm a palavra.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Queria manifestar publicamente, em nome de todos os Deputados que integram a base de apoio ao Governo, a satisfação de assistir hoje essa Audiência com o Secretário Delazari, que demonstrou, ao longo de mais de cinco, seis horas e meia de um depoimento pessoal, de um profissional que tem qualificação para debater um tema extremamente complexo, numa sociedade tão marcada pela desigualdade como é a paranaense, a brasileira. Demonstrou porque é que o Governador Requião o escolheu entre os quadros do Ministério Público para poder chefiar essa que é uma das principais políticas públicas desenvolvidas em nosso Estado. Uma pessoa que é íntegra, sobre ele não se levantou nesta Casa uma única - nem pelos mais radicais opositoristas que puderam se manifestar, radicais no sentido de poder ir à raiz do tema e discutir o tema - se questionou aqui a integridade moral do Secretário Delazari.

Fico feliz, porque vejo aqui o nosso delegado geral de Polícia, o Dr. Azor, com uma longa carreira na Polícia Civil, ao lado de profissionais, delegados de Polícia que trabalham por este Paraná e trabalham há muitos anos.

Lembrava aqui com o Dr. Cartaxo, quando ainda éramos filmados pelo Tóps por fazer movimento sindical. O fato, isso faz muitos anos, lembrava disso porque ainda ele era criminalista, antes de ser delegado.

Lembro isso no sentido de que nós, Coronel Rodrigo que assumiu recentemente substituindo o nosso querido Coronel Anselmo, nós temos toda uma equipe de pessoas articuladas, que há muito tempo prestam serviços. Sabemos que as nossas Polícias têm problemas. Esses problemas têm sido pontualmente trabalhados. Foi um dos itens abordados. Indiscutivelmente, temos feito grandes investimentos.

Agora, é de se reconhecer, eu vi os números ainda aqui do que foi investido no sistema penal, tínhamos 6 mil e 600 vagas, ao final de 2002. Apenas uma penitenciária

havia sido construída e não inaugurada pelo Governo anterior, que era de Ponta Grossa. Hoje, temos 14 mil e 400 vagas. Tínhamos 8 mil presos em delegacias, hoje temos 10 mil.

Quase que dobramos a população que hoje está encarcerada, seja nas penitenciárias ou nas cadeias públicas. Ao mesmo tempo, sabemos o quanto que a Polícia tem trabalhado para poder fazer com que esse clima, tão bem relatado pelo Deputado Cheida, possa ser menor.

Essa apresentação aqui hoje foi muito importante, até para abrir um novo processo de diálogo permanente com a Assembleia Legislativa. É necessário, até para que possamos diminuir, muitas vezes, essa distância entre as informações, entre as explicações. Muitas questões, na verdade, acabam sendo essas lendas urbanas que vão se formando. Isso acaba desinformando o Parlamentar e o conjunto da sociedade.

Esta prestação de contas, Presidente Nelson Justus, indiscutivelmente, na minha avaliação, atingiu o objetivo. Acho que o Secretário Delazari tem uma grande sensibilidade, demonstrou onde avançamos e avançamos bem, e sabemos o quanto avançamos em algumas áreas. Demonstrou claramente o quanto que também a segmentação das ações, do Projeto POVO, o Batalhão da Patrulha Escolar Comunitária, o PROERD, o trabalho que é feito, a Polícia Ambiental. Ou seja, toda articulação de um tipo de Polícia que, modernamente sabemos, Polícia que no mundo inteiro segmentou, se especializou, enfrenta o problema, enfrenta o desafio, como é o DENARC, como são os grupos especializados em combater os crimes do colarinho branco.

Tudo isso faz parte de uma articulação que envolve Poder Judiciário, o Ministério Público. Pudemos aqui, com a sensibilidade que o Secretário Delazari teve de também apontar justamente onde temos que colocar uma lupa, que é a questão que envolve o tráfico de drogas, que é um problema gravíssimo e que temos que, cada vez mais, trabalhar articulados.

Presidente, temos um concurso novo, 2 mil e 500 novos policiais, temos investimentos, um grande orçamento para 2009 que tem que ser executado. Em 2010, com grandes investimentos, podemos melhorar ainda mais, dependendo do que não possamos fazer, como esse ano, de perder 1 bilhão, como perdemos de receita.

Indiscutivelmente, a Segurança Pública depende dessa grande parceria entre os Poderes constituídos no Estado, com a sociedade civil organizada e com uma forte participação de todos para poder enfrentar esse tema.

Curitiba e Região Metropolitana são regiões extremamente complexas, não tenho dúvidas disso. Quando vejo os problemas que temos na região que represento, o Norte Pioneiro, são duas regiões, de Cornélio e de Jacarezinho, o 18º Batalhão e o 2º Batalhão da Polícia Militar. Como é tranquila, como é diferente a nossa região em relação às outras áreas que são muito mais problemáticas. Não que elas não devam e precisem receber os investimentos que são necessários, nós já avançamos muito.

Os temas devem ser tratados com setores inteligentes e de planejamento estratégico, que é isso que faz uma grande diferença.

A Oposição aqui, ressalvado um ou outro excesso, contribuiu no sentido de promover um debate, de fazer essas trocas de informações, de fazer as críticas que são necessárias, mas que indiscutivelmente contribui para o aprimoramento da política pública de Segurança que é desenvolvida no nosso Estado.

Parabéns, Secretário, e Presidente Nelson Justus, pela condução dessa Audiência Pública do Secretário Delazari.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Quero cumprimentar o Secretário mais uma vez, o Comando da Polícia Militar, o Comando da Polícia Civil, os nossos Parlamentares, a imprensa do Paraná.

Na verdade, a vinda do Secretário aqui na Assembleia, talvez deveria ter acontecido há mais tempo, como disse o próprio Deputado Nelson Justus e outros Parlamentares. Mas veio em boa hora. Procurou o Secretário, sob todas as formas, transmitir para os Deputados e para a sociedade do Paraná aquilo que a Secretaria, dentro das suas condições, pode fazer.

Permito-me, não pelo fato de ser Oposição, porque alguns já disseram hoje que não se trata de Oposição e nem de Governo, a questão da Segurança Pública é uma questão da sociedade, é um direito da sociedade tê-la, e cabe a nós, Parlamentares, trazer aqui na Assembleia e no plenário aquilo que ouvimos no dia a dia no meio da sociedade. Temos Deputados do interior, da Capital, cada um procura defender aquilo que acha conveniente. Eu diria talvez radicais, ou não radicais. Muitas vezes sou tachado como radical. Hoje ouvimos alguém dizer: "Não, o radicalismo não." Acho que é aquilo que as pessoas sentem na sociedade e procuram transmitir para o Secretário e para a Segurança Pública do nosso Estado, aquilo que está acontecendo.

Por essa razão, quando fiz a minha primeira intervenção, e as perguntas que fiz deixo para o secretário, ficou em dívida com uma pergunta que eu fiz se houve algum treinamento por parte da Secretaria para o COPE, ou Grupo TIGRE, nos últimos anos, para preparar cada vez mais a nossa Polícia.

Essa é a necessidade, os marginais estão muito bem preparados.

Disse o Secretário também que a marginalidade tem a origem na questão social. As causas da criminalidade são questões sociais, disse o Secretário, ou seja, a miséria ou a pobreza. Mas a consequência dessa causa é a violência, ou seja, assaltos, mortes, a própria droga.

Mas, a Secretaria tem que agir nas consequências e não nas causas. Temos que agir nas consequências daquilo que traz um mal para a sociedade, independente de qual tenha sido a causa que levou aquela cidadã ou cidadão para a marginalidade. E aí é que a sociedade clama e reclama por mais segurança.

Sou do Oeste do Estado, mas ouvimos todos os Parlamentares. E a sensação que sentimos, quero ser o mais calmo possível, a sensação que sentimos, e que é o desejo da sociedade, é que se veja mais policiais. Quando você vê o policial na rua, você sente ao menos uma proteção. Constatamos hoje que temos uma deficiência de quase 5 mil homens na Polícia Militar. Se a lei que temos no Paraná, que cria o contingente de mais de 21 mil Soldados, policiais - e quando falo policiais, falo dos Oficiais e também dos Soldados, dos Praças - e o Secretário diz que tem algo em torno de 17 mil efetivos.

Quando se anuncia o concurso, temos que saber que faz-se o concurso e o policial não vai à rua imediatamente. Após o concurso, existe a escola da Polícia Militar. Na Polícia Civil é uma polícia jurídica, tem que estar preparada. Judiciária, melhor dizendo. Dificilmente esses policiais serão colocados na rua neste Governo. Dificilmente, pelo tempo. Sabemos disso, e é importante que a sociedade saiba disso.

Quando levantamos, eu e diversos Parlamentares levantamos, e a OAB fez um trabalho fantástico, acredito que o Secretário deva ter recebido esse trabalho, acredito que as Polícias Civil e Militar também, quando foi falado do desvio da função.

Permita-me contradizê-lo, Secretário. Com todo respeito que tenho pela sua origem, profundo conhecedor jurídico, vem do Ministério Público, mas devo contradizê-lo, quando o senhor disse que desvio de função é uma questão subjetiva. Não. Ela é objetiva. É constitucional. Está regulamentada pela Constituição qual a função do policial militar, do policial civil e qual a função do policial bombeiro. Então, a função do desvio de função não é subjetiva, não. É bem objetiva. Me permita contradizê-lo, porque não posso concordar com isso.

Sempre tenho dito, Sr. Secretário, Srs. Deputados, sociedade do Paraná, o Secretário nesta parte foi, eu diria, feliz, quando ele disse que a droga não é cultivada, não é plantada no Brasil. Ela entra no Brasil. O armamento pesado, usado pelos marginais, não vem de dentro do Brasil. Vem por onde? Ele vem pelas fronteiras, pelos portos, aeroportos. Mas, principalmente pela fronteira.

Aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Luiz Claudio Romanelli, V. Exa. é testemunha de quantas vezes levantamos aqui que nossa região e que os Estados da Federação, em sintonia, em parceria com o Governo Federal, deveriam combater mais, uma fiscalização mais rígida nas fronteiras. Seja no Paraná, seja no Mato Grosso, divisa com o Paraguai, Bolívia, principalmente com estes dois Países.

Nós criamos, sim, aqui, a Companhia da Fronteira, como disse muito bem o Secretário, em Guaíra. Mas, Guaíra tem 31 policiais, Secretário. Não tem mais. Trinta e um policiais militares, e destes, 31, 7 estão em férias. Os assaltos lá na região continuam e o Prefeito de Palotina esteve presente, assistiu parte de vossa explanação e de muitos Deputados, sendo que Palotina e Terra Roxa são visadas hoje no interior, e não é pelo fato de ter efetivo maior na Cidade que o bandido ou o ladrão foi para o interior, mas ele sempre existiu, sempre agiu, logo após a formação do lago de Itaipu.

Por essa razão, espero que todos nós, Deputados, e principalmente o Governo do Estado e o Secretário da Segurança Pública, possamos encontrar meios de fazer com que os policiais militares e os civis voltem para as suas funções e que esse concurso saia o mais rápido possível. Esses 2 mil e 500 homens concursados serão apenas 1 mil e 600 para a Polícia Militar e aí, se temos 17 mil, vai dar 18 mil e 500. São 2 mil e desses, 1 mil e 100 são Polícia Militar, 500 são Polícia Civil, 400 bombeiros e o Governo anunciou que 500 seriam para a Região Metropolitana. Então, são 1 mil e 600 policiais da Polícia Militar, o que com 17 mil são 18 mil e 600. Ainda temos um déficit de mais de 2 mil homens, e até que esses policiais assumam, quantos policiais vão para a reserva e quantos vão se aposentar? Qual será o déficit, então, da Polícia Militar daqui a um ou dois anos? Acho que temos que resolver a questão de uma vez por todas, abrir o concurso, fazer com que a nossa sociedade possa se sentir bem na sua casa.

E finalizo, Sr. Presidente, dizendo que não adianta você ter asfalto na frente da sua casa, não adianta ter telefone, energia elétrica, TV a cabo e todas as condições se você não tem segurança no seu lar. E quando falo em segurança no lar, falo na Cidade e no campo. Quem de nós, Deputados, não teve a sua residência já assaltada, ou não teve alguém dos seus familiares já assaltados? Então, isso é o mínimo que a sociedade espera por parte do Governo do Estado.

Como eu disse antes, Segurança não se resolve nem com decreto nem com discurso, mas se resolve com ações, e ações esperamos que possam acontecer o mais breve possível em favor da nossa sociedade.

Obrigado, Deputado Nelson Justus; obrigado, Srs. Parlamentares e obrigado pessoas aqui presentes!

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência deseja cumprimentar e agradecer a todos os Srs. Deputados. Agradecer de uma maneira muito especial aos nossos visitantes aqui nesta tarde, ao delegado Azor, ao Coronel Rodrigo, ao Coronel Washington e ao nosso Secretário Delazari, que juntamente com, a sua equipe, policiais civis e militares, estiveram aqui por sete horas ouvindo perguntas de 27 Srs. Deputados, que de uma maneira ou de outra procuraram cumprir com o seu papel.

De igual maneira, esta Presidência não tem economizado humildade, não tem economizado bom senso, mas jamais vai deixar de agir com mão firme e forte no exercício da presidência desta Casa. Quero cumprimentar e agradecer aos Srs. Parlamentares que, mais uma vez, portaram-se como verdadeiros democratas. Esse é o espírito da Assembleia Legislativa, levar para a sociedade que nos assiste até agora, e vai continuar nos assistindo através da imprensa que esteve aqui paciente, perseverante, ouvindo, anotando e televisando, para que a sociedade pudesse se inteirar. Posso ter certeza, graças à maneira franca do Secretário Delazari, que tem a difícil incumbência de dirigir uma pasta tão complicada como esta.

Quero render as minhas homenagens ao Deputado Cheida que, sabiamente, tão logo após as palavras do Pastor, recebeu as bênçãos e deu a todos nós uma demonstração de equilíbrio, bom senso e sabedoria. Oxalá, Deputado Cheida, e todos aqueles que tiveram a paciência de nos assistir até essa hora tenham percebido que aquela velha tese de que quem exagera perde a razão, ela é perene e permanente aqui entre nós.

Muito obrigado a todos! Secretário Delazari, ficou aqui durante sete horas, enquanto a senhora sua mãe sofria uma cirurgia e, pelas informações que temos, está passando bem. Assim como os seus subordinados cumpriram com a obrigação.

Por uma questão de justiça, quero dizer que esta foi a segunda vez que o Secretário Delazari foi convidado para vir a esta Casa. Apenas duas vezes na Comissão de Segurança e a outra convidado por mim, pessoalmente, onde marcamos, por telefone, na semana passada. Em nenhuma outra vez o Secretário Delazari foi sequer convidado, e muito menos convocado. Por uma questão de justiça, restabelecer a verdade, porque combina muito comigo neste momento.

Muito obrigado! E tenham uma boa-noite!